COLEÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO · 4

2

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

GUSTAVO BARROSO

HISTORIA SECRETA DO BRASIL

VOLUME 2

1.ª REEDIÇÃO

1991

Revisão Editora Ltda.

Conferindo e Divulgando a História

Caixa Postal 10466
90001 — Porto Alegre-RS

ÍNDICE
Volume 2

Capítulo XII

O TROVÃO DE FRANÇA

"O trovão de França", escreveu Oliveira Martins, veio rolando e chegou a Portugal, que o tratado de Methuen, de 1703, ao raiar o século, transformara "numa **fazenda,** numa **vinha** da Grã-Bretanha (1)". A economia nacional andava desvairada, desde o tempo dos jesuítas, com os processos livre-cambistas. A vida social entrava em franca decomposição nas futilidades de **peraltas** e **sécias,** na janotice afrancesada. **Livros perigosos e incendiários** (2) punham em deliquescência as idéias tradicionais do país e lhe impunham o fermento de pensamentos importados (3). E o pavor do jacobino, do revolucionarismo francês, que se erguia rubro de incêndios e sangueira contra o trono e o altar, fomentava o terror policial do intendente Pina Manique, que, com as suas **moscas** (4), farejava o pedreiro-livre por toda a parte.

Que era o "trovão de França"?

Era a Grande Revolução, iniciada com a tomada simbólica da Bastilha em 1789, que assombrava a Europa e fazia a velha realeza absoluta estremecer nos seus tronos seculares. Quem assoprara o fogaréu que lavrava em Paris, iluminando o vulto sinistro da guilhotina regicida? O judaísmo revolucionário, manejando as sociedades secretas. Entre elas, no primeiro plano, a maçonaria, da qual diz o imparcial Cauzons: "O século XVIII viu aparecer uma associação destinada a gozar de enorme influência no nosso tempo, em primeiro lugar pelo número crescente de seus membros, em segundo pela habilidade de **criar uma opinião Pública sobre os assuntos que ela própria escolhe** e em terceiro Pela multiplicidade dos agrupamentos saídos de seu seio, dirigidos por seus membros e inspirados pelo seu espírito, tais como sindicatos, mutua-'idades, associações musicais, grêmios esportivos, sociedades de tiro, clubes, círculos de antigos estudantes, etc. (5)". A famosa sociedade apareceu à luz nessa data, mas de muito longe se vinham sucedendo

os seus trabalhos ocultos contra a civilização cristã ocidental. Aliás, o mesmo autor reconhece que os deuses vencidos pelo cristianismo se dissimularam, "constituindo uma religião subterrânea (6)". Esta continuamente praticou os mesmos ritos condenáveis que já Tertuliano registrava (7). Todos os antigos códigos de leis puniram sempre severamente as práticas em segredo. Já Platão condenava as "capelas secretas" (8). Nos primeiros séculos do catolicismo medieval, as Capitulares de Carlos Magno proscreveram as confrarias ocultas, que denominam **Diabolo Gilde,** guildes ou corporações do diabo (9). Não está no plano deste livro desenvolver um estudo circunstanciado da origem, formação e desenvolvimento da franco-maçonaria, mas simplesmente mostrar a ação do judaísmo sobre ela para o desencadear da Revolução e as conseqüências desta sobre Portugal e Brasil. Eis porque nos I imitaremos a traços gerais sobre a história das sociedades secretas antes do século XVIII, destinados unicamente a facilitar a compreensão geral do assunto.

A Revolução Francesa foi, inegavelmente, o resultado duma conjura maçônica, afirma de modo categórico Gustavo Bord (10). Os próprios maçons acodem em apoio dessa opinião. "A franco-maçonaria pode, com legítimo orgulho, considerar a Revolução como obra sua", assegurou o **irmão** Sicard de Plauzoles no **convent de** 1913 (11). Em 1860, o **irmão** Amiable declarava que o fim precípuo da maçonaria era "construir **insensivelmente** uma república universal, cuja rainha será a Razão (12)", o que combina com os ideais jacobinos e com sua Deusa Razão. Em 1889, ele confessava a cousa com toda a clareza. Para afirmar a grande ação maçônica na Revolução, bastariam a conhecida confissão do famigerado Cagliostro e as palavras de Louis Blanc (13). As ligações de Mirabeau com as lojas dos Iluminados judeus da Alemanha são por demais sabidas e basta acrescentar que dos 605 deputados do Terceiro Estado, que para ela poderosamente contribuíram, 477 eram maçons (14).

O próprio Robespierre se referia à existência duma **facção** que dirigia ocultamente a marcha dos acontecimentos (15). A maioria dos maçons, como ainda hoje acontece, cuidava tão-somente participar duma sociedade filantrópica (16); porém as **lojas de retaguarda,** mais secretas e poderosas, tocavam as outras para diante, no rumo que entendiam (17). Delas partia a orientação impiedosa e invariável: exterminar todos os reis e a raça dos Bourbons, destruir o poder do Papa, pregar a liberdade dos povos e fundar uma república universal (18). Os judeus haviam inspirado os ritos maçônicos e dirigiam secretamente as suas obediências. O rito de Clermont, criado em 1754, fôra espalhado em toda a Alemanha, pelo escandaloso pastor protestante, o judeu de origem portuguesa Samuel Rosas. Os três ritos em que se dividia a chamada maçonaria egípcia provinham de fontes judaicas: o Copta, do judeu siciliano José Bálsamo, que usava o pseudônimo de conde de Cagliostro;

o de Misraím, nome do Egito na Bíblia, dos três irmãos Bedarride, judeus de Avinhão; o de Ménfis, de Samuel Honis, judeu do Cairo (19). O judeu de origem lusa, Martinez de Pasqualis, fundou o rito dos Cohens-Eleitos. Seu discípulo, Luiz Claudio de Saint-Martin, cognominado o Filósofo Desconhecido, fundou o dos Martinistas e foi o criador do mote que devia correr o mundo e se tornar como que o símbolo intangível do liberalismo moderno: Liberdade — Igualdade — Fraternidade (20).

Desde 1781, o judeu Samuel Morin era o Grande Inspetor Geral da franco-maçonaria em Paris. Mirabeau, quando estivera na Alemanha, freqüentara o salão do famoso israelita Moisés Mendelssohn, onde tomara contato com os iluminados do judeu Weishaupt. A judia portuguesa Henriqueta Lêmos, casada com o judeu Hertz, atraiu-o ao grêmio do judaísmo, do qual seria um dos cornacas revolucionários. As sociedades secretas estabeleceram as necessárias ligações e articulações por meio de dois aventureiros misteriosos, que espalhavam ouro às mancheias: o conde de Cagliostro, judeu siciliano, e o conde de São Germano, judeu português. Os infames panfletos contra Maria Antonieta vinham de Londres, onde eram feitos pelo judeu italiano Angelucci, disfarçado com o nome de W. Hatkinson. Organizava a campanha de difamação da rainha em França o judeu Efraim (21).

O consciencioso La Tour du Pin reconhece que "nas grandes destruições sociais que marcaram o fim do século e terminaram pelo afundamento do trono e o reinado do carrasco, não é possível distinguir qual a parte do judaísmo, do calvinismo, de Rousseau ou do franco-maçon, de tal modo estiveram de mãos dadas, com o mesmo espírito e sob a mesma bandeira, a da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (22)".O jornal judaico **Haschopet** é mais explícito e reivindica a Revolução Francesa como "obra puramente judaica (23)". Há suspeitas de ser Danton, que se chamava Jaques, judeu. Certos autores afirmam que o próprio Robespierre não passava dum judeu de nome Rubinstein. Marat era um aventureiro judeu fugido da Suíça. E a célebre Guarda Nacional de Paris, uma das alavancas do movimento, estava infestada de israelitas, que a manejavam nas ocasiões propícias (24).

Claviére, ministro das finanças em 1792, era um judeu expulso de Genebra por falcatruas, que fizera fortuna especulando na Bolsa de Paris (25). Os judeus fermentaram em todos os setores da Revolução: Haller, o grande agiota; Bidermann, orador da Comuna; Pereyra, cujo verdadeiro nome era Judá de Jacob; os dois irmãos Clootz, milionários, um dos quais Anacharsis, o convencional, se dizia barão; Isaías Spire, fornecedor do exército; Isaque Calmer, presidente dum dos clubes revolucionários; Benjamin Calmer, liquidatário dos bens do duque de Orleans, cuja vaidade fôra aproveitada pelos maçons; Heyemen, que agia nos meios forenses; Isaías Beer Bing, espírito-santo de orelha do maçon La Fayette; Cerf Beer, juiz do Tribunal Revolucionário; Hagen, membro

da Junta de Vigilância; Da Costa, português, comandante da Guarda Nacional; Rosenthal, chefe da guarda do Templo, onde estava encarcerada a Família Real; Simão, o sapateiro verdugo do pequeno Delfim de França; Calman, comissário de distrito; Kermen, membro proeminente do Clube das Tulherias; Boyd e Ken, banqueiros e agentes secretos da Inglaterra; Hourwitz, lituano, conservador dos manuscritos da antiga Biblioteca do Rei, de posse dos melhores arquivos do país; Mayer, o grande especulador; Jacob dos Reis, outro português, Leon Azur, Fould e Weisweiler, membros da Junta Revolucionária; Goldsmith, Laguna, também português, Benjamin Fernandes, idem, Lévi, Jacob, Trenelle, Elias, Delcampo, Brandon ou, melhor, Brandão, Mardoché, Silveyra, ainda outro português, enviados à Assembléia Constituinte.

No clube dos jacobinos, figuravam os seguintes judeus de procedência inglesa, holandesa, belga, suíça, espanhola, italiana, alemã: Abbema, Bidermann, Bitaubé, Cabarrus, Doppet, Desfieux, Dufourny, Erdmann, Fougolis, Halem, Hesse, Klispich, Loen, Miles, Oelsner, Pio, Schalendorf, Schasvatv, Joung, Bolts, Coitam, Hanker, Kauffmann, Knapen, Mendoza, Mermilliod, Pulcherberg, Raek, Schluter, Scnutz, Signi, Stourm, Walwein (26). Será necessário acrescentar mais alguma coisa? Complete-se a lista com os irmãos Emanuel e Junius Frey, terríveis agitadores, membros da Junta de Insurreição, judeus da Moravia, cujos verdadeiros nomes eram Jacob e Moisés Dobruska, os quais agiam geralmente por trás dum **fac-totum,** o judeu Diederichsen (27); e o misteriosíssimo Falc, grande rabino da sinagoga parisiense, alma danada das sociedades secretas, cuja atuação silenciosa somente agora começa a ser devidamente estudada (28).

Os resultados do terremoto foram exclusivamente favoráveis aos judeus, que, além de darem grande passo para sua equiparação aos cristãos-velhos com o reconhecimento da igualdade de direitos políticos, açambarcaram os móveis e riquezas dos castelos confiscados, os tesouros dos mosteiros e igrejas, e a maior parte da propriedade rural (29).

O trovão de França, trovão judaico-maçônico, viera rolando para o sul e chegara a Portugal. A repercussão das "transformações sociais" que se processavam em Paris, passando por cima do velho reino lusitano, atingiriam, depois, sua grande colônia ultramarina. Diante do "trovão", Portugal se achava em situação muito delicada pela sua fraqueza em recursos e armas. A **fúria francesa** ameaçava-o por terra; a talassocracia britânica dominava-o pelo mar, podendo entupir-lhe os portos, parar-lhe o comércio e arruinar-lhe as colônias. Desde 1703, Portugal passara, pelo tratado Methuen, a satélite da mercancia e da finança do judaísmo inglês. A influência francesa, que se afirmava nos espíritos, fôra desbancada pela influência inglesa, que se afirmava nos negócios e na política. Portanto, não era difícil somente a posição do país como nação, era-o também como alma, dilacerado por essas duas influências rivais.O espírito nacional estava dividido.

As sociedades secretas, existentes desde o tempo de Pombal, andavam instigando as vontades e inteligências no rumo das idéias do século e o dedo dos agentes franceses se descobria nos bastidores de todas as tramas (30). Se era assim difícil a situação fora do paço real, não era menos difícil lá dentro. O príncipe-regente D. João, casado aos 18 anos com uma princesa espanhola "desenvolta e inquieta", diz Oliveira Lima, "palreira e azougada", diz Rocha Martins, via diariamente o triste espetáculo da mãe louca, a uivar desgrenhada pelos corredores em visões dantescas de labaredas infernais. As intrigas da política repetiam-se no seio da família, onde a jovem esposa, Dona Carlota Joaquina, lhes servia de aparelho receptor e transmissor. Ao Príncipe foi preciso ter grande habilidade e malícia para navegar no meio de tantos escolhos e morrer sem que conseguissem tirar-lhe a coroa da cabeça. Foi mais fácil tirar-lhe a vida».

A Europa Real e Imperial coligara-se contra os terroristas de 1793. Portugal aderiu a essa primeira coligação, mandando seus navios se incorporarem à esquadra britânica e uma divisão do exército cooperar com os espanhóis na campanha do Rossilhão até 1795. Somente males lhe desabaram sobre a cabeça com essa colaboração. Os corsários franceses prearam mais de 200 milhões de francos de cargas levadas do Brasil (31). A Espanha fez a paz em separado com a França, aproximando-se do Diretório- Entre a cruz e a caldeirinha, D. João foi forçado ao tratado de 1797 com o mesmo Diretório, conseguindo muitas **boas** vontades em Paris, graças a uma farta distribuição de diamantes do Brasil. Esse tratado conservou, não obstante, todos os privilégios do comércio judaico inglês (32), acentuando-se dia-a-dia o predomínio da Inglaterra na política do reino, em cujas altas esferas se chegava a falar em pessoas do **partido francês** e do **partido inglês.**

Em 1801, a França consular impeliu a Espanha, sua aliada, a declarar guerra a Portugal. Pela paz de Badajoz, a primeira, que pretendia até a livre navegação do Amazonas, aceitou uma equiparação alfandegária com a Grã-Bretanha (33). Cresceu mais o **partido francês,** dentro do país e o general Lannes, futuro marechal e duque do Império, representante de Bonaparte em Lisboa, arrastando o recurvo sabre oriental pelos assoalhos dos ministérios, influía até nas composições do governo. No fundo, porém, vivendo do mar e pelo mar, por causa de seu comércio e de suas possessões ultramarinas, o velho reino continuava "feitoria do comércio britânico (34)". Naturalmente, quando Napoleão pusesse sobre a cabeça a coroa imperial e precisasse, para dominar o continente, reduzir a pó a Inglaterra, Portugal teria de sofrer, porque estava ligado aos destinos ingleses de longa data por uma como que fatalidade histórica.

O relâmpago revolucionário fôra o incêndio da velha e simbólica Bastilha; o trovão, o canhão de alarma da Ponte Nova, troando a rebate,

acompanhado do rolar soturno dos tambores de Santerre, o general-cervejeiro, abafando as derradeiras palavras do neto de São Luiz sobre o taboado infame da guilhotina; o raio, Bonaparte levando a guerra aos quadrantes do Velho Mundo e espalhando, com seus exércitos vitoriosos, o espírito revolucionário no coração das antigas monarquias. O Primeiro Cônsul acabara cingindo a coroa de Carlos Magno e sua espada começou a riscar novas fronteiras na carta da Europa. Em volta do trono erguido sobre a glória militar do Grande Exército, feita da fumaça das batalhas, intrigas ambiciosas cochichavam nas sombras. Todos os Bonapartes, todos os Talleyrands, todos os Fouchés se moviam nos bastidores da Epopéia. Através do ótimo conduto do ministro Godoy, Príncipe da Paz, pretendente a um reino ou ao ducado do Algarve, pelo menos dux algarbioru,.como fez cunhar nas moedas, a intrigalhada penetrou na Península Ibérica. Presos o soberano espanhol e seu herdeiro em Baiona, o Corso resolveu apagar Portugal do mapa das nações, como se a nação fosse unicamente um território e não um espírito imortal, retalhando-o entre os protegidos e guardando o melhor pedaço.

O general Junot, futuro duque de Abrantes, recebeu ordem para invadir o reino e moveu-se rumo às fronteiras. O que foi essa entrada Raul Brandão descreve com mão de mestre no "El Rei Junot". Sem forças militares para lhe opor, com as minguadas tropas a guarnecerem a costa no receio dos ingleses aborrecidos com a mole aquiescência portuguesa ao bloqueio continental, era impossível deter a invasão. Ao Príncipe Regente só restava uma alternativa: entregar-se à humilhação de ser prisioneiro ou procurar refúgio além-mar, onde também era soberano. O oceano era inglês e a Grã-Bretanha lhe protegeria a fuga. No ultramar, poderia com certa facilidade arredondar os domínios à custa da Espanha e da França, uma vizinha pelo Oeste e pelo Sul, a outra pelo Norte. Mais tarde, conforme as circunstâncias, reconquistaria o território europeu (35).

A idéia duma mudança da corte para o Brasil não era nova nem abstrusa. Outros a haviam tido. Pensara-se nisso no tempo de D. João IV, quando perigara a restauração. Em 1803, o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho a propusera, falando da criação dum **grande império** do outro lado do Atlântico. Em 1806, quando as ameaças do raio napoleônico começaram a se anunciar, a própria Inglaterra sugerira diplomaticamente a mudança, com a mesma idéia de Souza Coutinho, **to found a new Empire** (36). O próprio Hipólito da Costa, judeu e maçon, manifestar-se-ia, depois, favoravelmente a ela no jornal que publicava em Londres e no qual criticava todos os sucessos de Portugal e do Brasil (37). Chamar ao Príncipe fujão e condená-lo por isso é grande injustiça contra quem se não podia defender das conseqüências do trovão que viera rolando da França. Raros soberanos europeus não se achavam exilados, naquela época, dos países pequenos e fracos, pelos mesmos

motivos. As baionetas revolucionárias transformadas em baionetas imperiais tinham feito desocupar apressadamente muitos tronos.

A invasão francesa encontrava a ajudá-la as sociedades secretas dentro do país. Traidores pretenderam até cortar as comunicações, afim de ser a família real agarrada (38). O embarque teve de ser às pressas e em confusão, sob a chuva, a 27 de novembro (39). A esquadra inglesa de Sidney Smith cruzava em frente à barra, para proteger o comboio real. A 29 todos os navios iam se fazendo ao largo. Junot forçara as etapas e entrara em Lisboa humilhada, com seus soldados em petição de miséria. A corte, debruçada das amuradas das fragatas, contemplava, além do listão azul do Tejo, sobre as colinas verdejantes, os granadeiros franceses apreciando a partida.

Na sua ode a Napoleão, o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães diz que "nós um bem lhe devemos que gozamos". Com efeito, a vinda de D. João foi para nós um grande bem. "Para o Brasil, o resultado da mudança da corte ia ser, em qualquer sentido, uma transformação. A política estrangeira de Portugal, que era essencialmente européia, tornar-se-ia de repente americana, atendendo ao equilíbrio político do Novo Mundo, visando ao engrandecimento territorial e valia territorial do que, desde então, deixava de ser colônia para assumir foros de nação soberana. E, à nova nacionalidade que, assim, se constituía, foi o ato do Príncipe Regente em extremo propício, pois que lhe deu a ligação que faltava e com que só um poder central e monárquico a poderia dotar (40)". D. João foi, desta sorte, "o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira" e o verdadeiro fundador do Império". (41). E, quando mais tarde a elevou a Reino, não fez mais do que a "afirmação solene de sua integridade territorial (42)".

A colônia jubilosa, como que antevendo o futuro que lhe ia sorrir, recebeu-o com festas. A popularidade cercou o Príncipe, que a tudo correspondeu, dedicando tão grande simpatia ao país onde ia viver em plena segurança que enciumou a metrópole. Ao desembarcar, lembrando-se talvez da "Memória" de Souza Coutinho e dos conselhos ingleses, declarou que vinha fundar um império (43). Trazia material e gente para isso: 15 mil pessoas, alfaias e dinheiro. "O que fugira de Portugal pelo estuário do Tejo, tremendo de pavor das baionetas francesas que pareciam coroar as colinas da velha capital das navegações e das conquistas, não foi, como se pensa vulgarmente, tão só um rei medroso e uma corte de parasitas apavorados; mas, com esse rei e essa corte, todo o aparelhamento de uma nação. Mudou-se, nesse dia, o conceito de nação da margem européa para a margem americana. Tanto assim que o Príncipe a organiza do outro lado com arsenais,bibliotecas,escoas, academias, bancos, arquivos, fábricas, instituições, tropas e bandeira (44)".

Os caluniadores da realeza, criadores das opiniões convenientes

à maçonaria e ao judaísmo, procuraram tornar ridícula a figura de D. João. Mas o que o historiador consciencioso encontra em todos os documentos, desde os atos de caráter oficial aos relatórios confidenciais dos diplomatas estrangeiros aqui acreditados, são provas de suas altas virtudes de governante (45). Não lhe faltavam agudeza, sensibilidade, chiste, amor ao trabalho, cuidado com a cousa pública, carinhos pelas manifestações intelectuais, gosto pelas artes, sobretudo pela música, e grande bondade pessoal. Não era um guerreiro, porém um homem pacato e sedentário, amante de seu povo. Sabia cercar-se de homens eminentes, bastando citar para ilustrar-lhe a escolha o grande estadista conde de Linhares. Sua tolerância era sem limites. O "Correio Brasiliense" de Hipólito da Costa, que combatia veementemente o governo real e ao qual respondia o "Investigador Português", pago pela embaixada de Londres, era proibido de circular na metrópole, não no Brasil, onde o Príncipe queria ser o primeiro a lê-lo (46). Só depois das conspirações maçônicas de 1817 é que se modificou e com razões de sobra para isso.

No alicerce dos grandes serviços públicos que hoje possuímos, encontraremos sempre as fundações do Príncipe Regente e do Rei do Brasil. Veja-se rapidamente a lista do que criou: Tribunal do Desembargo, Conselho de Fazenda, Junta do Comércio, Mesa de Despachos Marítimos, Academia de Marinha, mais tarde transformada em Escola Politécnica, Intendência de Polícia, Arquivo Militar, Tipografia Régia, hoje Imprensa Nacional, Fábrica de Pólvora, Provedoria de Saúde, Escola de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Banco do Brasil, Jardim Botânico, o Museu Nacional com a coleção do barão Oheim, e, se o Museu Histórico possui esplêndida coleção de numismática, a base em que assenta é o medalheiro deixado por D. João IV. Chegou a pensar na criação duma Universidade. Como apresentar esse soberano sob a aparência unicamente burlesca, senão para diminuir o valor de quem, no combate contra as forças secretas, acabou perdendo a vida pelo traiçoeiro veneno maçônico?

De passagem para a Bahia, antes de aportar ao Rio de Janeiro, José da Silva Lisboa convenceu-o da necessidade de abrir nossos portos **às nações amigas,** o que se efetuou pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. A produção brasileira subira de valor devido ao bloqueio napoleônico. Abrir os portos às nações amigas era, no momento, um eufemismo. Mais tarde, sim, isso se tornou realidade. Então, o ato somente aproveitava à Inglaterra, dona dos mares. A colônia ultramarina havia sido até a data daquela abertura um campo de exploração da metrópole, do qual vimos como os judeus se aproveitaram nos seus diversos setores. Passava agora a ser um mercado (47). O judaísmo inglês saberia aproveitar-se admiravelmente dessa mudança, afim de obter o tratado comercial de 1810, que o duque de Wellington reconhecia ser "a ruína de Portugal" Ele instituiu um verdadeiro monopólio em favor da Grã-Bretanha (48)'

O Rio de Janeiro tornava-se um centro comercial de primeira ordem, graças à situação de guerra em que vivia a Europa com Napoleão, ligando-se a todo o Brasil, a toda a América e ao próprio Oriente. As especulações comerciais avultavam (49). Era um ponto onde se poderia ganhar muito dinheiro. Daí o interesse da sinagoga de Londres em nos deitar a mão.

O tratado foi assinado a 19 de fevereiro de 1810 e seus efeitos perduraram longamente. Firmaram-no D. Rodrigo de Souza Coutinho e lord Strangford. Por sua causa, até 1814 o Brasil constituiu verdadeiro monopólio do judaísmo britânico. Fazia-se para nós a transplantação do protetorado inglês que sugara o reino (50). Criava-se até aquilo que já fizemos notar ser uma das grandes aspirações de Israel por toda a parte, desde os romanos: o juízo privativo. Tal juízo, custa crer, porém é verdade, somente foi abolido na época da Regência, em 1832, quando se sancionou o Código Criminal! Todavia, o governo de Londres ainda protestou contra a abolição (51)! Como houvesse perdido as treze colônias da América do Norte e não precisasse mais de transportar negros pelo Atlântico, podendo escravizá-los à socapa, hipocritamente, de vários modos, nas possessões africanas, a Inglaterra mostrava-se liberal e filantrópica, introduzindo no tratado uma cláusula contrária ao tráfico, reduzindo-o, com promessa de gradual abolição, a que D. João resistiu e quando pôde. Em vista de não haver emigração, reconhecia em Londres lord Castlereagh que estancar o tráfico negreiro era o mesmo que tornar o Brasil improdutivo (52). O príncipe sabia que essa era a triste realidade e defendia o interesse do Brasil.

O artigo 12 do referido tratado é uma disposição verdadeiramente judaica e é curioso ter sido intercalada num instrumento que só devia dizer respeito, pela sua própria natureza, às relações de comércio e navegação. Estatue que nenhum estrangeiro residente nas possessões portuguesas podia ser perseguido ou inquietado por matéria de consciência. Isso impossibilitava o estabelecimento da Inquisição no Brasil, coibia a ação governamental em muitos casos e abria as portas ao judaísmo. Se a Grã-Bretanha quisesse proteger somente seus súditos, a condição do pacto se referiria aos ingleses; mas o texto diz **qualquer estrangeiro,** o que demonstra claramente o fundo judaico da medida. Aliás, o artigo 9 proíbe textualmente a Inquisição.

A despeito de tudo, "o imperialismo americano de Portugal" se exerce no continente, após a chegada do Príncipe. Para até certo ponto desforrar-se dos franceses que lhe haviam tomado e devastado a pátria, ele resolve conquistar a Guiana. Em meados de 1808, o capitão-general do Pará ocupou a margem do Oiapoc, território então litigioso. Em outubro, seguiu uma expedição ao mando do tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas, nos navios ingleses do comodoro James Yeo, a qual se apoderou de Caiena, em janeiro de 1809, quando o governador Victor

Hughes, cujos soldados tinham sido batidos por toda a parte, capitulou. "Estabelece-se o nosso domínio naquela parte do continente que olha para o mar das Antilhas. A dominação do Brasil-Reino dura até 1817 e cobre de benefícios aquela terra (53)". O tratado de Paris de 1814 determinou sua restituição à França, bem como a volta de Olivença, tomada pela Espanha, a Portugal. Mas D. João manobrou diplomaticamente, através do Congresso de Viena, ganhando tempo, e só fez a entrega, forçado pelas circunstâncias, em 1817. Ele compreendia tanto a vantagem do Brasil se prolongar para o Norte e atingir o mar das Antilhas que dizia preferir Caiena a Olivença. Dali, os brasileiros, que vêem as constelações do hemisfério meridional, poderiam avistar, sem sair do território da pátria, as do hemisfério setentrional!

Ao sul, as províncias do Prata entravam em ebulição. Toda a América, possuída de espírito legitimista, se rebelava contra a Espanha de José Bonaparte, afirmando sua lealdade à Espanha dos Bourbons. Mais tarde, a obra das lojas maçônicas foi justamente a transformação desse espírito no de libertação com idéias republicanas. Então, "nas revoluções emancipadoras, já não era a tradição nacional que se reatava, porém eram **idéias estrangeiras** que se adotavam (54)". Ao sopro dessas idéias, que vinham dos subterrâneos da história, o domínio colonial espanhol se desagregaria, enquanto que, sob a coroa real, o de Portugal no Brasil criava a nossa futura coesão nacional. Foi a realeza quem deu ao Brasil o sentido imperial que ainda não perdeu de todo. As forças secretas, assoprando a república à América Espanhola, mataram o sonho de Bolívar. Nem a Grande Colômbia pôde ser construída e um rosário de pequenas nações anarquizadas pelo caudilhismo rodeou o colosso tranqüilo do Império. Cada um desses caudilhos era mais tirânico, cruel e infame do que os piores entre os piores reis, mas falavam constantemente em liberdade. O Império expulsaria os mais nocivos dos seus tronos de sangue. Esta é que é a verdade histórica. O mais que se diz não passa de maçonismo ou de despeito contra a obra imperial nascida com D. João IV.

Dona Carlota Joaquina, esposa de D. João, antes de tudo princesa espanhola, até certo ponto uma espécie daquelas **hommasses** de que nos fala Brantôme, que já andara, devido à sua grande ambição de governar, metida numa conspiração em Portugal contra o marido (55), alimentava o desejo de obter a regência do Rio da Prata, cujos pró-homens não estavam muito de acordo com a Junta de Sevilha, representante de Fernando VII prisioneiro, na Espanha insurgida contra Napoleão. Pretendera, antes, a própria regência da Espanha, substituindo-se à Junta (56). A Inglaterra afagava os projetos emancipadores dos revolucionários sul-americanos, não pelos seus bons olhos, mas para para acabar de vez com o império colonial espanhol em que o sol se não punha e que era o seu grande rival. O judaísmo que manobrava a Grã-Bretanha

aproveitava a ensancha para enfraquecer mais uma grande monarquia católica.

A princesa começou a agir, estabelecendo articulações no Rio da Prata por meio dos aventureiros, talvez judeus, a seu serviço, Presas e Contucci. Em 1809, D. João enviou ao Uruguai o general Joaquim Xavier Curado, em missão de reconhecimento político, e foi deixando a esposa intrigar, às vezes até como que, com certo disfarce, acariciando-lhe o sonho. Os platinos chegaram a autorizar Belgrano a negociar como Dona Carlota Joaquina (57). Em 1810, porém, alteia-se no pampa oriental a figura cavalheiresca de Artigas, el Padre Artigas, como dizia a indiada; alteia-se contra a absorção de Buenos Aires e seus manejos políticos. Enovelaram-se, então, os fios de todas as tramas e só a espada poderia cortar esse nó gordio. As maravilhosas habilidades diplomáticas do duque de Palmela seriam empregadas, depois que a guerra tivesse resolvido o caso **in loco,** quando fosse necessário garantir perante a força das potências européias a manutenção das terras conquistadas.

Ao reconhecimento político de Curado segue-se o reconhecimento militar de D. Diogo de Souza. Em 1811, este general, à frente de tropas brasileiras, marcha de Bagé para Montevidéu e ocupa Paissandu, realizando verdadeiro passeio militar, quase sem derramamento de sangue. Atendia a um pedido do governador castelhano Élio, para impor ordem aos argentinos de Rondon e aos gaúchos uruguaios de Artigas que tornavam aqueles "miserables países desolados por la anarquia", como diria a ata do **cabildo** de Montevidéu, quando entregou a cidade às tropas do general Lecôr, em 1817. Diante dos soldados de D. Diogo de Souza, os argentinos levantaram o cerco da capital uruguaia e Artigas exilou-se em Entre Rios. De Paissandu, o general voltou tranqüilamente para o Rio Grande.

Em 1815, o caudilhismo estendia de novo na Banda Oriental sua anarquia sanguinolenta. Em 1816, os exércitos reais a invadiram, executando admirável plano estratégico. Beirando o mar, rumo de Montevidéu, seu objetivo, a divisão dos Voluntários Reais, tropas veteranas da guerra peninsular, soldados do Bussaco e do Vimieiro, sob o comando de Lecôr. Pelo interior, na direção do sul, as tropas brasileiras de Curado. Enquanto as duas pontas de tenaz assim avançam, o brigadeiro Chagas Santos e o general Abreu cobrem a fronteira com seus milicianos. Durou quatro anos a campanha, de 1816 a 1820. As colunas atingiram seus objetivos. A esquadrilha de Sena Pereira estabeleceu sua ligação pelo rio Uruguai. As investidas de Artigas e seus tenentes, manobrando entre as duas alas invasoras, contra nossas fronteiras, foram sempre repelidas. E, batido em todos os recontros, exausto, traído, fugitivo, o caudilho acabou indo refugiar-se no Paraguai, onde ficou sepultado em vida pela desconfiada tirania do Dr. Francia e foi sepultado morto (58).

D. João VI, rei pela morte da mãe desde 1816, engrandecia seus

domínios com mais uma província. O Brasil de seu tempo ia do Prata ao mar das Antilhas. Seu sentido imperial se afirmava muito grande para que as forças ocultas se não esforçassem para diminuí-lo e dividi-lo, trabalhando fora e dentro dele, de todos os modos e por todos os processos.

A dominação luso-brasileira no Prata foi inteligente, declara-o um escritor insuspeitíssimo: Zorrilla de San Martin, panegirista de Artigas. "Foram envidados todos os esforços para cimentar a conquista nas simpatias daquele povo, respeitando-se as leis e os costumes, conservando-se nos seus lugares os funcionários civis nacionais, **mesmo os militares".** Assim procedia uma monarquia com um país estrangeiro conquistado pelas armas, depois duma resistência de quatro anos. Temos visto como procedem os revolucionários republicanos com seus próprios patrícios, quando vitoriosos, tomando-lhes os empregos, sobretudo os cartórios. Sabemos como procedem os revolucionários comunistas com os seus compatriotas, tirando-lhes a vida para satisfazer a vingança de Israel.

Capítulo XIII

MAÇONS AQUÉM E ALÉM MAR

As revoluções que deveriam cercear o poder real com a constituição, bem como separar o Brasil de Portugal e ir semeando as primeiras idéias republicanas, etapas da grande marcha mundial para o domínio de Israel, estavam decididas nos conluios secretos da maçonaria e da sinagoga. Os movimentos e perturbações se manifestariam aquém e além mar, nos domínios da coroa portuguesa, às vezes até de maneira contraditória, o que serve para estabelecer a confusão nos espíritos desprevenidos. É preciso compreender que o judaísmo está fora dos povos e quer o esmagamento de todos. Por isso, lança uns contra os outros, lucrando com todas essas lutas. Seus agentes de qualquer espécie, portanto, podem figurar nos campos os mais opostos.

A ação da maçonaria em Portugal recrudesceu no fim do século XVIII, aquecida pelas chamas do grande incêndio revolucionário francês. Em 1797, a divisão auxiliar inglesa, que viera defender o reino contra os jacobinos, espalhara por todo ele as lojas de pedreiros-livres (1). Dentre elas, a mais ativa talvez fosse a **Filantrópica** de Santarém, fundada sob os auspícios do duque de Sussex (2). Já em 1798 vimos a maçona--a agindo na Bahia. Antes, agira em Minas. Em 1801, pôs as manguinhas de fora numa conjuração alinhavada entre Portugal e Brasil, aproveitando a guerra com a Espanha. O plano era vasto e visava a proclamação da república em Pernambuco, sob a proteção de Bonaparte, Primeiro Cônsul. Nunca se pôde penetrar bem "os esconderijos desse mistério", confessa um historiador de peso (3). Estavam implicados na meada os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, os irmãos Arruda Câmara e os irmãos Suassuna da famosa academia de seu nome, no Cabo. Os documentos mais comprometedores desapareceram como que por encanto dos autos da devassa. Pela mão dum religioso, frei José Laboreiro, correram rios de dinheiro para a soltura dos presos e a restituição dos bens seqües-

trados, "sem se saber de onde vinha tanto ouro (4)"!

Em 1803, já funcionavam no Rio de Janeiro três lojas: **Reunião, Constância e Filantropia.** A última quase repetia o nome da famosa de Santarém. A Inquisição andara farejando esses conciliábulos, metendo na cadeia, em Lisboa, o judeu e maçon Hipólito da Costa e um dos Vieira Couto, iniciado no Tijuco, em Minas, ao tempo da Inconfidência. Hipólito, de quem Vieira Couto era íntimo, conseguira livrar-se da entaladela e escafeder-se para Londres, onde fazia no "Correio Brasiliense" a política da nossa independência, não como meio de nos engrandecer, porém como fim de diminuir Portugal. Vieira Couto só foi posto em liberdade com a entrada dos soldados de Junot. Conta-se que, quando se apresentou ao general francês, este, **que o conhecia de nome** (?), lhe disse:

— "Seu crime é ser maçon, e também é maçon o Imperador meu amo (5)".

Um especialista na matéria escreve o seguinte: "Certos autores pretendem que Napoleão foi feito maçon. É possível que o Imperador tenha recebido um grau inteiramente honorífico. A maçonaria devia-lhe essa gentileza, afim de obter a sua benevolência. Se por acaso assistiu à sessão de alguma loja, decerto evitaram tratar em sua presença assuntos subversivos (6)". A verdade histórica é que, na sombra colossal do Império, que impusera uma disciplina e um grão-mestre à franco-maçonaria, forçando-a de certo modo à submissão (7), formou-se outra maçonaria que, vinda das sinagogas da Inglaterra e dos Estados Unidos, manobrada pelos Rotschild, preparou lentamente Waterloo e Santa Helena. Todos os marechais que traíram o Imperador, todos os áulicos que o abandonaram e todos os políticos que o venderam eram maçons. Basta uma pequena lista: Augereau, Marmont,Murat,Talleyrand, Fouché... A nova maçonaria não era mais do que a repetição do Rito Escocês Perfeito, com o aumento dos graus até 33. Foram seus organizadores os judeus Moisés-Cohen, Hyes Franken, Morin e Spitzer. O primeiro conselho supremo realizou-se em Charleston, nos Estados Unidos, a 31 de maio de 1801, sob a presidência do judeu Isaque Long. Sua instituição em França data de 1804, ano da coroação de Napoleão I. Com essa arma oculta, a Inglaterra de Rotschild apunhalou pelas costas o Império (8). A queda da **maior potência política da época** ia permitir que se erguesse **a maior potência financeira dos nossos tempos** (9). Podemos acrescentar: **a maior potência financeira de todos os tempos!**

Durante todo o governo de D. João VI, as potências ocultas trabalharam com afinco, sem que cessassem as inteligências entre as maçonarias de Portugal e do Brasil (10). Desse trabalho pertinaz resultaram os movimentos de 1817 nos dois países, quase simultâneos, manobrados pela "infame facção de mortandade e roubo", como rezam alguns docu-

mentos (11). A coisa ia rebentar em Lisboa, intentada pela maçonaria, assegura Varnhagen, quando as denúncias chegaram ao general inglês Beresford, que ocupava o reino devoluto com suas tropas. Pretendia-se proclamar D. João VI rei constitucional (12), primeira etapa para a república. Antes de subir ao cadafalso, Luiz XVI jurara a constituição. O plano era mais ou menos o da Inconfidência de Vila Rica, seguido o modelo da antiga tática judaica do golpe de Estado. Surpreendiam-se e matavam-se as autoridades. Provocava-se um motim. O general Gomes Freire, grão-mestre da maçonaria, fingindo-se alheio ao combinado, seria aclamado chefe e convocaria as côrtes para proclamarem a monarquia constitucional (13). Beresford mandou efetuar prisões, funcionaram tribunais de emergência em processos sumários e dez cabeças da conjura, militares e paisanos, foram enforcados. Um deles, porém, estrangeiro suspeitíssimo, o barão Frederico de Eben, foi somente expulso (14). Quando o general Gomes Freire caminhava lentamente para o patíbulo erguido no Alqueidão, em frente ao Tejo azul, um oficial das tropas inglesas, a única farda vermelha presente à lúgubre cerimônia, o tenente-coronel Haddock, avançou para ele, estendeu-lhe a mão e deu-lhe os toques maçônicos (15).

À conspiração descoberta e dominada de Gomes Freire em Lisboa correspondeu deste lado do Atlântico a revolução de Pernambuco, no mesmo ano de 1817. Este movimento foi "gerado nas sociedades secretas, que passaram a funcionar no Brasil", sendo outro motivo importante "o impulso português no intuito de determinar pelo ressentimento o regresso de D. João VI (16)".

Desde alguns anos, as atividades maçônicas recrudesciam no nosso país. "Antes da famosa loja **Comércio e Artes,** que data de 24 de junho de 1815, teriam existido outras no Rio, Bahia e Pernambuco, que continuaram, sob o governo de D. João VI, a desenvolver sua atividade **silenciosa,** fundando-se mesmo uma, **composta em parte de empregados do paço,** com conhecimento do então Príncipe Regente, cujo fervor religioso nunca foi grande e menos ainda de caráter ultramontano. Drummond contesta formalmente que D. João VI tivesse ciência dessa loja (17), mas o fato dela denominar-se, como ele próprio escreve, São João de Bragança (18), depõe contra a sua negativa (?). A perseguição às lojas maçônicas só ocorreu quando a revolução pernambucana de 1817 patenteou seu caráter político anti-monárquico. O alvará de penas foi até mandado transitar pela chancelaria do Reino, o que, escreve Drummond, já caíra em desuso. Houve por algum tempo o pânico da maçonaria, alimentado por espias e delatores, e não só as lojas foram mandadas dissolver, como se criou um juízo da inconfidência, que cometeu arbitrariedades (19).

Vê-se bem que o rei pouca importância deu às lojas até se descobrir sua atuação revolucionária e só então, diante das provas irrecusáveis, se determinou a agir. Antes de funcionar na Praia Grande (Niterói),

onde era sua sede, a **Comércio e Artes** realizava suas seções no Rio de Janeiro, na Pedreira da Glória, em casa do dr. José Joaquim Vahia. Depois da perseguição, passou a reunir-se na residência do capitão de mar e guerra Domingos de Ataíde Moncôrvo (20). Foi dessa loja que surgiu a idéia da instalação dum **poder maçônico** brasileiro. Em 1821, ela estava solenemente montada no Rio e batia-se pelo liberalismo político e **econômico.** Em 1822, quando se fundou o Grande Oriente do Brasil, dividiu-se em três. Dela nasceram duas oficinas maçônicas célebres em nossos anais: **União e Tranqüilidade,** e **Esperança da Vitória,** de Niterói (21).

As lojas judaicas da Grã-Bretanha haviam mandado dois emissários para a América do Sul, afim de conhecerem os progressos revolucionários do continente: o general Miranda, que comandara exércitos franceses na Revolução, para a Venezuela, e Domingos Martins, natural do Espírito Santo, que acudia também pelo nome de Dourado, homem de aventuras e negócios, para o Brasil. As filiais comerciais do último deviam fornecer os meios pecuniários para o movimento, cujos planos os dois haviam longamente discutido nos conciliábulos presididos em Londres, por Miranda. A missão cometida a ambos era de "portentosos efeitos (22)". Domingos Martins veio acompanhado pelo capitão de artilharia Domingos Teotônio Jorge, acreditado perante o Grande Oriente da Bahia. Em 1815, o primeiro voltou a Londres e "a revolução começou a mover-se (23)". Ficou combinado que seus chefes no Recife esperariam o aviso dos **mestres** do Sul, os quais o dariam depois de receberem aviso dos **mestres** da Europa, conforme refere um manuscrito do padre Teles de Menezes.

A preparação maçônica vinha sendo lenta e seguramente feita. Diversos pedreiros-livres, enviados para aqui e para ali, desde 1809, fundavam lojas nas cidades de seu domicílio, de acordo com o Governo Supremo, exercido pelo Grande Oriente da Bahia, onde residia maior número dos maçons "que tinham sido iniciados e elevados aos altos graus na Europa (24)". Em 1816, já Pernambuco contava uma Grande Loja provincial e 4 regulares (25), todas articuladas com as baianas e fluminenses, uma das quais, a **Distinta** ou **Distintiva** de Niterói, era freqüentada por um dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque (26), que participara da conjura de 1801 e participaria da de 1817.

O governo real recebia denúncias anônimas da trama. Diziam-lhe que os revolucionários pretendiam deixar-lhe unicamente o título de D. João de Bragança (27). O processo, aliás, estava nos moldes da maçonaria, que já crismara o infeliz Luiz XVI como Luiz Capeto **tout court.** Talvez por isso houvessem dado aquele nome de São João de Bragança à loja da gente do próprio paço. Esses jogos de palavras simbólicas são uma das muitas especialidades da seita.

Aproximava-se em Pernambuco a época fixada para o estouro do

movimento que o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, tolerante, descuidoso e indolente, não era homem para reprimir com a energia necessária. No "Correio Brasiliense", Hipólito da Costa atribuiu-o, depois, ao descontentamento do povo pelas contribuições e conscrições forçadas para a guerra da Banda Oriental contra Artigas (28). O duque de Palmela replicou-lhe, esmagando-lhe os argumentos de arranjo, com as provas de que não fôra lançado tributo algum, porque as tropas em campanha estavam sendo pagas pelo erário de Lisboa! Além disso, as milícias nacionais que operavam no Sul eram na quase totalidade do Rio Grande, Santa Catarina e São Paulo: gaúchos da fronteira, guaranis missioneiros, o regimento dos Barriga-Verdes e a formidável Legião dos Paulistas. Havia, na verdade, carestia de vida, mas não por culpa de impostos do governo. Ela fôra provocada por especuladores que açambarcavam os carregamentos de gêneros e "os revendiam a retalho ao público de maneira a mais arbitrária (29)". O que ofendia ao povo miserável não era nenhum arrocho do governo real que foi, na opinião da João Ribeiro e Oliveira Lima, sempre paternal, mas a ostentação de luxo e de empáfia dos comissários de algodão em maré de fartura, **novos mascates,** cheios de dinheiro pela alta do produto, conseqüência ainda da cessação do bloqueio continental e da guerra entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, de 1812 a 1813. Havia certa rivalidade entre brasileiros e portugueses. A insolência dos ricaços cristãos-novos aumentava-a.

A maçonaria aproveitou habilmente a carestia e a situação, atribuindo a primeira ao governo e a segunda aos portugueses, quando ambas eram resultado da atuação da mesma casta judaica. O próprio Caetano de Miranda Montenegro, na ordem do dia de 4 de março de 1817, apesar de ter sido até então iludido pelos que mais de perto o cercavam (30), reconhecia que se havia lançado mão de tais meios. Toda a gente estava farta de saber que a conspiração se forjava nas lojas maçônicas (31). Hipólito da Costa apelava para a explicação do descontentamento popular, porque isso lhe convinha como maçon. Rosa-Cruz que era (32). Se fomes e carestias por si sós determinassem revoluções, cada seca no Ceará seria um apocalipse social, entretanto, nenhum povo sofre mais resignado do que o cearense. As fomes e as carestias são sempre adrede provocadas pelas forças ocultas para criar climas revolucionários, em que os agitadores demagogos possam mover as massas desatinadas. Em geral, "os **filósofos** e intrigantes são sempre os autores das revoluções (33)". O povo não passa de pretexto ou de força bruta Posta em movimento para sr conseguirem certos fins. A revolução de 1817 não foi absolutamente feita pelo povo, nem teve o apoio do povo, como o reconhecia o brigadeiro Lima e Silva, em 1824, antes pelo contrário, pois o interior, mais tradicionalista do que o litoral e livre das influências cosmopolitas, ou não aderiu a ela ou contra ela se

insurgiu de armas na mão. A revolução foi feita unicamente pela maçonaria, servindo-se da tropa, indisciplinada de antemão, cujos inferiores tinham chegado ao ponto de atentar contra a vida de seus superiores e dentro dos quartéis!

A 6 de março de 1817, houve motim no corpo de artilharia da guarnição, transpassando um dos oficiais o comandante com a espada. O governador mandou prender o culpado e mais outros colegas, bem como o agitador Domingos Martins Dourado (34), de volta de Londres, onde quebrara, dizem uns que **fraudulentamente** (35), mas ele defendeu-se da imputação. Tais prisões determinaram o levante, decerto antes do tempo, o que fez gorar a revolução geral, ainda não de todo articulada nas outras províncias. As unidades rebeladas abriram fogo de fusilaria contra os elementos fiéis à legalidade e o governador se recolheu à fortaleza do Brum, onde não tardou a capitular, sendo remetido para o Rio de Janeiro. Soltaram-se os maçons presos e todos os criminosos da cadeia pública, que vieram engrossar as fileiras revolucionárias, meio técnico de todas as revoluções judaicas para espalhar o terror e **entocar** a burguesia, como preceituam as diretivas atuais da Internacional. Essa gente cometeu os mais horríveis excessos (36). Arengaram ao populacho desenfreado, pelas esquinas, Domingos Martins, o padre João Ribeiro Pessôa e, a dar crédito aos ofícios governamentais e consulares da época, o ouvidor de Olinda, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que alguns papéis dizem **de Abreu,** acusado até de homicídio na pessoa dum negociante de Santos (vide a nota 26). Segundo Muniz Tavares, o mesmo era um dos que anteriormente peroravam com veemência nos conciliábulos maçônicos. Todavia, nos interrogatórios a que mais tarde foi submetido, o irmão de José Bonifácio defendeu-se, ao que dizem, com algum fundamento, dessas increpações e "verberou o movimento (37)". Era, entretanto, maçon e de alto bordo!... Foi, segundo o manifesto maçônico de 1832, assinado por José Bonifácio, o 1° Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Fundara em Pernambuco uma Universidade Secreta, nos moldes do Areópago de Arruda Câmara.

Deu-se a interessante coincidência de estarem surtos no porto do Recife vários navios franceses, entre os quais "La Felicité", cujo imediato Luiz Vicente Bourges, isto é, Borges, descendente dos cristãos-novos emigrados de Portugal para Bordéus, não perdeu a oportunidade de fazer grande carga de gêneros da terra, sobretudo algodão, a preços vis, graças ao movimento revolucionário (38). Repitamos ainda a frase sacramentai de Sombart: "A guerra é a seara do judeu!".

Constituiu-se um governo provisório, composto de 5 membros: Domingos Martins, José Luiz de Mendonça, Manuel Corrêa de Araujo, o coronel Domingos Teotonio Jorge e o padre João Ribeiro Pessôa. Para captar simpatias, essa junta aboliu certos impostos e aumentou o soldo da tropa, praticando "atos políticos repassados de moral jacobina (39)".

preparou-se para resistir a qualquer reação ou para coadjuvar outros pontos rebelados, montando navios armados, com tripulações estrangeiras. Os oficiais e soldados rebeldes arrancaram das fardas e barretinas as armas e topes reais. Pensaram, ao princípio, em conservar a bandeira portuguesa sem o escudo, porque, sendo branca, de longe haveria confusão e os navios de passagem ou arribada, vendo-a tremular nos fortes, não notariam a mudança de situação e não levariam a notícia a outros portos, o que daria tempo de se aperceberem melhor para a luta. Quiseram, depois, adotar a tricolor francesa (40). E acabaram aceitando o projeto de bandeira maçônica apresentado pelo padre João Ribeiro Pessôa: "bicolor, azul-escuro e branca, sendo as cores partidas horizontalmente; a primeira em cima e esta por baixo, e tendo, no retângulo superior azul, o arco-íris com uma estrela (41) em cima e o sol por baixo, dentro do semi-círculo; e no inferior, branco, uma cruz vermelha (42)". Entregues à tropa, as novas bandeiras foram solenemente abençoadas no campo do Erário (43), numa espécie de **reprise,** em ponto pequeno, da Festa da Federação do Paris revolucionário, no Campo de Marte.

Dizem os historiadores da revolução de 1817 que o arco-íris significaria, nas suas três cores fundamentais, Paz, Amizade e União. Este é o significado demótico, aparente. O significado verdadeiro e profundo somente o pode revelar a cábala maçônico-judaica que esses historiadores desconheciam. O arco-íris é o AZILUTH cabalístico do Grande Pentáculo da Luz Eterna sob os atributos do Sol, que não foi esquecido e está posto embaixo, como seu gerador. O AZILUTH é a síntese da Unidade a que correspondem as 7 vozes ou cores da análise (44). Sobre essa síntese, dominando o mundo, a Estrela de cinco pontas do Microcosmo salomônico, o Homem Divinizado. Todos esses símbolos, note-se bem, estão **sobre** a Cruz ensangüentada! Afirma-se que esta relembra o primitivo nome do Brasil, — puro engodo dos simbolistas sibilinos. A hermenêutica cabalística ensina que arco-íris, sol e estrela dominam e ensangüentam a cruz! As cores das duas faixas repetem as das palas da bandeira maçônica da revolução baiana de 1798, azul e branca, cores de Israel, que figuram no pavilhão sionista da Palestina com a Magsen David em traços de ouro. A leitura exata desses símbolos cabalísticos mostra o verdadeiro caráter do movimento de 1817. Os ignorantes poderão sorrir desta interpretação. Pouco importa! Os judeus cabalistas e os maçons que conhecem os seus símbolos sabem que ela é absolutamente verdadeira.

A revolução logo se estendeu à Paraíba e ao Rio Grande do Norte; mas seus emissários ao Ceará e à Bahia, o sub-diácono José Martiniano de Alencar e o padre Roma, José Inácio de Abreu Lima, nada conseguiram. José Pereira Filgueiras, o grande caudilho sertanejo, levantou em prol da realeza o interior do Ceará (45). O sul de Pernambuco insurgiu-se contra os republicanos maçons do Recife. A contra-revolução estalou

nos sertões de Alagoas. As outras províncias próximas ou remotas conservaram-se indiferentes. Antonio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, enviado aos Estados Unidos, nenhum socorro obteve oficialmente e mal conseguiu algumas provisões de guerra por meio da "especulação particular", as quais nem chegaram a tempo. Parece que se pensou em nomear Hipólito da Costa, ministro da nova República em Londres, mas a idéia, se existiu, não foi avante.

Alguns fugitivos de Pernambuco, chegando em breve prazo à Bahia de tudo informaram o governador conde dos Arcos, que tomou providências enérgicas e imediatas com os recursos de que dispunha. O padre Roma foi preso. Aprestaram-se expedições para atacar por mar e terra o foco da rebeldia. Lá dentro, lavraram dissenções. Muitos dos revoltosos haviam sido iludidos, como sói acontecer, quanto aos verdadeiros intuitos da maçonaria. Tinham-se levantado contra impostos e vexações, não contra o poder real. Demonstra isso a proposta de José Luiz de Mendonça ao Governo Provisório de que participava, que vem na obra de Muniz Tavares (46). Idêntica traça fôra posta em prática na Inconfidência Mineira.

É digno de nota o grande número de sacerdotes que tomaram parte ativa na revolução: Alencar, Roma, Miguelinho, Caneca, João Ribeiro. Além dessas figuras principais, muitos frades, cônegos, vigários e coadjutores. Diz Mario Melo que tinham sido enfeitiçados pelo liberalismo (47). Eram todos maçons! padre Miguelinho, Miguel Joaquim de Almeida Castro, iniciara-se em Lisboa, no ano de 1807 (48). O padre João Ribeiro era iniciado, segundo Oliveira Lima, nos "mistérios da democracia". Todos esses religiosos, homens mais ou menos cultos, não podiam ignorar que incorriam na maior penalidade da Igreja, - a excomunhão maior, **ipso facto,** que pesa sobre a cabeça de todo católico que se fizer maçon. Não vale dizer, como assoalham os ignorantes no assunto, que a maçonaria, nessa época, ainda não tinha sido condenada pela Santa Sé, porque isso absolutamente não é verdade. A primeira condenação foi feita pela bula de Clemente XII, IN EMINENTI, em 1738, e a segunda, pelo breve PROVIDUS, de Bento XIV, em 1751 (49). Os eclesiásticos maçons de Pernembudo foram vítimas do que Valéry-Radot denomina "paródia demoníaca da mensagem evangélica da fraternidade (50)". Já nesse tempo, 1817, a maçonaria punha em prática no Brasil-Reino o processo que, vinte e nove anos mais tarde, em 1846, figura nas INSTRUÇÕES SECRETAS da Alta Venda Carbonária de Roma, documento preciosíssimo apanhado pela polícia de Sua Santidade o Papa Gregório XVI: "O clero deve marchar sob o vosso estandarte, julgando sempre que está marchando à sombra da bandeira das chaves apostólicas (51)". Estavam, na verdade, **enfeitiçados,** como diz o maçon Mario Melo, ilustre jornalista e historiador. O termo não poderia ser melhor empregado.

As providências do conde dos Arcos puseram rapidamente termo à revolução pernambucana. A frota de Rodrigo Lobo bloqueou o Recife restabeleceu a ordem em Natal, de onde o governo revolucionário fugiu Para a serra do Martins. O marechal de campo Cogominho de Lacerda marchou contra os rebeldes com alguma tropa da Bahia, pelo interior. Sem apoio no sertão conflagrado o Governo Provisório da República Maçônica procurou negociar uma capitulação com o comandante da esquadra, que se recusou a qualquer entendimento. Então, Domingos Teotonio Jorge, como os **irmãos** do Rio Grande do Norte, buscou refúgio fora da capital, levando a guarnição e os cofres que nó início da revolução estavam "bastante cheios (52)".

Ao aproximar-se Cogominho, Rodrigo Lobo deu um desembarque. O Recife foi ocupado sem resistência. O padre João Ribeiro Pessôa suicidou-se. Os republicanos dispersaram-se. Alguns dos que foram apanhados seguiram presos para a Bahia (53). O governador nomeado para Pernambuco, Luiz do Rego, seqüestrou os bens dos réus e fez julgar vários por uma comissão militar. Mandaram-se alguns para os cárceres de Lisboa; degredaram-se outros para a África; arcabuzaram-se outros. Foram passados pelas armas na Bahia, com horrível aparato, Domingos Martins, José Luiz de Mendonça e o padre Miguelinho. Mais três vítimas oferecidas pela maçonaria aos seus deuses ocultos! O padre Roma havia sido fuzilado a 23 de março.

O movimento terminou a 20 de maio de 1817,dominado com relativa facilidade, porque "estalou prematuramente" e os maçons da Bahia "desorientados com a iniciativa do conde dos Arcos, nada puderam fazer (54)". Durante a rebeldia e o processo, os anônimos preveniam D. João VI que os "presos eram abundantemente socorridos e protegidos abundantemente segundo os capítulos da seita (55)". Denunciavam mesmo os maçons de sua **entourage,** como o conde de Parati, o marquês de Angeja e o barão de São Lourenço. Os dois primeiros abjuraram, penitenciaram-se e receberam o perdão do soberano indulgente. O último era mais ladino e perigoso. Chamava-se Francisco Bento Maria Targini e exercia o cargo de conselheiro da fazenda. Filho dum italiano astuto, sem eira nem beira nem ramo de figueira, judeu disfarçado pelos moldes e modos, alçara-se de mero guarda-livros duma **comandita** ou sociedade anônima lisboeta aos altos postos do Estado. Enriquecia no que hoje se denomina advocacia administrativa e corrompia toda a gente que rodeava o monarca, a poder de ouro. As denúncias apontavam-no como "chefe dos traidores (56)".

O judaísmo maçônico fôra vencido à luz do sol em Lisboa e no Recife. Voltaria à carga pelos subterrâneos e já tinha plantado suas daninhas sementes dentro da própria casa de El Rei!

Mal decorrera um semestre desde o término da revolução pernambucana e já se preparava outra, com a mesma finalidade, disfarçada na

idéia da constitucionalização do reino, afim de não ferir susceptibilidades e angariar maior número de adeptos, em Portugal. Em janeiro de 1818, o desembargador Manuel Fernandes Tomás, o advogado-poeta José Ferreira Borges, raça de cristãos-novos, e outros constituíram um SINHÉDRIO, — que evocava, diz acertadamente Rocha Martins, o "supremo conselho dos judeus". O judaísmo-maçônico é o eterno gato escondido com o rabo de fora. Como o avestruz, julga que ninguém o vê, porque ocultou a cabeça e não está vendo ninguém...

Em tal SINHÉDRIO figuravam **negociantes** abastados e práticos: João Ferreira Viana (?), Lopes Carneiro, Duarte Lessa, José Gonçalves dos Santos e Silva, José Pereira de Menezes. Apoiavam-nos os militares maçons, sobretudo os da loja **Liberdade.** A voz do povo apontava todos os constitucionalistas como maçons e herejes (57). Foi daí que partiu e se avolumou a revolução portuguesa de 1820, que criou as Cortes, arrancou D.João VI ao seu querido Brasil e levou-o a morrer na Bemposta da **água-tofana** dos mistérios... (58).

A maçonaria, que parecia ter perdido a cartada, acabou ganhando o jogo. As lojas, os sinhédrios, as sinagogas, os kahals daquém e além-mar, marchando ao som do "trovão de França" que ainda se não apagara na história, caminhavam, com a lentidão de quem anda apalpando as trevas, para o Domínio Universal!! Que lhes importava o cadáver do boníssimo rei que o veneno estendera no leito mortuário? Envenenariam mais ainda do que o corpo a sua memória, cobrindo-o de ridículo imerecido.

Capítulo XIV

GUATIMOZIN À SOMBRA DA ACÁCIA

"Os raios da Grande Luz, que desde as mais remotas épocas iluminara a Ásia e o Egito, e fulgura hoje na Europa, não podiam deixar de penetrar um dia na Terra de Santa Cruz", diz textualmente o Manifesto do Grande Oriente do Brasil, escrito em 1931 por Gonçalves Lêdo e assinado por José Bonifácio, publicado em 1831, historiando a ação da maçonaria no nosso país. A Grande Luz, levava-a Lúcifer, o Arcanjo Revel, até quando, num assomo de orgulho, pronunciou o **Nom serviam!** Desde esse momento, o espírito de revolta nascera no mundo e começara a refulgir a "flamígera estrela", a que alude José Bonifácio no mesmo documento, estrela que vimos no simbolismo das bandeiras maçônicas de 1817 e 1798, exprimindo a grandeza do homem livre da sujeição a Deus sobre a terra confusa e ensangüentada. A linguagem simbólica desse manifesto é digna de nota e de comentário. Ela demonstra a união da maçonaria ao judaísmo, na citação já feita e em outros pontos. A Grande Luz iluminara a Ásia e o Egito, terras onde vivera o povo de Israel. Fulgurara, depois, na Europa, aonde a diáspora o havia levado e acabara vindo brilhar na terra brasileira. Afirma ainda que a primeira Loja Simbólica do Brasil, filiada ao Grande Oriente de França, fundara-se no ano da **Verdadeira Luz** de 5.561, era judaica e não cristã. Essa loja fôra a **Reunião.** Mais tarde, haviam sobrevindo as perseguições, em 1815 e 1817, ou, melhor, em 5575 e 5.577. Voltando à tona, quando se findaram, as lojas tinham feito a "Independência maçônica" (sic); mas, "nos planos do IMORTAL JEOVÁ", a época de 1822 "ainda não estava assinalada como aquela que devia marcar a estabilidade". O que O Patriarca denominava "planos do Imortal Jeová", na vida dum povo fundamentalmente católico, é, sem dúvida, o que hoje, de ciência certa, chamamos Planos ou Protocolos dos Sábios de Sião. A interpretação do notável documento, para quem está ao par dos segredos maçônico-

judaicos, é absolutamente clara, não podendo dar lugar a nenhuma controvérsia, senão para quem queira argumentar de má fé (1).

Desde o século XVI, o trabalho de destruição do mundo cristão vinha sendo realizado com habilidade demoníaca. Nesse século, nascera o panteísmo rabínico e o direito da força nas concepções filosóficas judaicas de Espinosa. A Carta de Colônia, primeiro documento maçônico que se conhece, assinada por Melanchton, amigo de Lutero, traz a data de 1535. A revolução religiosa devia desencadear a revolução política, para esta, por sua vez, desencadear em conseqüência a revolução social. A quebra da unidade espiritual do cristianismo traria com as guerras de religião do século XVII e com a Revolução Francesa do século XVIII o liberalismo burguês dissolvente e desmoralizante. Depois, teria de surgir o socialismo, próprio para penetrar as camadas ingênuas do povo fechadas ao liberalismo. Em 1646, o judeu Elias Ashmole fundaria a maçonaria escocesa. As sociedades secretas iriam ser, na frase do grão-mestre Goblet d'Aviella, o laboratório onde se combinariam as idéias que **convinha** espalhar no mundo de forma prática. Que idéias? Ele mesmo responde: "Nós somos a filosofia do liberalismo (2)". Eis por que assiste toda a razão a Draper para afirmar que "o antagonismo de que somos testemunhas é a continuação duma luta que começou no dia em que o cristianismo se tornou uma potência política (3)".

Raízes e ramos da Acácia Simbólica de Hiram estenderam-se pelo mundo e chegaram até nós. Vale a pena ler a confissão de Lêdo subscrita por José Bonifacio, no precioso Manifesto: "Crescia à vista d'olhos nova vergôntea dessa árvore maravilhosa (?), cujos ramos de um verdor eterno (?) cobrem com sua doce sombra todas as nações, e cujas raízes carregadas com o peso dos séculos alcançam o seio misterioso da natureza (4)". A sombra da acácia espalhava pelo mundo "pseudo-idéias liberais, nobres e generosas, cuja realização gradual ia modificando insensilvemente, em proveito dos elementos revolucionários, em cuja primeira plaina devemos pôr os judeus, a face do mundo cristão e a estrutura interna da sociedade (5)". À sombra da acácia se elaborava "um meio mundial dominado pelo capitalismo, anemiado pela democracia, amalucado pelo socialismo e dividido pelos nacionalismos, incapaz de opôr a menor resistência ao ataque do maçonismo e do judaísmo (6)". Porque "a revolução e a democracia, a revolução social e o comunismo são meras etapas do gigantesco duelo personificado por dois princípios: o cristianismo integral e a anti-Igreja (7)". Porque "liberalismo, humanitarismo, tolerância, livre-pensamento, modernismo, constitucionalismo, parlamentarismo, são simples prelúdios idílicos do jacobinismo, do radicalismo, do comunismo, da Junta de Salvação Pública e da Tcheka (8)".

A independência do Brasil foi realizada à sombra da Acácia, cujas raízes prepararam o terreno para isso. É o que a documentação histórica nos ensina e prova. É o que diz oficialmente a própria maçonaria no

"Livro maçônico do centenário", à pág. 116. Tem razão, pois, o Manifesto em apelidá-la "Independência Maçônica". Ela foi um corolário da retirada do Rei para a metrópole e teve o caráter "duma transação entre o elemento nacional mais avançado, que preferiria substituir a velha supremacia portuguesa por um regime republicano segundo o adotado nas outras colônias americanas por esse tempo emancipadas, e o elemento reacionário, que era o lusitano, contrário a um desfecho equivalente, no seu entender, a uma felonia da primitiva possessão e a um desastre financeiro e econômico da outrora metrópole. A referida transação estabeleceu-se sobre a base da permanência da dinastia de Bragança, personificada no seu rebento capital, à frente de um império constitucional e democrático, cujo soberano se dizia proclamado **pela graça de Deus e pela unânime aclamação dos povos,** a um tempo ungido do Senhor e escolhido pela vontade popular (9)". Isto quer dizer que as raízes da acácia encontraram resistência no tradicionalismo, no espírito conservador da nação e tiveram de dar rodeios, transigindo, à áspera de melhores dias para alcançar afinal seus objetivos.

Aquém e além-mar, os maçons trabalhavam de concerto para o mesmo fim, embora às vezes parecendo em desacordo. Lá, aproveitando a ausência do Rei e o receio de nova regência sob o rebenque de Beresford, que se achava no Rio de Janeiro, o SINHÉDRIO maçônico-judaico impusera a constituição. Aqui, também, a arruaça e a tropa amotinada impuseram a mesma constituição, sem ligar importância à realidade brasileira, muito diversa da de Portugal, sem cuidar que o nosso país carecia dum estatuto orgânico próprio, acorde com seu gênio nacional e não copiado exatamente do espanhol das Cortes de Cadiz através do português das Cortes de L|sboa. Por trás dos movimentos, "os republicanos das lojas maçônicas, ansiosos por verem o Rei de barra fora, porque nele divisavam, e com razão, o principal obstáculo à independência, de acordo com as idéias da Grande Revolução (10)".

É muito curiosa a dupla ação da maçonaria, em Portugal e no Brasil, desunindo-os a pouco e pouco, urdindo a futura república maçônica para ambos. Os liberais estão convencidos de que a obra foi meritória, porque a situam do seu estreito ponto de vista convencional. A independência brasileira processar-se-ia de modo diverso,em tempo oportuno, sem a maçonaria, seguido-se a evolução natural e conservando-se as raízes tradicionais da nacionalidade, ao invés de substituí-las pelas raízes da acácia, vindas da Ásia e do Egito. Se males maiores não advêm ao mundo da obra solerte das forças ocultas, é que Deus dirige os destinos dos povos e a Providência, sem que se sinta, faz com que, quase sempre, o mal, pensando que trabalha para si, trabalhe na verdade para o bem.

No tempo em que se processou a independência, o pavor da maçonaria alanceava a corte portuguesa, O brigadeiro Madeira escrevia da

Bahia ao Rei, quando este já em Lisboa, expondo com ilimitada franqueza e grande conhecimento de causa a continuada ação dos poderes ocultos. Diziam a D. João VI que "o Brasil estava povoado de lojas maçônicas" (11), o que era mais ou menos verdade. "À sua volta crescia e fechava-se o saco do terror. Mergulhava-se o seu espírito no eterno receio dos maçons e o juiz da Inconfidência vinha diariamente ourar o medroso ânimo do monarca com os casos de Pernambuco, mostrando-lhe conspiradores audazes e pedindo castigos (12)". Em Portugal, o SINHEDRIO aliciava gente, manobrado pelo "negociante de peso", José Pereira de Menezes, "homem de tráfico com a Inglaterra", **atilado, modernizado** (13), cristão-novo! Outro grande aliciador era o desembargador Sotto Mayor. Sabemos por Mario Sáa, na "Invasão dos judeus", que os Sotto Mayor são cristãos-novos da gema. Os aliciadores se articulavam com os oficiais maçons, que moveriam no momento dado os corpos de infantaria de linha e caçadores. No Porto, agia Fernandes Tomás, criador do SINHEDRIO, de parceria com o coronel Barreiros, que tinha poderes dos liberais e ligações com a Espanha para uma projetada União Ibérica (14), belo meio de acabar com o espírito nacional português. Entrava na conjura, trabalhando febrilmente, frei Francisco de São Luiz, o futuro cardeal Saraiva (15), sacerdote maçon que punha suas ambições acima da excomunhão pontifícia ou marchava sob a bandeira da Acácia, pensando que era a das Chaves Apostólicas... O coronel Sepulveda, comandante do regimento de infantaria 18, forçava a entrada no movimento ao coronel Cabreira, o qual desejava somente o regresso do soberano para aliviar os males do Reino, mas não a imposição da constituição, como era plano do SINHEDRIO (16). Engrossavam as fileiras dos conspiradores quase toda a guarnição do Porto e do Minho, e os militares do Além Tejo filiados à loja **Liberdade** de Elvas (17).

Fez-se a revolução a 24 de agosto de 1818, mais ou menos um ano depois da de Gomes Freire em Lisboa e da de Domingos Martins no Recife, à hora em que o alegre bimbalhar dos sinos chamava os fiéis à missa, criando-se uma Junta Provincial do Supremo Conselho do Reino. D. João recebeu a notícia no Rio de Janeiro pelo navio inglês "La Créole". Calou-se. Nada disse a ninguém, nem aos íntimos, nem à própria família. Mal sabia que as tropas de Lisboa também tinham aderido (18). À hora em que soube do acontecimento do Norte de Portugal, já a capital em festa ouvira entre vivas o Hino Constitucional, apressada composição do maestro Coccia, e aclamara a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, à qual a nobreza declarara prestar obediência ao Rei e à Constituição, que deveria manter a Religião e a Dinastia (19). A coisa ia-se fazendo por etapas. A essas juntas sucederiam, com o tempo, outras sem religião e sem dinastia até que chegasse a oportunidade de não haver mais juntas e aparecerem os sovietes como seus últimos avatares.» Dentro em pouco, a mania das juntas pas-

saria ao Brasil. Inaugurava-se no mundo a era dos Reis-Títeres e das Constituições-Panacéias. Tangidos pelas forças secretas, pelas raízes da acácia como diziam Lêdo e José Bonifácio, todos os povos iam se tornar pedinchões de cartas constitucionais.

Quando se veio a saber de tudo, El Rei se aconselhou com seu fiel valido, o ministro Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, homem austero e probo, talvez o único estadista a quem o soberano verdadeiramente amou. O ministro era de opinião que devia ficar no Brasil, embora se perdesse Portugal. Aquilo lá era o passado; isto aqui, o futuro. Mas a maçonaria trabalhava fortemente deste lado. Dos seus clubes e conciliábulos, sobretudo das reuniões em casa de José Joaquim da Rocha, saíam intrigas com pés de lã, que iam enredando e complicando tudo, ajudadas de outros fatores. No Portugal esbandalhado pelas cruéis invasões francesas, cheio de ressábios de ódio pela antipática ocupação britânica, empobrecido pela abertura dos portos e os leoninos tratados judaicos de comércio, o SINHÉDRIO agia, ligado à Espanha, já maçonicamente constitucionalizada pela revolução de Cadiz, a 7 de março, que precedera de meses a do Porto (20). Num e noutro reino da Península, as forças ocultas só não proclamavam a república com receio da Santa Aliança, ainda vigorosa, a qual era a "Internacional Branca — a Sociedade das Nações da Direita (21)". Na América, desde 1812, pelo menos, as lojas mâçônicas estavam articuladas. Datava da revolução de 1817 a ligação das do Brasil com as do Prata, onde funcionava, em Buenos Aires, a célebre loja **Lautaro,** "a qual adotando o nome dum herói araucano, só por isso dava a entender suas ligações com a costa do Pacífico, desenvolvendo notória e fecunda atividade na perseguição de seu ideal, que era a independência com a república (22)". Despejava-se sobre o país uma rajada de conjuras, declara Pedro Calmon, que sente nos acontecimentos de então a influência duma "lógica superior (23)". E grande número de emigrados franceses infiltrava princípios revolucionários nos brasileiros (24).

Entre os fatores a que aludimos, estão a ambição do conde de Arcos, o esmagador da revolução de 1817, que acariciava a idéia de ficar D. Pedro no Brasil, indo o pai para a Europa e se tornando ele o primeiro ministro todo poderoso (25), como se o Príncipe fosse governável por alguém; a ação do duque de Palmela, chegado de Londres, que aconselhava o regresso do Rei, "industriado pela revolução (26)", pois, com efeito, esse regresso "era prescrito pelo Grande Oriente da metrópole" (27); e os assomos de Dona Carlota Joaquina, enfadada da América, despeitada, que ansiava voltar para "terra de gente", como dizia. Só o soberano não alimentava tal desejo.

Todos os fios da meada, porém, se teciam na penumbra misteriosa das sociedades secretas. A maçonaria era, em verdade, o centro emanci-Pador, reconhece grande autoridade no assunto, o sr. Mario Bhering,

grão-mestre da maçonaria brasileira (28). Esse centro coordenava-se com todos os outros do continente, desde quando Domingos Martins e o general Miranda haviam sido industriados pelas lojas maçônicas judaicas dirigidas pelo Kahal de Londres. Era ali que, durante anos, fugido da Inquisição de Lisboa, Hipólito da Costa preparava no "Correio Brasiliense" o "movimento de organização nacional, delineando sua teoria e mostrando sua prática, para isto apontando para os exemplos estrangeiros **na América** (29) e indicando como deveriam ser indicados e tratados os vários problemas políticos e sociais... A ação do grande jornalista exercia-se, porém, à distância e para a realização dos **desiderata** liberais convinha ter agentes mais próximos e diretos (?). Foi este o papel da maçonaria combinado com a imprensa local, por meio da qual aquela atuava sobre a opinião (30)". Esta confissão de Oliveira Lima é de peso e os elogios que faz só podem ser levados em conta de sua falta de visão a respeito da questão judaica e das verdadeiras finalidades das sociedades secretas.

O Príncipe constituiu seu primeiro ministério com elementos não maçonizados: o conde dos Arcos, que o dominava, Louzã, Caúla e Farinha. Estava, por isso mesmo, destinado a cair logo. Por todo o país, andava uma agitação em que se chocavam, tangidos pelas forças secretas, os que haviam recebido a constituição da metrópole como um movimento de nacionalismo que expulsava os ingleses (41); os portugueses reacionários, absolutistas, e os patriotas brasileiros, desejosos da independência, da qual já se falava abertamente (42). Na confusão, vinham, às vezes, à superfície os fermentos separatistas, sobretudo em Pernambuco (43), onde se tentava contra a vida do governador Luiz do Rego, odiado pela maçonaria por causa da repressão de 1817, que retirara diante de Goiana insurgida, sem forças para impor a sua autoridade (44).

O Pará aderia "às fórmulas de Portugal", instalando uma Junta Governativa. Foi, depois, a Bahia. Tudo denunciava "poderoso movimento europeu e americano (45)". O Ceará também estabelecia sua junta com o brigadeiro Xavier Torres (46). No Rio de Janeiro, os oficiais, "que eram muito das sociedades secretas", tomavam atitude. E o Príncipe, levado pela tropa, dava vivas à Constituição. Mas esses vivas àquilo que é o começo do enfraquecimento do poder real, não contentavam no fundo os reclamantes, habilmente manobrados pelas lojas: queriam, além do juramento à constituição, a demissão do ministério não maçônico. Era preciso vingar os **irmãos mirandistas,** deportados e fuzilados em 1817, na altiva pessoa do conde dos Arcos. A tropa amotinada cercou-lhe a casa. D. Pedro cedeu, sacrificando-o.O conde foi expulso para Portugal, não se lhe permitindo nem que saltasse na Bahia para mudar de roupa, pois embarcara com a do corpo.

São Paulo, onde se encontrava José Bonifácio de Andrada e Silva,

venerável das lojas, culto, viajado, influente e amadurecido na vida pública, aquém e além-mar, também não ficou atrás das outras províncias e teve a sua junta saída da anarquia militar. A junta de Minas mostrou-se em oposição ao Príncipe, o que desgostou a maçonaria (47), que queria comprometer definitivamente D.Pedro na causa brasileira, de acordo com seus planos maquiavélicos que já obrigavam os neófitos a jurarem nas iniciações trabalhar pela independência (48). "Renasceu, com certa intensidade, o movimento secreto que gerara a partida de D. João VI (49)".

"Sob qualquer pretexto — diz um grave conselho maçônico — devemos introduzir nas lojas maçônicas a maior quantidade possível de príncipes e de homens ricos. Esses pobres príncipes trabalharão por nós, julgando trabalhar por si. Servirão de excelente taboleta. Serão a isca para os intrigantes, os imbecis, a gente das cidades e os agitadores (50)". A maçonaria seguiu admiravelmente este conselho, que é da própria essência de sua política e por ser recentemente revelado não deixa de ser antigo. O primeiro passo para a consecução desse fim foi dado pelo brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, propondo a 13 de maio de 1822 que a maçonaria conferisse ao Príncipe o título de Protetor e Defensor Perpétuo, para que à dignidade de Regente, emanada do Rei, se juntasse outra, outorgada pelo povo, D. P. (51). O povo, como de costume, o verdadeiro povo não foi ouvido nem cheirado; o povo, para as lojas, era o **povo maçônico** e nada mais. Os documentos da seita não deixam a menor dúvida sobre isso. "A maçonaria gostava desses títulos que cheiravam a Revolução e Democracia (52)". Protetor lembrava Cromwell e a decapitação do primeiro Rei Cristão levado ao cadafalso, na praça pública, por uma revolução triunfante judaico-maçônica-puritana. D. Pedro não o aceitou **ín totum** e ficou somente com o de Defensor Perpétuo, adrede escolhido pelos simbolistas sibilinos. D. P., iniciais do imperante nas peças do uniforme, nos arreios, nos coches, nas librés, nos móveis, nos portões, nos gradis, nas porcelanas, em tudo quanto se referisse à côrte e à pessoa do futuro soberano, facilmente se confundiriam com as do título maçônico. Onde os profanos lêssem Dom Pedro, os iniciados interpretariam, com um sorriso judaico, Defensor Perpétuo. Bem escolhido. E deram-lhe o título — que ironia! — a 13 de maio, na revista militar em que comemorava o aniversário de D. João VI...

Para chegar a esse ponto, desde a partida do velho Rei, quanto rodeio, quanta tática, quanta artimanha e quanta luta! Tudo se processara Por etapas sucessivas, dentro dos lineamentos dum plano maduramente estudado. Os simples mortais viam tão-somente o desenrolar dos sucessos, quase sempre sem atinar com suas causas, motivos e razões. A maçonaria era a única a saber como e porque as coisas seguiam aquele rumo.

Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, nascido de família judaica emigrada para o Prata, rebento de **viandeiros** do ninho de contrabando da Colônia do Sacramento, na opinião dum cornaca do judaísmo, "deve ser considerado na realidade a figura máxima da independência brasileira... Nenhum dos próceres que a história cita como fautores da **nossa** (31) liberdade contribuiu tanto como Hipólito para tornar o Brasil um país independente... Hipólito da Costa, o judeu, foi de fato o maior obreiro da independência (32)". Hipólito era o delegado maçônico junto às lojas inglesas (33).

Até a data da revolução maçônica constitucionalista de Portugal, o Príncipe D. Pedro, herdeiro presuntivo do trono, não se preocupara com a política. Vivia como um doidivanas, um estroina, um Marialva, no meio de eguariços e farristas, preocupados com cavalos, touros, modinhas e amores de ocasião. Haviam-no casado com uma arquiduquesa austríaca, pedida solenemente em Viena e embarcada em Liorne na fragata "Augusta". Feia, loura, sábia, resignada e boa, não pudera prender aos seus poucos encantos o marido estabanado, que amava, apesar de tudo. Estava grávida, quando as tramas da política o enrodilharam, e essa gravidez foi o pretexto invocado para o Príncipe não ser mandado para apaziguar os ânimos portugueses em lugar do pai, como esteve por algum tempo resolvido. Dona Carlota Joaquina, desejosa de voltar à Europa, fez tudo para gorar essa viagem aconselhada por Vila Nova Portugal. As intrigas dos bastidores do paço ajudaram-na (34)."A influência da maçonaria acordou o autoritarismo do Príncipe (35)", autoritarismo inato que ela tomou como trunfo na sua jogada. E o padre Macambôa preparou o motim contra essa partida que as forças ocultas não desejavam, porque estava prescrito que D. João VI era quem devia partir.

Partiu, enfim. Resolveu-se em abril de 1821, mandando lavrar o decreto de nomeação do filho para Regente do Brasil. Disse-lhe, ao comunicar-lhe a resolução, que, se o Brasil se separasse, antes fosse para ele, que o havia de respeitar e não para alguns desses aventureiros... Referia-se aos que tramavam as intrigas nas sombras. D. Pedro seguiu-lhe o conselho e livrou o país dos aventureiros, que puseram as manguinhas de fora depois de sua abdicação e acabaram por tomar conta de tudo em 1889...

Cansado de distúrbios e intrigas, o Rei embarcou furtivamente à noite e despediu-se da terra que tanto amara e à qual tanto servira, com o rosto balofo ensopado de lágrimas sinceras. A esquadra fez-se de vela nas trevas da noite. Ao amanhecer o dia 26, estava ao largo. El Rei voltava à pátria, "humilhado ao novo poder (?) que se constituira desde 1817 (36)". O **novo poder** era o SINHÉDRIO, o braço movido pela sinagoga, a Regência de Lisboa pelas Cortes: os cristãos-novos Sotto Mayor e José da Silva Carvalho, de mãos dadas ao clérigo maçônico frei Francisco de São Luiz, semente de cardeal. Eram os Membros

das Cortes, os "casacas de briche", a bacharelada pernóstica, parlapatona, rousseauniana, "mais ciosa da etiqueta e das prerrogativas do que o Rei (37)", simplório e bonacheirão. Desembarcou no Terreiro do Paço como um condenado, mais triste sob o atroar das salvas e foguetes, e o repicar dos sinos do que, quando partira sob a chuva miúda, fugindo das baionetas de Napoleão. Sentia-se que havia perdido para sempre a felicidade. Teria o país conquistado a sua? pergunta, incrédulo um historiador. Os fatos já lhe responderam pela negativa. Ia entrar no elenco duma "paródia mansa de 1793 (38)". Mas essa paródia, que parecia mansa, sabia preparar devagarinho, com sorridente premeditação, as doces laranjas embebidas de água tofana! Os "casacas de briche" não lhe dariam descanso, metendo o bedelho em todos os negócios como detentores da soberania do Estado, que não era mais real, e sim popular e rueira; não lhe dariam descanso as reações da mulher aparceirada ao filho Miguel, inimigos acérrimos da pedreirada-livre que dominava o Reino. E aquelas Cortes, manejadas pelos poderes ocultos, querendo impor juntas, **todo o poder às juntas,** provisoriamente ao ultramar, acabariam a obra da separação, que era o seu escopo.

No Brasil, os aventureiros, livres da presença do soberano e da sua ação catalítica, livres do grande Tomás Antonio de Vila Nova Portugal, que o seguira para um destino ingrato e infeliz, continuaram seus manejos, sobretudo no Rio de Janeiro, onde "a maçonaria era o cérebro" que tudo dirigia e "o Senado da Câmara era o braço" que tudo executava (39), à voz do agente pedreiro-livre, o negociante português, José Clemente Pereira (40). Nas reuniões, nos conciliábulos, nos panfletos, nos jornais, na oratória, vibrava o racionalismo filosófico, a metafísica revolucionária do século XVIII. Mandavam-se deputados à Constituinte Portuguesa, saídos da maçonaria, vindos do movimento de 1817, como Antonio Carlos, vindos de mais longe, da conjura baiana de 1798, como o cirurgião Cipriano Barata e o padre Agostinho Gomes.

Lendo-se a correspondência do Príncipe Regente D. João VI, verifica-se que ele ia mudando de opinião ao sabor das circunstâncias e, certamente, conforme as inspirações das ocorrências do momento. Em outubro de 1821, dizia ao Rei: "A independência tem se querido cobrir comigo e com a tropa (53)", acrescentando que não conseguiriam isso, porque não poderia ser perjuro. As juntas maçônicas foram tirando-lhe a autoridade e arrepiou carreira aos poucos. Continuaria a escrever até 1822, participando mesmo que os independentes acreditavam na proteção inglesa e norte-armericana e o tinham já aclamado Protetor e Defensor Perpétuo (54). Todavia, as conjuras maçônicas preparavam as vias para a realização do movimento da independência, com ele, Por ser mais fácil, tanto na loja que se reunia à rua da Ajuda, em casa de Joaquim José da Rocha (55), como no convento de Santo Antônio, que frei Sampaio transformara em "lugar suspeito de fermento carboná-

rio (56)". Nessas sociedades secretas é que se propagavam as opiniões (57). E os maçons de Portugal contribuíam admiravelmente para o resultado fatal, como se tivessem o deliberado propósito de irritar os brasileiros (58). Bem urdida, a sinuosa e obscura trama!

Votada a constituição em Lisboa, os deputados brasileiros, que tinham sido adrede magoados e desautorados, sobretudo na sua pretensão duma assembléia especial para o nosso país, debandaram. As Cortes, ao princípio, não quiseram mandar tropas para o Rio de Janeiro. Elas é que governavam, mantendo o Rei nas mais completa sujeição, a que pela idade, o gênio e os quebrantos já se ia acostumando. Mas acabaram com um pensamento de recolonização, enviando uma esquadra com reforços e ordem ao Príncipe para recolher ao Reino, obrigando-o a tomar, de repente, apoiado nas forças secretas que o impeliam, a resolução de ficar.

José Bonifácio, ministro todo poderoso, preparara a junta de São Paulo para impedir a partida de D. Pedro. A maçonaria não queria perder a magnífica taboleta do Príncipe, mais arguto, entretanto, do que ela pensava e que estava também, à sua custa, fazendo seu jogo político pessoal. São Paulo e o Rio impetravam de Sua Alteza ficasse no Brasil a despeito de tudo. Em volta dessa manobra, entreteciam-se intrigas. O sonho republicano continuava na imaginação dos maçons pernambucanos. Os bacharéis ajacobinados de Minas não esqueciam os ideais da Inconfidência. Afirmava-se mesmo, aqui e ali, a tendência separatista, bem americana, para a constituição de Estados autônomos (59), as pequenas pátrias que abrolhariam, mais tarde, na doutrina positivista. Quando as diversas facções maçônicas chegaram a acordo sobre o **modus faciendi** da Independência, decidiu-se que o Regente ficaria (60). José Joaquim da Rocha, "o grande elemento das sociedades secretas", tangeu bem os pauzinhos para obter essa combinação. Além de ficar, era necessário que se utilizasse a força do comando do general Avilez, contra a qual talvez não fossem suficientes as tropas nacionais, cujo único chefe competente, na verdade, era o general Curado, já muito idoso e achacado de reumatismos. A princesa Leopoldina, devorada de ciúmes contra a bela condesa de Avilez, poderia ser magnífico trunfo...

Sua Alteza fica! foi o brado do triunfo maçônico. O "Fico" era a porta aberta para a independência. No dia em que o Príncipe oficializou sua desobediência às Cortes de Lisboa, a separação do Brasil de Portugal estava virtualmente feita. Com mais um esforço se consumaria. A obra havia sido levada a cabo com mestria pelos maçons de lá e de cá. A soldadesca desordeira de Avilez tentou uma demonstração que só serviu para irritar os ânimos dos patriotas. O general sentiu, porém, que nada poderia fazer e recolheu com seus corpos veteranos à Praia Grande (Niterói). O velho Curado, herói da Cisplatina, cercou-o com as unidades brasileiras, as milícias, os populares armados. Avilez rendeu-

se e embarcou para a metrópole (61). Partia-se o laço mais forte do Reino Unido. Restavam Saldanha, no sul, Madeira, na Bahia, Lecor, em Montevidéu, e o Fidié, no Maranhão. O primeiro iria, em breve, embora. O segundo seria forçado a capitular em julho de 1823, o terceiro aderiria e obrigaria D. Álvaro de Souza a retirar, e o quarto seria cercado e aprisionado em pleno sertão.

D.Pedro foi a Ouro Preto, ganhou Minas à sua causa e teve entusiástica recepção, que apagou as divergências da bacharelice. O Grande Oriente do Rio de Janeiro, reconhecido pelos de França, Inglaterra e Estados Unidos (62), exultava. Pouco faltava para alcançar triunfo completo. O Príncipe seguia para São Paulo. "Por esse tempo, já o primeiro ministro (José Bonifácio) fora avisado de que lhe iam dar (a D. Pedro) o malhete de grão-mestre da maçonaria brasileira organizada com uma prudência tenacíssima, ligada com a americana e com a inglesa... (63)". Era o primeiro Bragança, o primeiro Príncipe com o sangue cristianíssimo dos Bourbon e dos Habsburgo que lhe penetraria os umbrais, reconhecendo-lhe o Poder Oculto. Que glória!

Vindo de Santos para São Paulo, ao abeirar-se da cidade, à margem do Ipiranga, D. Pedro recebeu despachos do Rio de Janeiro que lhe davam, segundo se diz, notícias, das ordens intransigentes das Cortes para a sua volta e do envio de expedições militares. A cavalo, rodeado dos dragões de sua Guarda de Honra, uniformizados à austríaca, e dos membros da sua comitiva, amarfanhou os papéis, arrancou da espada e pronunciou as palavras que abriram novos horizontes ao Brasil:

— Independência ou morte!!

Era a declaração pública do que já estava resolvido nos subterrâneos. Rio Branco, anotando Varnhagen, diz que a independência já fora proclamada pela maçonaria na sessão de 20 de agosto, "em assembléia geral do povo maçônico", reunidas na sede do **Apostolado** as três lojas metropolitanas, sob a presidência de Gonçalves Lêdo (64). Não se sabe. ao certo, que papéis o futuro Imperador recebeu naquela ocasião. Ninguém os leu. Diz-se somente que eram as aludidas notícias. Não estaria entre elas a **prancha** sobre essa "assembléia do povo maçônico"? E o povo brasileiro, que não era absolutamente o "povo maçônico" corno foi consultado?...

Nas festas com que acolheram o jovem fundador do Império em Piratininga, encontrou ele a famosa Domitila de Canto e Castro, destinada ao título de marquesa de Santos e a ser, ao mesmo tempo, a Pompadour e quase a Maintenon do primeiro reinado, como mais tarde reconhecia a pobre Imperatriz D. Leopoldina (65). Na mesma noite em que chegou de São Paulo, tomou posse D. Pedro do cargo de grão-mestre da maçonaria, aclamado por Alves Branco no recinto da loja (66). Até então, o grão-mestrado fora de José Bonifácio, que "tomara nas mãos viris o malhete da maçonaria e, acusado de não querer fazer às claras essa

obra (a independência), tratava da pátria no seio da sociedade secreta, rodeado de amigos, de consócios, de cúmplices (67)". José Bonifácio falara da maçonaria ao Príncipe e o atraíra para ela, mostrando-lhe a ação de Lêdo na loja **Comércio e Artes,** a de Muniz Barreto, a de dezenas de militares e sacerdotes (68). Fora em maio de 1822, quando D. Pedro escrevia ao Pai que se pensava em fazer de D. João VI Imperador do Reino Unido e dele, filho, Rei do Brasil, quando acesa andava a divergência entre "corcundas" e "pedreiros-livres", quando reinavam a indisciplina e a anarquia fomentadas das trevas, que "fizera sua entrada solene na maçonaria; vestira-se de pompa a loja para receber o **aprendiz** Guatimozin, que vinha penetrar os seus mistérios. Erguera-se a **abóbada de aço,** visto aparecer o grão-mestre". Estavam presentes os enviados das maçonarias estrangeiras Jaques Le Breton e Lucas Obes. Obedeceu-se rigorosamente ao ritual. O **irmão Cobridor** anunciou que o **profano** se achava na Casa do Depósito, isto é, na Câmara das Reflexões. Foi introduzido com o cerimonial e **recebeu a Luz,** depois das viagens simbólicas. "José Bonifácio, revestido de suas insígnias, vira a alegria com que seus **irmãos** acolhiam o Bragança audacioso, o qual lançava para longe escrúpulos de raça, de tradição, de família e mergulhava num mundo novo, ali naquela casa do Grande Oriente Brasileiro, onde se ia deliberar largamente sobre o sonho, a ansiedade, o desejo: a independência. Guatimozin, aprendiz da loja n.° 1, **Comércio e Artes,** era mestre ao cabo de oito dias (69)".

Por que o estranho pseudônimo de Guatimozin, nome que já vimos aplicado a uma das lojas maçônicas pernambucanas que participaram da revolução de 1817? Responda Rocha Martins: "Era uma vez, nos tempos recuados de 1497, um imperador asteca de Anahuac, México». Vieram de longe, em 1522, os conquistadores e ele, de armas em punho, diante do Cortez audaz que lhe queria os tesouros, ele, filho do rei Ahintzote, sucessor do irmão de Montezuma II, deixaria rechinar o seu corpo nas brasas, preferia ser chagado sobre as grelhas, que os soldados conduziam como se fossem inquisidores, fora martirizado, sofrera as mordeduras do lume nas suas reais carnes antes que dizer aos bárbaros onde ocultava as opulências, as riquezas, as magnificências de seu império (70)". Isso fora em 1522.0 simbolismo maçônico combinava, ajustava até as datas, criando um novo "Imperador do Sacrifício", que pensava servir-se da maçonaria, "desviando-a da tendência republicana e ensaiando nela os atos definitivos do Império (71)". Os fatos ensinar-lhe-iam com o tempo que, na verdade, a maçonaria é que o levara até a triste, desolada madrugada de 7 de abril... O pacto com as trevas custa sempre o próprio sacrifício. Ele assaria a fogo lento nas braças do sacrifício da coroa e, perdendo um império, pelo sacrifício ainda ganharia um reino, Portugal, para a sua filha, escrevendo o mais belo capítulo de sua vida, o capítulo final. Pobre Guatimozin! Tomando este nome, o

monarca não recebia um tributo, mas, pelo contrário, rendia "expressivo preito" à maçonaria (72). A sombra da Acácia foi para Pedro Guatimozin sombra venenosa e traidora de mancenilha,

A 14 de agosto de 1822, seis dias antes de proclamada a independência pelo "povo maçônico", vinte e três dias antes do grito do Ipiranga, José Bonifácio mandava uma circular ao corpo diplomático, falando da independência, mas ainda reconhecendo a chefia suprema de D. João VI e se batendo pelas teses dos dois congressos, um para Portugal, outro para o Brasil, teses que os nossos deputados haviam proposto sem resultado às Cortes do Reino. Reclama nela maior autoridade para o Príncipe Regente, em cujas mãos convinha ajuntar a maior soma de poder, porque, com esse poder, se realizaria a obra de separação, projetada por todas as forças secretas apoiadas na Inglaterra, à qual isso convinha, visto como para o judaísmo britânico "desmembrar seria ganhar (73)". Passemos à leitura do curioso documento, que mostra o jogo político do Patriarca: "Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o Reino Irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar a sua independência, e a exigir uma Assembléia Legislativa dentro do seu próprio território com as mesmas atribuições que a de Lisboa, salvo para a devida e decorosa União com todas as partes da Grande Família Portuguesa, e debaixo de um só Chefe Supremo, o Senhor D. João Sexto, ora oprimido em Lisboa por uma facção desorganizadora, e em estado de cativeiro, o que só bastava para que o Brasil não reconhecesse mais o Congresso de Lisboa, nem as ordens de seu Executivo, por serem forçadas e nulas por Direito. E devendo para se evitar a queda da Monarquia, e a confusão dos interregnos, devolver toda a autoridade e plenitude de ação em S. A. R. o Príncipe Regente do Reino do Brasil, Herdeiro do Trono e Legítimo Delegado de Sua Majestade: o Qual tem com efeito a pedimento dos povos reassumido toda a autoridade da Sua Regência, para dela usar constitucionalmente, como tudo se acha expendido no Manifesto que o Mesmo Augusto Senhor acaba de dirigir às Potências Amigas: Cumpre-me por ordem de S. A. R. que deseja dar toda a publicidade à pureza e justiça de Seus Procedimentos, transmitir a V. Mcê. o dito Manifesto para o levar ao conhecimento da respectiva Corte e bem assim outros impressos que lhe são relativos, e servirão de ilustrá-lo.

Sua Alteza Real espera pois que os Governos Legítimos e Nações Civilizadas que se prezam de liberais, darão o devido apreço à Sagrada Causa que o Brasil proclama, e que o Mesmo Senhor protege e defenderá a bem de toda a Nação portuguesa.

Aproveito esta oportunidade para oferecer a V. Mcê. a segurança de minha particular atenção. Deus guarde a V. Mcê. ms. ans. Palácio do Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1822. Muito certo servidor de V. Mcê. **José Bonifacio de Andrade e Silva (74)".**

O Patriarca grão-mestre sabia bem quais os propósitos da seita a que servia. Encobria-os mais ou menos na véspera da independência, Continuaria ainda a encobri-los, após a proclamação de São Paulo, aceitando que o Imperador assinasse decretos, datados dos dias posteriores ao 7 de setembro, referendados por ele, como Príncipe Regente. (75).

Portugal, minado pelas forças ocultas, não estava em condições de reaver ou mesmo defender pela força o reino revel, que de há muito, não o esqueçamos, não era mais colônia e sim nação igual, com governo próprio, unida sob a mesma coroa. A independência do Brasil não é, como vulgarmente se considera, a passagem duma colônia oprimida a nação livre; mas a separação de duas nações igualmente constituídas, o que fora a grande obra de D. João VI, gabada mesmo por enviados maçônicos como Henry Koster. Enquanto os emissários do Grande Oriente se espalhavam por todas as províncias, afim de preparar a aclamação maçônica do novo soberano (76), Januário Barbosa para Minas, João Mendes Viana para Pernambuco, José Egídio Gordilho da Barbuda para a Bahia (77), todo o ministério, sob a batuta de José Bonifácio, marchava de acordo pelo vínculo maçônico que o unia e a maçonaria influía em todas as decisões do governo (78). Ao mesmo tempo, tomavam-se as providências de ordem militar requeridas pelas circunstâncias, equipando-se navios, conseguindo-se a cooperação de chefes navais ou terrestres estrangeiros, mercenários de nomeada nas aventuras maçônicas da libertação sul-americana, como o almirante lord Cochrane e o general Labatut. O primeiro servira no Chile (79); o segundo, na Colômbia, foco maçonizante-mirandista (80). O primeiro ligou pela costa os esforços dos vários núcleos de independentes das províncias, contribuindo grandemente para manter a integridade nacional, depois de perseguir, além das águas territoriais, as naves portuguesas. O segundo, com o visconde de Magé e os heróis do 2 de julho, combateu contra as forças do general Madeira, que foi obrigado a capitular. A guarnição de Montevidéu cindira-se, ficando metade com Lecôr e o Império, metade com D. Alvaro de Souza e a matrópole. Esta metade retirou-se sem combater. O Fidié, sargentão ranzinza, resistiu mais tempo no interior do Maranhão e Piauí, com as populações sertanejas levantadas contra ele, e acabou por entregar as armas, sitiado em Caxias (81). Essas reações não se prolongaram muito: em fins de 1823, todo o vasto território nacional estava submetido ao governo imperial. A delonga para o reconhecimento da independência por parte de Portugal levou mais tempo. Somente em agosto de 1825 foi assinado o tratado. Assim, três anos após o grito do Ipiranga, na data justa em que D. Pedro fizera conhecimento com a jovem Domitila por uma coincidência ou combinação curiosa, que ele próprio assinalava numa carta à amante (82), tremularam nas embarcações surtas no Tejo os pavilhões imperiais, efeito da ratificação do ato diplomático por

El Rei, Augusto Pai do Imperador e Imperador honorário ele próprio. Em verdade, o tratado considerou D. João VI Imperador do Reino Unido (83). Tanto custava ao filho maçônico a separação. Tanto não era uma colônia que quebrava algemas, como se pinta nas alegorias literárias e gravadas. Tanto era uma nação que se desligava de outra nação.

Ambas se achavam na posse da maçonaria todo poderosa. Lá, o Rei prisioneiro duma facção, como o reconhecia na sua carta o próprio grão-mestre José Bonifácio, destinado à peçonha sutil e misteriosa. Aqui, o Imperador rendido aos pés de formosa dama que, mais tarde, serviria de instrumento a outra facção, rodeado, no próprio dia de sua aclamação, de todos os maçons **com armas ocultas** (84), sob o pretexto de defender-lhe a vida de qualquer tentativa de reacionários portugueses, como se alguém até hoje, a não ser a maçonaria, houvesse tentado contra a vida das pessoas reais.

Hipólito da Costa não teve o gosto de ver o triunfo maçônico de 1822-1823, que respondia ao Triunfo Eucarístico de Vila Rica. O último número do "Correio Brasiliense" saíra em dezembro de 1822. O jornalista finara-se pouco tempo depois. A missão do **viandeiro** da Colônia do Sacramento estava finda.

Se a opinião, a vontade dos homens não fosse sujeita a divisões e chismas, dominaria o mundo, impondo-se acima das leis da causalidade e aos próprios desígnios da Providência Divina. Mas é fatal que, conquistado o objetivo, as vontades humanas congregadas para atingi-lo se separem em antinomias e rivalidades. A história mostra-nos isso em todas as revoluções vitoriosas. A da Independência não podia fazer exceção à regra geral. A maçonaria vitoriosa dividiu-se, como outrora se haviam afastado jacobinos e girondinos. E a história dos primeiros anos do Império, que parece aos que a lêem por cirna uma série de lutas políticas, não passa do duelo entre duas facções maçônicas, a de Lêdo e a de José Bonifacio, as quais se degladiam, enchendo de confusão a vida nacional, até que, sacrificando nas aras do 7 de abril o pobre Guatimozin, se unem de novo no famoso Manifesto citado no início deste capítulo, manifesto escrito por Lêdo e assinado por José Bonifacio em 1832!

A luta começou entre o Patriarca e o Grande Oriente. Com o Primeiro, ficaram os maçons mais conservadores, monarquistas; com o segundo, os maçons republicanos, os avançados (85). Ala direita e ala esquerda. Essa divisão não morreu de todo com a abdicação. Prolon-9ou-se, depois, até a famosa questão dos bispos, no segundo reinado. Na opinião de alguns, José Bonifácio, que chefiava a ala girondina, moderada, tinha despeito de Gonçalves Lêdo, que chefiava a ala radical, a montanhesa. Saindo do Grande Oriente, o Patriarca fundara o **Aposto-lo** ou **Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz,** que se dividia em Palestras e Decúrias, à maneira clássica, cujos membros se intitula-

vam Colunas do Trono (86). José Bonifácio fora grão-mestre do Grande Oriente, cargo que tivera de ceder ao Príncipe Guatimozin. Quem sabe se a iniciação deste por suas próprias mãos não tinha servido aos seus adversários para lhe arrancarem de vez o grão-mestrado? Varnhagen não admite o despeito de José Bonifacio para com Lêdo, dizendo que D. Pedro, quando foi levado ao Grande Oriente, já pertencia ao **Apostolado** (87). O fato é que a dissenção maçônica existiu e se manifestou. À frente da ala extremista ou republicana, estavam Lêdo, José Clemente, Soares Lisboa, o cônego Januário da Cunha Barbosa. No **Apostolado,** que funcionava na Guarda Velha, os Andradas, José Joaquim da Rocha, Carneiro Leão, Azeredo Coutinho ofereciam a Guatimozin outro título bombástico, não mais evocador das bárbaras monarquias americanas, mas das claras repúblicas helênicas: Arconte-Rei (88).

A ação maçônica, todavia, preparava uma democracia coroada para o Brasil. Não podendo chegar logo à república, contentava-se em atingir o meio do caminho. O Executivo estava predominando; era preciso que predominasse o Legislativo, depois, de modo a evitar o fortalecimento e centralização do poder (89). O Estado Forte é o pavor das forças ocultas, que tiram partido da confusão das assembléias e buscam prestígio na anemia dos Estados democráticos. D. Pedro ia navegando entre as duas facções, à espera que a Constituinte, já eleita e reunida, lhe desse a Carta, quando uma delas entendeu de prendê-lo. Não lhe bastavam discursos e promessas. Queria o preto no branco. Pois tudo não promanava dela? Não lhe devia tudo o soberano? Até o título de Defensor Perpétuo, cuja hereditariedade em sua família fora votada, antes do que em qualquer assembléia política nacional, antes de qualquer consulta ao povo brasileiro, na sessão de 5 de outubro de 1822, logo após a de 4, em que tomara **oficialmente** posse do grão-mestrado (90)! Não lhe fora o título dado pelo povo maçônico antes até do grito do Ipiranga? E exigiu o juramento prévio da constituição, que devia ser votada, e a sua assinatura em três folhas de papel em branco. Ceder seria tornar-se escravo. Demais, o Imperador devia mais ou menos saber que o grupo de Lêdo pretendia mudar a forma de governo, infundindo maliciosamente no povo o receio do despotismo imperial, afim de impopularizar o soberano (91). Para isso, dispunha de penas bem aparadas como a de Evaristo da Veiga na "Aurora Fluminense" e, quando o jornalista saía um pouco dos trilhos, vinha penitenciar-se humildemente, como o fizera frei Sampaio, **entre as colunas...** (92).

D. Pedro I, porém, não era homem a quem se impusessem dessas humilhações. Mandou a Lêdo a seguinte **prancha:** "Cumprindo fazer certas averiguações, tanto públicas como particulares na maçonaria, mando primo como grão-mestre que os trabalhos se suspendam até segunda ordem minha. É o que tenho a participar-vos agora. Resta-me reiterar os meus protestos como Irmão. **Pedro Guatimozin,** grão-mes-

tre". Seco e expresso, Lêdo correu a implorar misericórdia e D. Pedro mandou reabrir as lojas (93). Não se falou no juramento prévio, nem nas folhas assinadas em branco. Preparou-se, porém, a ação contra os Andradas, mentores presumidos do Imperador, lançando-se mão dum "instrumento terrível", a marquesa de Santos, que os odiava e a quem eles odiavam de morte. A luta foi tão acesa e forte que um jovem historiador de talento, Pedro Calmon, chega a afirmar que José Bonifácio acabou com a maçonaria, a qual fora contrariada e limitada pelo **Apostolado** (94). Na verdade, a luta entre iniciados, por mais terrível que pareça, como a do Terror de 1793 ou a entre Trotszkistas e Stalinistas, mesmo ensopada de sangue, não faz com que os facciosos que se degladiam furiosamente, tentem contra a unidade dos objetivos de sua doutrina. Por isso, em 1832, deposto o Guatimozin rebelde, Imperador, Defensor Perpétuo e Arconte-Rei, Lêdo e Bonifacio se deram as mãos à sombra da Acácia.

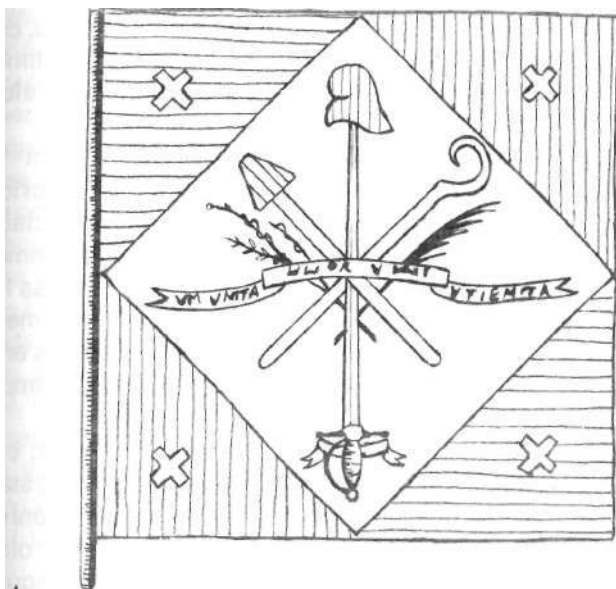
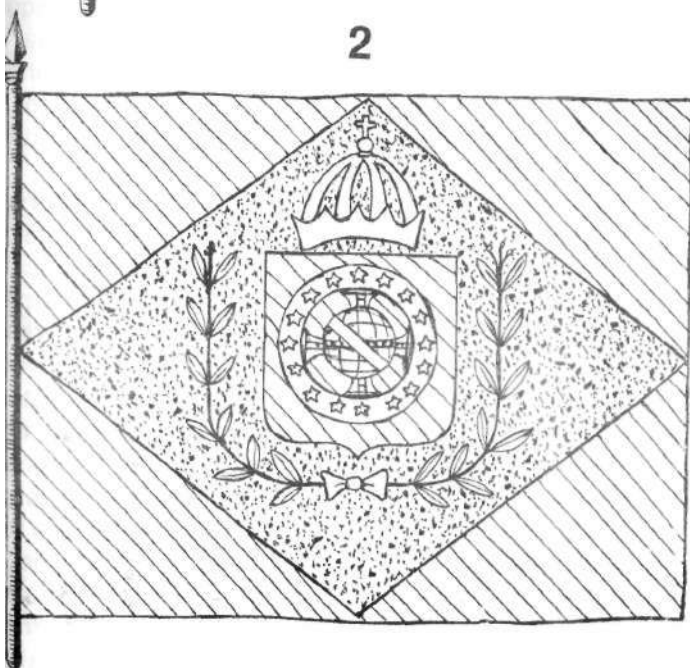
As lojas de Lêdo inspiraram alguns decretos de anistia, próprios a desgostar os Andradas (95), que reagiram, prendendo gente a granel e deportando para o Havre José Clemente, Nóbrega e Januário (96). O triunfo andradista, no entanto, foi de curta duração. O Imperador começou a receber denúncias dos **planos tenebrosos do Apostolado.** Uma noite, apesar de ainda machucado duma queda de cavalo, D. Pedro mandou chamar José Bonifácio a São Cristóvão. Enquanto o velho ministro se entrelinha com a Imperatriz, montou o seu corcel, foi buscar cinqüenta praças ao regimento de artilharia montada, tocou-se para a Guarda Velha, entrou de botas, esporas retinindo e rebenque em punho na sala das sessões, fechou o **templo** e mandou os soldados levar o arquivo para a quinta do Caju (97). José Bonifacio amuou-se e demitiu-se; mas a populaça, instigada pelos seus partidários e agentes, o foi buscar em casa e o reconciliou com Sua Majestade. Talvez ele não quizesse outra coisa...

A constituinte se abrira a 3 de maio de 1823 e seus membros se enchiam do mesmo orgulho liberal-maçônico dos "casacas de briche" da outra banda, exagerando suas prerrogativas e pretendendo, como representantes da soberania popular, honras iguais às do soberano. Mas, antes de reuni-la, já se cogitava na hipótese de dissolvê-la (98). Os Próprios diplomatas estrangeiros informavam aos seus governos dessa Possibilidade. O Imperador avisara mesmo aos deputados que agissem com cuidado e lhe dessem obra limpa, porque contava com a tropa e o povo para mandá-los bugiar. Era por isso que a maçonaria exigira dele o juramento prévio a que se recusara. Os choques entre os Andradas, que dirigiam o governo, e os deputados eram contínuos e acabaram numa grande explosão. A culpa cabia aos Andradas, que viviam a repetir na assembléia, de caso pensado, as ameaças do Imperador, irritando os ânimos contra ele (99). Quando a situação dos Andradas se tornou

insustentável, D. Pedro substituiu-os por um ministério cheio somente de receios e subalternidades. "A Assembléia perdia o medo à coroa (100), cuja popularidade a maçonaria minava de modo sagaz e continuado. Os órgãos carbonários e andradistas desmandavam-se na intrigalhada e na descomponenda política. Um deles, "O Tamoio", chamava a D. Pedro, Imperador, Guatimozin, Arconte-Rei e Defensor Perpétuo, simplesmente, aludindo ao bairro onde então residia a marquesa de Santos, o **Imperador do Espírito Santo de Mata Porcos...** (101). Chegava ao ponto de ameaçar o Governo Imperial de ser derrubado pela opinião pública. Tudo piorou, quando imprensa e Constituinte entenderam de reviver a xenofobia contra os portugueses, querendo impedir os filhos do Reino, nascidos no tempo em que as duas nações estavam unidas numa só com direitos iguais, de colaborar naquela que se havia separado e que eles haviam escolhido para sua pátria. Os comunicados aos jornais, contra os militares de origem lusa, que tentavam espalhar a sizânia nas tropas, eram atribuídos ao boticário cristão-novo David Pamplona, mexeriqueiro terrível, que levou uma tunda merecida, dada por oficiais lusitanos. Antes, por motivos mais ou menos semelhantes, outro jornalista de origem judaica, Antonio May, fora acutilado por um oficial brasileiro a quem ofendera. Eram agentes provocadores criando o dissentimento entre a oficialidade.

O judeu David Pamplona apresentou uma petição à Constituinte, reclamando contra a situação dos brasileiros castigados por defenderem a causa sagrada de seu país. Fez-se grande celeuma em torno desse **digno brasileiro** vilipendiado. A exploração política avolumou o escândalo. Entretanto, o reles boticário era natural dos Açores. Não vimos nos nossos dias a imprensa judaizada levantar um clamor pela liberdade da **inocente** judiazinha Genny Gleiser, filha do comunista judeu expulso Motel Gleiser, que deu entrevistas sobre a candura da filha a quase todos os jornais assalariados e judaicos do Rio de Janeiro e de São Paulo? **Mutatis mutandis,** o judaísmo maçônico lançava mão há um século do mesmo processo. A sua tática não evoluiu muito.

Tudo estava maçonicamente preparado para uma explosão. Mas D. Pedro concentrou a guarnição em São Cristóvão, retirando-a do ambiente de intrigas da cidade, enquanto a voz orgulhosa de Antonio Carlos troava no recinto da Constituinte, protestando contra a prontidão dos corpos. A 11 de novembro, eles marcharam para o centro da capital e as suas peças foram postas em bateria, enfiando as ruas principais. A Constituinte tinha cessado de viver. A ala dos Andradas foi para a cadeia ou para o exílio, para os mesmos lugares aonde tinha mandado a ala dos seus inimigos, anteriormente.

Embora o Imperador convocasse outros deputados e outorgasse uma constituição mais liberal do que a que se estivera elaborando, a qual, com pequenas emendas, regeu o Brasil até 1889, a maçonaria

2

Legendas das Ilustrações em **Notas**

aproveitou o incidente para acabar com a popularidade imperial, que as humilhações de D. Leopoldina em pesença da Pompadour mandona afundariam. Bastava saber explorar o eterno sentimentalismo brasileiro, Além disso, certos personagens **louches** que cercavam o monarca, como o Chalaça, contribuíram demasiado para isso. Os dias de Guatimozin Arconte-Rei estavam contados na ampulheta dos templos em que refulgia a Grande Luz da Ásia e do Egito...

Os movimentos de Minas em 1789, do Rio de Janeiro em 1794 e da Bahia em 1798, reconhece o grão-mestre Mario Bhering, autoridade indiscutível na matéria (102), foram tratados no seio das associações secretas e obedeceram à mesma orientação brasileira; o movimento de Pernambuco (1801-1817) foi ainda conseqüência do trabalho das lojas maçônicas, já espalhadas por todo o Brasil; e todos esses movimentos se prepararam sob a orientação direta ou a influência dos centros emancipadores da América Espanhola (103), com o auxílio ou a simpatia dos Estados Unidos.

Então, não foram movimentos nacionais do povo brasileiro, como a reação contra os emboabas, contra os mascates é os judeus do estanco maranhense; mas sim movimentos internacionais do **povo maçônico** a que alude José Bonifácio. E a história que se ensina nas escolas é mentirosa. E as comemorações que se fazem sectárias, pois que esquecemos os verdadeiros patriotas e nativistas, os mortos do Capão da Traição, os nobres pés-rapados de Olinda, Bequimão e seus companheiros, que não eram maçons, todos os que combateram as explorações do judaísmo, para só nos lembrarmos dos maçons de todo o quilate que serviram às forças internacionais.

Cedamos a palavra à própria maçonaria, afim de que informe se temos, como verdadeiros brasileiros, o dever de combatê-la. Leiamos este documento, emanado da própria maçonaria: "Toda política tem seus partidos: a maçonaria não os tem. Toda política tem a sua pátria: a maçonaria igualmente não a possue nem a reconhece, no sentido restrito que costumamos dar a estas instituições. Feita para felicidade comum, sua ação não visa os grupos nem o momentâneo sucesso destes: - ela vai mais longe, abrange a generalidade e torna-se como dínamo de progresso coletivo, de evolução social. Por um princípio correlato e independente, imediato deste enunciado, ela não pode considerar as fronteiras como limite de sua ação, porque visa a felicidade dos povos e não de cada povo, tomado isoladamente (104). Abrangendo, no mais amplo sentido da palavra, por sua natureza e fins, por seu sentido histórico, pela obra realizada através das idades uma vastíssima **internacionalização de intuitos** (105), não há, entretanto, como a muitos se afigura, nos processos de seu objetivo, o que se poderia supor como uma forçada abdicação de sentimento patriótico. Porque, em geral, por um vício de educação cívica, esses sentimentos são entendidos por exclusão de

outras pátrias e outros povos (106). Há, em regra, o sonho duma preponderância, duma hegemonia, dum imperialismo que se disfarça e subtrai sob mil razões especiosas, mas que no fundo existe nesta ordem de nativismo absorvente. Se é legítima essa ambição, se a muitos se afigura um credo de engrandecimento de cada povo, não obstante é contrário ao perfeito sentimento de fraternidade de que a maçonaria deseja ser o expoente (107). E é firmada nesta razão de ordem superior, pondo o ideal acima do homem, pondo a humanidade acima do indivíduo, que a **maçonaria condena aquela visão de patriotismo** (108) que se não alimenta, a não ser desse egoísmo disfarçado que, não podendo exercer-se do próprio **eu,** se compraz nesse outro **eu** mais dilatado, em que o homem cria uma fronteira e uma separação de encontro à magnanimidade das leis naturais que não reconhecem senão o cidadão do universo (109). A que conduz, de fato, aquele sentimento de patriotismo, posto no sentido puramente exclusivo dos que o alimentam e o tornam em dogma de sua diretriz, na vida pública? A que resultados morais e de aperfeiçoamento da espécie pode ele conduzir, com a sua visão estreita e a sua defeituosíssima concepção do homem, como elemento de progresso, no seio da sociedade de seu tempo? Isto é que seria mister examinar, como petição de princípio, para que se possa ajuizar do valor moral e social da ação maçônica, sob esse aspecto de sua doutrina. O preconceito de nacionalidade, visto sob a visão estreita de um interesse restrito, só pode conduzir-nos a uma perfeita negação moral (110)".

Esta é a lição da maçonaria, dada por ela própria. Que os moços meditem sobre o seu internacionalismo dissolvente e varram da vida nacional todos os maçonismos nela enxertados em nome dos bandeirantes mortos pelos judeus-emboabas, em nome dos pés-rapados mortos pelos judeus-mascates, em nome dos maranhenses mortos pelos judeus-estanqueiros!

Capítulo XV

O OURO DE ROTHSCHILD E A MÃO DO GENERAL MIRANDA

O conselheiro Manuel Rodrigues Gameiro Pessôa, mais tarde visconde de Itabaiana, escrevia de Londres ao Imperador, afirmando não haver dúvidas sobre a existência duma sociedade secreta, criada para exterminar a monarquia no Novo Mundo, cujo foco se achava na Colômbia, onde se refugiara o filho do padre Roma, depos de 1817, general José Inácio de Abreu Lima (1); após o malogro da Confederação do Equador, em 1824, fora para ali que fugira o secretário do governo da mesma, Natividade Saldanha. Itabaiana estava na capital inglesa em companhia de seu amigo do coração, Felisberto Caldeira Brant, futuro marquês de Barbacena, tratando do nosso primeiro empréstimo externo com a urubuzada judaica da Bolsa. Londres era, então, o dínamo propulsor de todas as agitações maçônicas que se processavam na América do Sul, desde o começo do século XVIII, pelo menos. A proteção do duque de Sussex, grão-mestre da maçonaria inglesa, estendia-se sobre todos os intrigantes, agitadores e corifeus da seita. Graças a ela, por maiores esforços que envidasse, a embaixada portuguesa não conseguia a expulsão de Hipólito da Costa, que o intendente de polícia do Brasil, Paulo Fernandes Viana, achara mais cômodo comprar com metal sonante (2). Às lojas londrinas iam ter as pontas de todos os fios das meadas urdidas em nosso continente. É que o poder financeiro de Rothschild substituira o poder militar de Napoleão, e o Kahal de Londres principiava a governar o mundo, preludiando a formidável ação atual do Intelligence Service...

A grande figura maçônica que, de acordo com os poderes ocultos da Inglaterra, dera os necessários passos para a preparação dos movimentos revolucionários sul-americanos, fora o general Miranda, o qual Pusera um de seus centros polarizadores na Colômbia. Itabaiana, freqüen-

tando os banqueiros judeus de Londres, estava pelo que ouvia ao par da verdade e dava uma informação absolutamente exata.

"Francisco Miranda — diz o grão-mestre da maçonaria brasileira Mario Bhering — é a figura mais interessante de quantas aparecem na história das tentativas para a emancipação da América (3)". Nascido em Caracas, capita da Venezuela, em 1756, serviu nos exércitos dos Estados Unidos, da Rússia, da Espanha e da Revolução Francesa. Serviu a todas as pátrias, porque não tinha nenhuma. Era o tipo acabado do militar aventureiro e do agente revolucionário internacional. Dizia-se soldado do nobre ideal da emancipação americana e pôs-se ao serviço das forças secretas que também o apregoavam. Não se pode saber se estava ou não ao par da obra judaica que se encapotava sob esse ideal. O certo é que, desde 1790, procurou interessar as lojas inglesas e ianquis nessa obra. Fundou a famosa loja **Regional Americana** de Londres, da qual saíram as duas **Lautaro,** a de Cádiz e a de Buenos Aires. Em todas elas, se exigia do neófito jurasse solenemente dar bens e vida pela independência da América (4). Os patriotas sinceros pronunciavam esse juramento com entusiasmo e o cumpriam com seu sangue, sem a menor desconfiança de que trabalhavam para a realização dos sinuosos planos de Israel.

Em 1809, a diplomacia espanhola reclamava com certa veemência do primeiro ministro Canning contra a liberdade de ação de Miranda na Inglaterra. Mas Canning, obediente aos interesses da sinagoga, respondia que as pesquisas feitas pelo governo britânico o haviam persuadido que a conduta do general não era de molde a inspirar a menor inquietação ou desconfiança (?). E o trabalho de sapa continuou. "Ao mesmo tempo que muitos irmãos cuidavam de aumentar o número dos adeptos, desempenhavam outros reservadíssimas comissões; desta maneira, sob os trajes modestos dum marinheiro, a indiferença dum negociante, a batina insuspeita dum sacerdote, a atividade inerente a um corretor de mercadorias, a impassibilidade anglo-saxônica dum turista se ocultava um filiado encarregado de levar a cabo importante a delicada missão (5)".

No Brasil, muitos foram os agentes dessa espécie, a julgar pelos que, ainda hoje, através do tempo e de difícil documentação, se podem identificar. Que era o contrabandista inglês Lindley, agarrado na Bahia, em 1812, com a boca na botija, e libertado da cadeia pelos maçons, que lhe deram fuga, senão um desses agentes (6)? E o viajante luso-inglês Henry Koster, que percorreu o Nordeste de 1808 a 1815, que era, senão outro?

Lendo-se o primeiro volume de suas "Viagens", publicadas primeiramente em inglês e, depois, em francês, com certa atenção, verifica-se nas entrelinhas que nada mais foi do que um agente de ligação daquilo que bem se pode chamar o **mirandismo.** Tomou como pretexto de sua vinda a um país exótico e pouco procurado a necessidade de mudar

de ares por motivo de moléstia. Entretanto, ao invés de chegar e ir repousar num sítio ou fazenda, meteu-se pelo interior, indo de Pernambuco ao Ceará por terra, a cavalo, travessia pouco aconselhável nos nossos dias e muito menos naquele tempo, sobretudo para um enfermo. Trouxe muitas cartas de recomendação para negocientes do Recife, especialmente ingleses. Não cita o nome dum só. Aliás, somente cita nomes de pessoas que se está vendo não tinham compromissos na seita. São raríssimas as exceções em contrário. Quando veio, tinha já ligações, segundo confessa, com muitos portugueses, desde a Inglaterra. O conhecimento que possuía da língua lhe facilitaria a tarefa. Esteve em Goiânia, onde voltaria mais tarde várias vezes, recomendado a Arruda Câmara, do qual publica em apêndice ao seu segundo volume das "Viagens" um trabalho sobre botânica (7). Goiânia era um foco de revoiucionarismo maçonizante, que repeliria a reação de Luiz do Rego em 1821. Arruda Câmara era um dos mais antigos e o mais graduado dos conspiradores maçons de Pernambuco.

Em Natal, Koster foi recebido com toda a consideração pelo então governador Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, antigo conspiraaor irmão de conspiradores, que lhe deu uma carta de recomendação para um dos homens mais conceituados da cidade cearense do Aracati, naquele tempo, José Fidelis Barroso, bisavô paterno do autor deste livro, cuja hospitalidade é a que o viajante mais louva em sua obra. Na travessia do Rio Grande do Norte para o Ceará, algumas autoridades suspeitaram dele e teve de lançar mão de intimidações para evitar suas exigências. Passou até como "agente de Bonaparte". Ele mesmo o diz. Doente e precisando de novos ares, levou 34 dias a cavalo de Natal a Fortaleza, de onde voltou ao Recife, servindo até de portador a despachos do governo cearense (8). Que boa fé a daquelas autoridades!

Oito dias depois de se achar na capital pernambucana, recebeu cartas da Inglaterra "que o obrigaram a ir ao Maranhão". Que obrigação era essa para um homem doente que só precisava mudar de ares? Chegando a São Luiz por mar, apesar do navio não ter sido visitado pelo 9uarda-mor, "achou meios" de enviar à terra as cartas que trazia. Tinha muita pressa em evitar a revista da alfândega! Mas não pode evitar que suspeitassem duma caixa de livros que o acompanhava, obrigando-o as autoridades a traduzir-lhes os títulos e dar conta de seus assuntos. O homem doente viajava com caixões de livros! No Maranhão, durante sua permanência, esteve em contato com o famoso ricaço da Parnaíba, Simplício Dias da Silva, que participou de muitos sucessos políticos, e com vários indivíduos suspeitos que se encontravam presos: um ouvidor suspenso das funções, homem **independente,** que agia com liberdade "apesar dos perigos que corria", diz Koster textualmente (?); o capitão dum navio inglês, e um brasileiro de categoria. Nenhum nome! (9).

Em 1811, o pseudo viajante à cata sempre de novos ares veio

outra vez da Inglaterra para Pernambuco e andou por Goiânia, Bom Jardim, Jaguaribe, Monteiro, Uinha, Itamaracá (10). Quando foi embora, deixou preparados os rastilhos para a explosão de 1817. Ele "devia entender-se com Hipólito da Costa e obter o apoio da nação inglesa" (11), assegura Pedro Calmon, sem dúvida com fundamento para isso.

A atividade desenvolvida por Miranda na maçonaria com agentes de tal ordem foi tão notável que comumente se falava em "maçonaria mirandista" e em "lojas mirandistas". Seus grandes colaboradores no continente eram San Martin, Alvear, Zapiola, na Argentina; Urtaris e Brisoño, na Venezuela; 0'Higgins e Madariaga, no Chile; Mier e Santander, no México; Narino, na Colômbia; Mantufar, no Equador; Ângulo Meljar, Arenales, Monteagudo, no Peru; Domingos Martins Dourado e Domingos Teotonio Jorge, no Brasil. Destes dois, o primeiro tivera inteligências no Prata, com Rivadavia (12). Todo o continente estava, assim, envolvido na teia dos agentes maçônicos, manobrada pela maçonaria de Londres, a qual era, visivelmente, manobrada pelo Kahal dos judeus.

As revoluções que se desencadearam no Brasil, as conjuras que ciciaram na penumbra das boticas judaicas e das academias, cujos rótulos literários escondiam atividades subversivas; todas jamais refletiram um sentimento nacional, aspirações naturalmente brasileiras, como a história, que se tem escrito nos faz crer; todas obedeciam, assegura pessoa insuspeita, o grão-mestre da maçonaria brasileira, Mario Bhering, ao "imperativo continental". Na sua abalisada opinião, o levante de 1817 não é um fato eminentemente nacional, como se diz, porém "UM DOS MUITOS EPISÓDIOS DA OBRA REVOLUCIONÁRIA DE MIRANDA (13)". Ora, Miranda não era brasileiro, não conhecia o Brasil, não o podia amar. Era venezuelano de nascimento e cosmopolita de alma, aventureiro e agitador profissional, criatura das forças ocultas. Assim, os que lhe obedeceram e serviram, não serviram nem obedeceram ao Brasil e sim à maçonaria que ele representava e que, por sua vez, era escrava do judaísmo. Ninguém pode obedecer e servir ao mesmo tempo a dois senhores. Parece lógico.

Miranda entrara na Revolução Francesa como agente da Inglaterra, isto é, do Kahal de Londres. Os convencionais Petion e Brissot, ambos girondinos, confessaram que deveu suas promoções à proteção das influências inglesas (14). Fazia praça de opiniões extremadas e denunciou Dumouriez, seu general chefe, à Convenção Nacional. Na batalha de Neerwinde, sua atitude pareceu tão suspeita a muitos oficiais que foi abertamente qualificada de traição (15). Em abril de 1793, Robespierre declarava: "Stengel, aristocrata alemão, e Miranda, aventureiro espanhol **(sic)** empregado por Pitt, traem-nos, ao mesmo tempo, em Aix Ia Chapelle e Maestricht". Pouget de Saint André, que cita este documento, continua: "Todavia Miranda foi absolvido e coroado de flores. Pouco depois, foi novamente preso como amigo dos girondinos. Posto em liberdade

a 9 de termidor e proscrito a 18 de frutidor, refugiou-se na Inglaterra (?). Algum tempo depois, voltou a Paris e foi encarcerado por ocasião do atentado da máquina infernal. Libertado logo, julgou melhor ir para a América. Regressou a Paris no tempo do Consulado, sendo expulso pela polícia como agente de Pitt (?). Fundou na América uma loja maçônica que este ministro inglês dirigia por seu intermédio (16). De maneira que também, por intermédio desse aventureiro, William Pitt, isto é, a política anglo-judaica dirigia os pobres sonhadores da república e da independência no Brasil, que muito longe estavam, envoltos no nevoeiro de seu idealismo, de supor uma coisa dessas.

Portanto, Itabaiana estava bem informado do que dizia de Londres ao Imperador. Miranda fora, com efeito, o grande agente dos poderes ocultos que residiam na Inglaterra e cuja filial estabelecera na Colômbia. Napoleão desprezava esse general de aventura, qualificando-o como espião hispano-britânico (17). Sua história demonstra que a opinião do Corso era bem fundada (18). Como poderão, pois, os verdadeiros brasileiros, depois de devidamente esclarecidos, render culto a movimentos pseudo-nacionalistas, que não passam, segundo o grão-mestre Mario Bhering, de **meros episódios da obra revolucionária de Miranda,** obra de Pitt e do Kahal por trás de Pitt? Que pode ter de nacional uma obra dessas?

No ano de 1824, o conde de Subserra escrevia ao Rei de Portugal o seguinte: "Foi pelos anos de 1800 a 1802 que os clubes maçônicos portugueses na Europa e na América, pela influência de Hipólito José da Costa, depois tão conhecido como redator do "Correio Brasiliense", tomaram à sua conta a separação do Brasil. De Pernambuco se denunciou a conspiração; os agentes do governo, porém, infiéis ao seu dever, iludiram com certidões falsas a verdade dos fatos; o intendente Manique, no último quartel da vida e atraiçoado, nada descobriu; o ministério de Sua Majestade só veio a acordar da sublevação que se lhe preparava, quando em 1806 o seu ministro em Londres (19) avisou de que **ali se conspirava contra o Brasil** (20). Não se seguiu, porém, de perto esse descobrimento que de todo se julgou inútil, quando Sua Majestada transferiu temporariamente a sua corte para o Brasil... Os sucessos posteriores de Pernambuco em 1817 assaz então comprovaram o cuidado que deveriam merecer uns tais avisos. Do que se deduz: 1.°, que a separação do Brasil era obra em que trabalhavam os clubes de que simultaneamente foram corifeus os facciosos de que nos. vimos livres em Portugal e **os que hoje dirigem os negócios naquele país; 2.°,** que o seu fim **não é somente a independência,** sim o estabelecimento duma democracia descarnada; 3.°, que tudo o que não for mais ou menos o reconhecimento dessa mesma desorganizada democracia não será por eles admitido; 4.°, que em conseqüência o Império, os seus atributos são **idéias fantásticas para iludir os povos...** Duas outras verdades

se apresentam a quem tiver ocasião de refletir no que dizem os periódicos do Brasil. Convém saber: primeiramente que a forma com que o Brasil hoje se apresenta tem sido toda amoldada nos clubes ou sociedades secretas... (21)".

Preciso, claro, irrespondível documento! As forças subterrâneas tinham preparado e amoldado a seu jeito a independência. Por isso, José Bonifacio a chamava "independência maçônica" e não independência do Brasil. "Que os símbolos e cerimônias maçônicas têm servido para encobrir planos políticos não é lícito pôr em dúvida; estavam nesse caso as lojas de 1821 a 1822, que tinham por grão-mestre D. Pedro I (22)". Elas modelaram o disfarce do Império para iludir o público, prontas a atirá-lo fora na primeira oportunidade. Para alcançá-la, os republicanos maçons do continente sul-americano começaram agir, orquestra regida pela batuta de Londres, através da Colômbia, segundo a denunciação de Itabaiana. A queda do Império estava decidida. Seria levada a cabo de vários modos, como veremos no decurso deste e do seguinte capítulo: escravização financeira e controle econômico pelo judaísmo internacional, acastelado na Grã-Bretanha por trás de suas esquadras; revolução republicana e separatista, enfraquecendo o poder central e gerando ódios e místicas; exploração de escândalos, desprestigiando a autoridade imperial; guerra estrangeira combatida pela **sestrosa política interna,** impopularizando o imperante. Esse plano teve como resultado, com o tempo, a abdicação de 7 de abril de 1831. Veremos por enquanto a escravização ao ouro judaico e o separatismo republicano.

Nessa data, consumou-se a vingança maçônica contra o **ingrato,** que, "abusando da autoridade, mandou fechar as oficinas dos maçons, onde se haviam rendido os mais puros votos de amor àquele que, trocando em férrea clava o malhete de ouro (23), que se lhe confiara para manter a ordem, dirigir os trabalhos e defender os obreiros, os feriu e dispersou!!! Remoinhando ele mesmo no pélago das paixões (?), caiu ele mesmo com medonho estrondo, não achando a seu lado um amigo que o consolasse (24)!".

O poder pessoal de D. Pedro I sobrepusera-se ao das lojas. O assomado, decidido e violento imperante fechara-as e "por alguns anos deixou de haver maçonaria; ninguém se atrevia a fundar sociedades secretas, que então as leis não autorizavam (25)". Depois de assim **ferir e dispersar os obreiros,** fatigado do bacharelismo palavroso, ôco e pernóstico da Constituinte, o Imperador dissolveu-a. A constituição que outorgaria ao país seria mais completa e mais liberal do que a projetada por aquela assembléia maçonizada. Mas, para os agitadores, não estava em causa o Brasil, sim a maçonaria internacional, que precisava vingar os agravos do **ingrato.** Este foi condenado e no dia certo se executou a sentença que lhe arrancou o trono.

Estudemos o processo da escravização financeira e econômica.

Ainda não tinha o novo Império dois anos de vida e via-se obrigado a estender a sacola aos banqueiros judeus. Desde 1812, era lastimável a situação do erário (26). O Rei retirara-se, raspando até os cofres do Banco do Brasil (27). Os novos encargos do Governo Imperial aumentavam de muito as despesas públicas (28). Além disso, inaugurava-se no mundo a era dos empréstimos. Os povos pediam cartas constitucionais; os governos dos povos pediam dinheiro. A maçonaria dava as cartas; o judaísmo dava o ouro. Assim, os poderes políticos minguavam diante dos poderes secretos e dos poderes financeiros, os primeiros a reboque destes. Desta sorte, as soberanias nacionais começavam a curvar-se diante da internacional maçônica e da internacional bancária.

O decreto de 24 de janeiro de 1824, referendado pelo marquês de Maricá, autorizou a realização duma operação de crédito no estrangeiro. Encarregaram-se dela, na praça de Londres, o conselheiro Gameiro Pessôa e o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant (29). Lançou-se o empréstimo em duas partes, cabendo o contrato da primeira a um consórcio das casas judaicas Farquhar Crawford, Fletcher Alexander e Thomas Wilson, e o da segunda a Nathan Mayer Rothschild, cujo nome aparece pela primeira vez na história para nunca mais sair dela. O primeiro foi datado de 1824; o segundo, de 12 de janeiro de 1825. O total do empréstimo era de três milhões esterlinos.

"O milhão de libras da primeira operação nos foi dado pelo prazo de 30 anos, com 1% de amortização, 5% de juros anuais e tipo de 75, o que quer dizer que recebemos £ 750.000, mas ficamos devendo £ 1.000.000. A margem de £ 250.000, linda soma naquelas priscas eras, ficou **soi disant** para as despesas do empréstimo e, sobretudo, para ser repartida entre os intermediários, os de lá e os de cá. Nessa margem, está o segredo dessas operações e do açodamento de certos homens de Estado em fazê-las... O contrato com Thomas Wilson e seu séquito contém cláusulas que valem a pena ser conhecidas: opção para a segunda parte do empréstimo - £ 2.000.000; comissão de 4% sobre os gastos (condição 7ª); monopólio das compras de qualquer material de que carecesse o Governo Imperial entregue à firma dos emprestadores (condição 9.ª) e que os contratadores do empréstimo se esforçariam por obter; 2 1/2% sobre a compra ou venda de quaisquer mercadorias para o Brasil ou do Brasil; 1% sobre todas as nossas compras e vendas de ouro e prata; 1% sobre todas as letras de câmbio vindas para o nosso país ou dele remetidas para o estrangeiro; 1 *1/2%* sobre todos os seguros de embarque de ouro e prata, e **demais transações** (30)!!!". Com tal contrato, o Governo Imperial, decerto inconscientemente, alienava a sua soberania econômica em mãos do Kahal. O soberano econômico-financeiro do país passava a ser o banco judaico.

"Apesar da opção contratual, os banqueiros Wilson e todo o seu

numeroso bando não tomaram a seu cargo o lançamento da segunda operação do empréstimo. Não há no Tesouro nenhum documento, nem nos livros, publicações e correspondências do tempo qualquer referência que elucide o caso. Claro está que não pode ter sido por prejuízos havidos, embora Barbacena se refira a uma baixa dos títulos. Nós sabemos bem como funcionam as aulas e baixas ao sabor das mais indecorosas especulações. O negócio foi dado a outro, que o aceitou com **todos os riscos,** mau grado as perdas aludidas. Wilson e sua matula não fizeram a menor reclamação... Temos de admitir uma intervenção secreta, que arredou a malta-mirim dos Wilson, Fletcher, Bazeth, Farquhar et reliqua e entregou o bolo à família-assu, a quem os inefáveis mistérios da alta fiança internacional reservavam o direito de exploração do Brasil (31)".

Essa exploração entregue aos Rothschild perdura até hoje. Em 1933, depondo perante a comissão de inquérito do Senador norte-americano, o sr. Hayward, representante dos banqueiros judeus Dillon, Read & Cia., declarava que os empréstimos feitos pela sua casa para o Brasil se realizavam em **colaboração conjunta** com Rothschild, porque "o governo do Brasil não poderia pensar em fazer um empréstimo sem primeiro discuti-lo com Rothschild... (32)!".0 empréstimo de 1824, portanto, escravizou-nos por mais dum século ao grão-senhor judaico!

O contrato da segunda parte da operação foi tão leonino, senão mais, do que o da primeira. Itabaiana e Barbacena receberam a comissão de 2%. Baependi afirmava que só eles haviam desfalcado os cofres públicos de 1.900.000 cruzados! Barbacena teve de defender-se das acusações feitas na Câmara dos Deputados, mais tarde. Em resumo, o empréstimo nos rendeu doze mil contos e nos custou sessenta mil! Pela primeira vez se hipotecaram as rendas das alfândegas (33). Dessa malfadada operação de crédito decorreu a escravização brasileira ao capitalismo internacional.

Vejamos agora a revolução republicana separatista que se desenrolou no Norte.

O fermento republicano de Pernambuco, que José Clemente reconhecia em discurso a D. Pedro, fermento inteiramente maçônico, parecia adormecido desde 1817, mas rebentaria na primeira oportunidade que as lojas, sucessoras dos clubes e academias, encontrassem. Suas solfataras borbulharam muitas vezes, demonstrando o fogo que ardia nas profundidades. Arguto observador diplomático, o barão de Mareschal, ministro da Áustria, verificara que "lavrava um espírito de independência republicana (34)". Já no seu Manifesto, a 1.ª Junta Provisória da Província ameaçara tornar-se independente. O pretexto magnífico da dissolução da Constituinte seria invocado para justificar a explosão.

A Confederação do Equador, em 1824, nada mais foi do que a quarta fase duma revolução claramente maçônica, que se vinha proces-

sando desde o raiar do século: em 1801, a misteriosa conjura republicana dos Suassuna e Arruda Câmara; em 1817, a revolução mirandista, concertada em Londres por Domingos Martins e ligada à de Portugal; em 1821, a revolução constitucionalista, expulsando o batalhão de fuzileiros do Algarve e impedindo o desembarque de outras tropas metropolitanas, com seu Governo Constitucional Provisório de 'Goiana, o foco maçônico por excelência, obrigando Luiz do Rego ao recuo; em 1824, enfim, a Confederação. E isso continuaria ainda, através do tempo, até a revolução praieira.

"A Confederação do Equador — escreve Pedro Calmon — hesitou entre a federação, que era o seu grito autonomista, e a república, que era o seu objetivo afinal. Na aparência, revoltara-se Pernambuco contra a nomeação dum presidente. Mas os revoltosos falavam, nos seus ofícios, uma linguagem política, cheia de homenagens ao Governo Imperial, que prometiam reconhecer, se lhes atendesse a queixa. Por ridículo que parecesse, a sublevação de três ou quatro províncias devida à nomeação do honrado Francisco Pais Barreto para presidente duma delas, o coronel José de Barros, herói de Pirajá, frei Caneca, o redator do "Tifis", Pais de Andrade, insistiam nesse pretexto — e aparelhavam a guerra. Força contra força. O Norte contra o Império (35)". Este resumo diz tudo sobre a manobra judaica, ganhando tempo ou pretendendo desmoralizar o poder central, se cedesse. Não foi mais do que um pretexto aliado a outros pretextos. Lord Cochrane opinava, com razão, que o mal **tinha raízes mais fundas do que o governo supunha.** O brigadeiro Lima e Silva reconhecia o progresso das **danadas doutrinas!** O próprio Falcão de Lacerda, participante do movimento, negava a república, mas confessava que sempre se haviam servido dessa **calúnia** para **denegrir** os pernambucanos. É que a ação revolucionária de 1817 prosseguia seu ciclo, sem parar, através da constitucionalização e mesmo da resistência à aclamação de D. Pedro I (36). Daí o grito de desafogo do Imperador, quando essa resistência fôra vencida pelo enviado da maçonaria fluminense: — "Pernambuco é nosso!".

A agitação dos espíritos era entretida na província pelos remanescentes maçonicos de 1817: Guimarães Peixoto, Gervásio Pires Ferreira, frei Caneca, Calado da Fonseca, o padre Venancio Henriques de Rezende e muitos outros. O sangue dos **irmãos** supliciados não apagara as "iras maçônicas". Mesmo fora de Pernambuco, sentia-se o trepidar da caldeira, como na breve revolta do batalhão de Perequitos da Bahia.

Todo o movimento nortista de 1824 foi preparado e encabeçado por Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que sagazmente se aproveitou das dificuldades com que ainda lutava D. Pedro com o governo de Portugal sobre a independência, "cortejando os instintos do povo" e querendo desde o começo "segregar Pernambuco da União, afim de constituir Estado independente (37)". Estava ligado à maçonaria internacional, ao

movimento mirandista irradiado da Colômbia e ao grupo de Gonçalves Lêdo que já influira na revolução de 1817 (38). Tanto assim que a sublevação de Pernambuco fora prevista e comentada pela imprensa judaico-maçônica do mundo: o "Times" e o "Chronicle" de Londres, o "Courier Français" e o "Constitutionnel" de Paris, o "Argos",de Buenos Aires (39).

Manuel de Carvalho Pais de Andrade era um brasileiro desenraizado, sem verdadeiro sentimento nacional e sem amor às tradições do país, por muitos motivos, educado nas doutrinas internacionais da maçonaria. Opulento e insinuante, percorrera muitos países, pondo-se em contato com os agitadores cosmopolitas da época. Era — confessa o consciencioso historiador Ulisses Brandão — um "americano nas idéias, nos modos e nos costumes, chegando a sua mania ao ponto de abandonar a sua mulher, filha do barão de Itamaracá e sua prima, para ir viver com uma americana, com quem mais tarde se casou em segundas núpcias e da qual teve três filhas que batizou (?) com os nomes de Estados americanos: Pensilvânia, Filadelfia e Carolina (40)". Basta olhar-lhe o retrato publicado na "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano" (41) para verificar seu facies nitidamente judaico, revelador de ascendência mascatal.

Sua eleição por uma verdadeira invasão de atribuições do Governo Geral, único competente para escolher e nomear o executivo provincial, foi o prelúdio da revolta aberta, que pretendia ser resistência ao absolutismo de D. Pedro I e do ministério. Por trás dele, agia a maçonaria que se cuidava varrida desde 1817, mas que voltara à superfície com a célebre **Jardineira,** em 1821, e que se ramificara nas lojas **Caridade Olindense** e **Seis do Março de 1817,** a qual ainda hoje subsiste (42). "A maçonaria foi, em todo o Brasil, um maquinismo de excelentes molas, em cujos centros compressores as nucleaçoes do país encontraram os elementos para a expansão e para a realização, não só das idéias de liberdade e de independência, como das de autonomia e de república. No Grande Oriente, o primeiro Grande Vigilante, um republicano vermelho, Gonçalves Lêdo, que chefiava o **partido carbonário** procurava diminuir o prestígio de José Bonifácio e fazer a independência com a república, mesmo sacrificando a unidade do território nacional (43)". Foi essa obra de desagragação do Império que Pais de Andrade, o americano, o cosmopolita, tentou realizar sob os mais especiosos e falaciosos pretextos. Veremos como e porquê.

Dissolvida a Constituinte, os deputados de Pernambuco, Paraíba e Ceará publicaram no Recife, datado de 13 de dezembro de 1823, um manifesto em que narravam esse **atentado,** a saída dos deputados com o "terror no rosto" e o aparato bélico das tropas, reconhecendo, todavia, "com gratidão" que o Imperador lhes permitira retirar em paz e até lhes suprira a passagem. Formidável tirania! Pergunte-se aos repu-

blicanos de 1889 e aos revolucionários de 1930, propugnadores da liberdade, se tão generosamente procederam com as Câmaras e Senados que dissolveram, para substituí-los por outros muito inferiores, Câmaras e Senados que, tão bem quanto a Constituinte de 1823, emanavam de idêntica **soberania popular!** Pergunte-se aos marujos obedientes ao mando de Lenine se assim se comportaram para com os membros da Duma moscovita! Pergunte-se... Mas, para que? Quando eles dissolvem, praticam ato de benemerência; quando outros dissolvem, cometem atentados...

Parecia inocente, sem fel, o manifesto dos deputados, logo que se apanharam fora do alcance do aparato bélico e sem terror no rosto; mas, no fundo, não passava de hábil e disfarçado apelo à rebelião (44). A junta Provisória que governava a província pernambucana havia sido apeada e, em seu lugar, se elegera adrede um Grande Conselho, composto dos "partidários, desmascarados ou encapotados, duma república federativa (45)", sob a regência de Pais de Andrade, eleito presidente pelo povo, embora o Imperador tivesse nomeado para esse cargo administrativo o honrado morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto. Nem se podia dizer que fora escolhido um indivíduo mau ou de má nomeada. Não encontrando o morgado quem lhe desse posse e tendo o comandante das armas, Barros Falcão, se aparceirado com os outros, promoveu uma espécie de pronunciamento da cavalaria e dos batalhões de caçadores 1 e 3. A cavalaria seguiu logo para guarnecer a fronteira de Alagoas. Os caçadores, comandados por Corrêa Seara e Lamenha Lins, destinados a serem os heróis dos inamolgáveis quadrados de Ituzaingó, depuseram Pais de Andrade e o meteram na fortaleza do Brum. Mas o comandante das armas reuniu o resto da tropa, aprestou a artilharia, expediu avisos às câmaras do interior e intimou por ofício a guarnição do forte a soltar o preso. Esta obedeceu. Então, compreendendo que seriam esmagados, os caçadores retiraram para a fronteira alagoana, reunindo-se à cavalaria e formando o primeiro núcleo de resistência militar à revolta que se ia desmascarando.

Estava-se a 20 de março. No fim do mês, fundearam no Lamarão as fragatas "Niterói" e "Piranga", do comando de João Taylor, que proclamou vir dar posse ao presidente nomeado pela Corte, mas consentiu se reunisse o Grande Conselho da província para deliberar a respeito. Pais de Andrade ia ganhando tempo na sua manobra. "Houve grande exaltação no Conselho", diz Rio Branco, em nota a Varnhagen. Frei Caneca foi a alma do tumulto. Segundo Barroso Pereira, os exaltados gritavam: "Morramos todos, arrase-se Pernambuco! arda a guerra, mas conservemos o nosso presidente a todo transe! Conservemos a dignidade da soberania dos povos!" Literatura maçônico-jacobina demasiadamente conhecida.

Taylor contemporizou, esperou, e o tão apregoado despotismo de D. Pedro se limitou à nomeação do que hoje se chama um **tertius**

gaudet, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que somente chegou a 20 de maio e nada mais fez do que trocar ofícios sem resultado com o poder maçônico constituído ilegalmente sob a capa da soberania dos povos. Vêde um exemplar delicioso daquela literatura a que aludimos e que se tornou absolutamente ridícula em face da calma e ponderação com que agia o Governo Imperial: "Resistiu-se, pois: com armas procurou-se repelir as armas dum poder errante (?), e que tantas razões oferecia para muitas desconfianças, e sustos sobre os grandes interesses políticos do Brasil; proclamou-se a Confederação do Equador, e marchou-se a regar com o próprio sangue essa, que nos pareceu, verdadeira árvore da liberdade (46), e independência, a cuja benéfica sombra repousaremos ditosos, não corridos, e humilhados, mas ufanos de honra, e glória, ante a presente, e futuras gerações do Brasil, ante a América libérrima (47), ante o mundo inteligente, e livre!" Como essa descrição da tal árvore se parece com a do manifesto maçônico de Lêdo e José Bonifácio, em 1832! O mesmo estilo convencional e cerebrino, os mesmos símbolos! Sente-se perfeitamente estar a verdade com Ulisses Brandão, quando afirma: "As gerações de 1817, que haviam proclamado a independência com a república, eram as mesmas gerações de 1821 e 1824, que proclamaram a Confederação do Equador (48)". Gerações educadas nos conciliábulos maçônicos, sob a égide de dois princípios: autonomia e federação, que pareciam belos, destinados ao bem do país e por isso iludiram tantos patriotas sinceros, mas que, no fundo, se destinavam a dissolver e fragmentar a nação, realizando a obra enfraquecedora dos povos cristãos colimada pelo judaísmo. Sente-se perfeitamente que "existiam em fermentação as antigas sementes plantadas em 1817... cuidadas pela devoção de invisível e fanático partidista (49), e essas sementes esparzidas pela mão de homens audazes deram em frutos as agitações... (50)".

Taylor, compreendendo que todas as delongas eram recursos astuciosos para ganhar tempo, bloqueou em abril o porto do Recife. Aí Pais de Carvalho lançou proclamações contra ele e contra os portugueses, explorando o nativismo assanhado com a independência, tornando os lusos cabeça de turco de toda reação, desviando contra eles a atenção geral, enquanto sorrateiramente seus emissários iam sublevar a Paraíba. Era preciso ganhar a vizinhança à causa republicana. Basta isso para demonstrar que o caso da nomeação do presidente de Pernambuco não passava de pretexto. A Paraíba não estava em jogo, ninguém lhe demitira ou nomeara o presidente; Por que ia levantar-se?

No dia 6 de maio, o Grande Conselho decidiu atacar o núcleo de caçadores e cavalaria de Alagoas, estabelecido na Barra Grande, ameaça constante às costas dos revolucionários. Frei Caneca, com seu palavreado rescendente a século XVIII, atacava, entrementes, a constituição outorgada pelo Imperador. E Natividade Saldanha, nos seus discur-

sos, mostrava exata compreensão do problema que se punha em equação em Pernambuco, em face da situação geral do mundo, dizendo que aceitar essa constituição era o mesmo que "se submeter ao império da Santa Aliança".

Em junho, devido às ameaças de Portugal, que não queria reconhecer a independência, o Imperador concentrava suas forças navais no Rio de Janeiro, na iminência dum ataque da antiga metrópole. Por isso, Taylor levantou o bloqueio do Recife. O tirano coroado era tão terrível que, diante de todas as manifestações de rebeldia, abandonava até aquela prudente medida naval. Bem podia tirar as fragatas e deixar dois ou três brigues encarregados do serviço. Não deixou um patacho. Livre de qualquer coação, Pais de Carvalho levou por diante com vantagem o seu desejo e aproveitou a ensancha para assoalhar que o soberano abandonara de propósito a província para que os portugueses a tomassem. Tudo servia, como se vê, de pretexto à sua campanha. Incentivou a propaganda republicano-federalista, que vinha fazendo desde 1821 nas suas obras e na imprensa. É provável datar desse momento de recrudescimento propagandista o projeto de constituição da Confederação do Equador, que se conhece (51). Fez-se ampla distribuição por toda a parte de exemplares da Constituição da Colômbia. Essa constituição resultava do esfacelamento do antigo vice-reinado de Nova Granada em três republiquetas: Colômbia, Venezuela e Equador (?). As mesmas forças que a haviam inspirado eram as que tinham fragmentado o país, que haviam impedido o sonho da Grande Colômbia de Bolívar, que haviam tornado esta, sem a menor razão de ser, em Estados Unidos, que prepararam o separatismo do Panamá para ficarem com o canal futuro...

Como estava otimamente informado Itabaiana, escrevendo a D. Pedro que o foco agitador se achava naquela república!

A propaganda se fazia pela voz de Natividade Saldanha e Soares Lisbôa, pela voz e pela pena de frei Caneca. De todos os lados surgia uma floração de jornais panfletários, com os nomes típicos da época: "Tifis", "Argos", "Maribondos", "Guaritas", "Sentinelas", além dos "Diários" e "Gazetas". Na verdade, o fim desses periódicos, quase todos efêmeros, era o que, dum deles, apontara monsenhor Muniz Tavares em discurso à falecida Constituinte: "plantar a anarquia na província... sublevar os seus habitantes e fazê-los separar da união brasileira..."

A república devia ser proclamada no Pará, no dia 1° de maio (52). No Piauí, o padre Francisco de Paula Barros concitava o povo à sedição. No Ceará, o emissário pernambucano Francisco Alves Pontes conseguiu a deposição de Pedro José da Costa Barros, presidente nomeado por D. Pedro, graças à cooperação das milícias sertanejas do caudilho José Pereira Filgueiras, o mesmo que não compactuara com a revolução de 1817. Aclamara-se presidente da província Tristão Gonçalves de Alencar. No Rio Grande do Norte, o cirurgião militar Januário Alexandrino,

fingindo que vacinava as populações, ia propagando o novo credo. Mandava-se por mar uma tipografia para Fortaleza. A Paraíba era incendiada pelos agentes saídos do foco de Goiana. Vemos hoje processarem-se quase de idêntica maneira, salvo as diferenças de tempo e recursos, as propagandas comunistas. As forças secretas continuam o mesmo trabalho de desagregação daquela época.

Dissimulado, cauteloso por "cálculo político", Pais de Andrade ia organizando em Pernambuco, paralelamente a essa propaganda, a resistência militar, concentrando e armando as milícias e guerrilhas. "Os conspiradores aguardavam o momento favorável de executar seus planos e a ocasião veio com o decreto imperial entregando Pernambuco à defesa de seus filhos contra Portugal. A revolução daí concluiu, para sua justificação, que a intenção do filho de D. João VI era abandonar o Brasil à reivindicação portuguesa, por conseguinte trair a causa nacional (53)". Dois proveitos num saco: a calúnia impopularizando o imperante e o pretexto da defesa para os armamentos (54).

A 2 de julho, sentindo-se já fortemente apoiado na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, Pais de Carvalho lançou o manifesto proclamando a Confederação, sobre a qual há divergências insustentáveis diante da lógica e que não passam de chicanas históricas. É necessário esconder o separatismo indefensável do movimento, afim de poder glorificar os seus promotores. Depois do manifesto, foram mandadas proclamações contra o "Imperador criminoso" à Bahia, Maranhão e Alagoas.

Convocou-se a Assembléia Constituinte e Legislativa da Confederação do Equador em Olinda, no velho paço do Senado da Câmara, da antiga Câmara nativista e nobre que reagira contra os judeus mascatais do Recife e hoje se via sob a férula de seus descendentes ou asseclas, os pedreiros-livres. Frei Caneca dirigiu as bases do **pacto social** à maneira de Rousseau. Suspendeu-se o tráfico negreiro. Encomendaram-se dois vapores, últimas invenções da época (55), nos estaleiros ingleses, grande cópia de munições por intermédio da firma Diogo Burne & Cia, e 6 canhoneiras, armadas e guarnecidas, nos Estados Unidos. Decretou-se o recrutamento geral. Convocaram-se as milícias territoriais. Criaram-se corpos de linha e guerrilhas. Improvisou-se uma esquadrilha com escunas e brigues. Prepararam-se as fortalezas. Tudo isso foi rapidamente feito, mal as fragatas desfraldaram as velas em mar alto. A maçonaria tinha pressa de dar o golpe e com certeza de vitória.

Os brigues armados em guerra serviram também para a propaganda. O "Guadiana", carregado de mandioca para disfarçar o carregamento de proclamações, foi aprisionado na Bahia pelo presidente Francisco Vicente Viana. O "Constituição ou Morte", levando a bordo, como imediato, o poeta, maçon, português e, decerto, cristão-novo João Guilherme

Ratcliff, sob o comando do aventureiro estrangeiro Metrovitch, zarpou para Alagoas com libelos, dinheiro, reforços, armas, munições, material de propaganda e de guerra.

Constituíra-se o governo provisório no Recife por proposta de pais de Carvalho, com 1 presidente, ele, já se vê, 2 secretários e 25 deputados, a 2 de agosto de 1824. Logo que teve notícia do que ocorria, o Imperador decretou a 26 de julho a suspensão das garantias constitucionais para a província rebelada. Defendia o Estado e a Ordem. A isso os republicanos chamaram e ainda certos historiadores chamam violência. Como chamar, então, os atos dos que desmembravam o país? Decretou ainda as medidas anormais exigidas pelas graves circunstâncias: processo sumário para os cabeças de motim, nomeação duma comissão militar e de seu presidente, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Anteriormente já, pressentindo a ameaça de secessão, desmembrara de Pernambuco a comarca do São Francisco, incorporando-a a Minas Gerais, com a qual ficou até 1877, quando passou para a Bahia.

A 2 de agosto, zarparam do Rio de Janeiro a velha nau "Martim de Freitas", crismada desde a independência como "Pedro I", capitânea de Cochrane, a corveta "Carioca", o brigue "Maranhão" e 2 transportes, levando 1200 homens sob o comando de Lima e Silva, que desembarcou em Jaraguá. O almirante bloqueou o Recife e intimou os rebeldes à submissão sob ameaça de bombardeio. Pais de Carvalho tentou judaicamente comprar o lord, que diziam ser ávido por dinheiro e que João Brigido afirmava ter "uma alma de pirata". Escreveu-lhe, oferecendo-lhe 400 contos. Correu o boato de não ter sido a oferta aceita por ser pequena, o que não é exato dado o valor do dinheiro naquela época. Houve quem assoalhasse que pedira mais. Pais de Carvalho teria dado. O fato é que Cochrane não se vendeu (56). Achando-se no porto, a bordo do paquete "Falmouth", a inglesa Maria Graham, velha conhecida do almirante, que se dirigia à Corte, onde ia ser aia de D. Maria da Glória, ele foi visitá-la e pediu-lhe que servisse de intermediária junto aos rebeldes, apresentando razoáveis propostas de capitulação, que não lograram o menor êxito (57).A itinerante testemunhou a irritação popular contra os **marinheiros,** os **pés de chumbo,** os portugueses, irritação que foi uma das alavancas da intrigalhada maçônica para levantar certas camadas da população em todo o Brasil e por várias vezes. O grito de **mata-galego!** ou **mata-bicudo!** ecoou em novas Vésperas Sicilianas e Matinas de Bruges até nos longínquos sertões de Mato Grosso.

Na Barra Grande, os caçadores e cavalarianos do morgado Pais Barreto se tinham entrincheirado em redutos artilhados com peças fornecidas pelo governo legal de Alagoas. Os republicanos, a quem aquele empecilho no caminho da revolução para a Bahia incomodava, atacaram-no por mar e terra, sendo repelidos. A 25 de agosto, apanhados no Porto das Pedras pela corveta imperial "Maria da Glória" e o brigue

"Guarani", do comando de Teodoro de Beaurepaire, os barcos confederados arriaram bandeira e se entregaram. Um deles era o "Constituição ou Morte", cujo imediato, o poeta português João Guilherme Ratcliff, com outros prisioneiros de marca, foi mandado para a capital do Império.

As tropas de Pais de Andrade, pomposamente denominadas Exército Constitucionalista do Sul, depois do revés de Barra Grande, varridas da costa pela artilharia da esquadra imperial, ganharam as matas do rio Una, retirando para o cabo de Santo Agostinho. Alagoas ficava definitivamente perdida para a causa da revolução, não ousando os elementos maçônicos da província pôr a cabeça de fora.

As forças de Lima e Silva fizeram junção, vindo de Jaraguá, com os batalhões de Pais Barreto, tomando todas, então, o nome de Exército Cooperador da Boa Ordem (58). Do acampamento do engenho Suassuna, o general intimou Pais de Andrade a render-se, em 11 de setembro. O presidente da Confederação achava-se já no quartel general das tropas republicanas que, sob o comando de Barros Falcão, acampavam nos Prazeres, cobrindo a capital pernambucana na linha histórica dos Guararapes.

Os dois pequenos exércitos numeravam mais ou menos os mesmos efetivos. Um choque entre eles naquela posição célebre desde a guerra holandesa era de conseqüências imprevisíveis. Hábil general, Lima e Silva queria ter certeza de uma vitória sem riscos e, para isso, concebeu o plano duma marcha de flanco que o levasse ao Recife, na retaguarda do inimigo, cortando-lhe a linha de comunicações com sua base, que era a capital da província. Para isso, entreteve os confederados com um combate na sua extrema direita, aferrando-os às posições, à espera dum ataque geral. Foi "um golpe de audácia e, ao mesmo tempo, um golpe de mestre (59)", digno do pai do duque de Caxias, o qual se revelaria consumado nessas marchas de flanco por duas vezes na campanha do Paraguai.

Na ponte dos Afogados, as milícias e patriotas armados de João Manuel Alves detiveram por umas duas horas o avanço legalista, mas foram obrigados a recuar sob a chuva de metralha e as cargas de cavalaria, enfurnando-se nos fortes do Brum, no Picão e do Buraco. À tarde, o brigadeiro Lima e Silva se assenhoreava do Recife. "Estava morta a revolução", declarava em ofício ao ministro da Guerra (60).

Barros Falcão permanecera inativo nos Guararapes, esperando os acontecimentos. A revolução tivera chefes maçônicos; faltaram-lhe verdadeiros chefes militares. Quando soube da ocupação da capital, o exército republicano contramarchou precipitadamente para Olinda pelo Poço da Panela, depois de ter tentado um ataque infrutífero contra a ponte de Motocolombó, guarnecida pela retaguarda legalista.

A luta entre os soldados imperiais e republicanos prolongou-se ainda por dois dias, no mar e em terra. Barros Falcão tentou nova

investida sem resultado contra a cidade. Mas a desmoralização entrara nas suas fileiras, desde a noite em que audaciosamente Lima e Silva ocupara o Recife, quando o presidente Pais de Andrade fugira numa jangada, refugiando-se a bordo da fragata inglesa "Tweed", de onde, no entanto, escreveu ao chefe de divisão da armada imperial David jewett, datando a carta do "acampamento das tropas patrióticas (61)"...

O Senado da Câmara de Olinda investiu-se na sua ausência dos poderes governamentais e propôs logo a volta da província à obediência do Governo Imperial. O ultimatum de Lima e Silva teve, pois, como resposta a capitulação. Os fortes entregaram-se. O exército constitucionalista foi dissolvido. Historiando os fatos, o general declarava ao ministro da Guerra que o povo, que "não tinha entrado na revolução de 1817, agora estava mais comprometido (62)". Sete anos de intriga e propaganda maçônica naturalmente teriam de produzir esse resultado. Temos visto em sete anos de propaganda comunista, hoje em dia, como cresceu o número dos comprometidos, sobretudo ali mesmo em Pernambuco...

Segundo as condições da capitulação sob murrões acesos, que poderia ser incondicional, as praças de pret e os cadetes seriam poupados a qualquer castigo e continuariam no serviço das armas; os oficiais esperariam em liberdade e destino que lhes reservasse Sua Majestade; somente os cabeças de motim se veriam exceptuados de qualquer garantia (63). Frei Caneca e os mais exaltados ou comprometidos não depuseram as armas, seguindo para o foco de Goiana; a tentar uma reunião com as milícias cearenses de Filgueiras. Perseguidos, combateram no Limoeiro e em Couro d'Anta, onde morreu João Soares Lisbôa, entregando-se afinal na fazenda do Juiz, a 29 de novembro (64). Alguns cabecilhas escapuliram, porém frei Caneca e outros vieram presos para o Recife (65).

Pais de Andrade, que abandonara os companheiros na hora do aperto, conseguiu alcançar a Guiana Inglesa, de onde se passou para Londres. Natividade Saldanha foi ter à Colômbia, morrendo mais tarde em Bogotá. Recolhiam aos focos...

O frade, Lázaro de Souza Fontes, Antonio Macario de Morais e Agostinho Vezerra foram condenados à morte no Recife pela comissão militar. A 13 de janeiro de 1825, frei Caneca, depois de degradado das ordens religiosas à porta da igreja do Terço, foi arcarbuzado (66). As execuções dos outros vieram depois.

No Rio de Janeiro, o corregedor do crime processou Ratcliff, João Metrovitch, capitão do brigue de que o primeiro fora imediato e cujo nome, bastante suspeito, nada tem de brasileiro, e Joaquim da Silva Loureiro. Sentenciados à morte, todos os seus recursos foram rejeitados e subiram à forca. Ratcliff, pedreiro-livre português, foi defendido de todos os modos pela maçonaria, que quebrou lanças para salvá-lo. Uma

comissão de **irmãos** da Acácia procurou a marquesa de Santos, implorando a intercessão da concubina imperial. Ela atendeu aos seus desejos. Mas D. Pedro trancou-se num aposento, deixando-a do lado de fora a suplicar, e só abriu a porta, quando tudo estava consumado (67). Sales Torres Homem, Pereira da Silva, João Francisco Lisbôa e muitos outros historiadores e publicistas, condenaram veementemente a falta de piedade do soberano. É preciso não confundir o homem com a razão de Estado. O homem pode ter piedade. A razão de Estado, às vezes, não pode ter.

O Ceará resistiu mais tempo do que Pernambuco. Também foi atacado posteriormente. As forças de Chaves e Amorim bateram Tristão Gonçalves na várzea de Santa Rosa. Quando fugia a casco de cavalo, mataram-no os partidários de José Leão da Cunha Pereira e deixaram-lhe o cadáver insepulto, que o sol do sertão mumificou. Filgueiras submeteu-se no Crato. Em Fortaleza, uma comissão militar fez arcabuzar no campo da Pólvora os coronéis Carapinima e Pessôa, Anta, Bolão, os padres Ibiapina e Mororó. O último revoltara Campo Maior, no Piauí.

Todos esses mártires duma idéia desperdiçaram magníficas energias, que bem podiam ter sido melhor empregadas em prol da verdadeira grandeza da pátria, ao serviço das forças ocultas, sendo sacrificados, muitos sem saber que estavam servindo de instrumentos ao judaísmo-maçônico e cônscios de agirem por puro patriotismo, ao insaciável Moloch do anti-cristianismo. As lágrimas dos brasileiros sinceros devem correr sobre suas campas. Os verdadeiros iniciados como Pais de Andrade, esses salvaram o pêlo, enquanto era tempo.

Entre os documentos relativos à Confederação do Equador que chegaram até nós figura o desenho do brazão e bandeira da república, acordes com os que foram remetidos para a França, quando se encomendaram ali armas e objetos (68). Esse desenho aparece na "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano" (69) e na obra de Clovis Ribeiro, "Brazões e bandeiras do Brasil" (70). As descrições da bandeira feitas por Melo Morais e pelo conselheiro Bellegarde são divergentes, incorretas em matéria de heráldica e não correspondem à verdade. O pavilhão é azul-claro, tendo no centro um quadrado amarelo gema de ovo, ladeado por 2 ramos, um de algodão, outro de cana, na mesma posição em que figuram os de café e fumo do antigo escudo imperial. No meio do quadrado, um círculo branco orlando um globo azul celeste, interrompido em quatro pontos pelas extremidades de feixes de varas vermelhos, postos em santor ou cruz de Santo André. Em letras negras, sobre o branco, nas quatro divisões da orla circular, estas palavras a começar de cima: Independência-União-Liberdade-Religião. O globo azul é partido por um equador branco, que passa ao meio de quatro estrelas. Na parte inferior do globo, uma fileira de nove estrelas, acompanhando a curva. Sobre o todo, uma cruz florejada de

vermelho. Como uma espécie de timbre desse **escudo** quadrado, aberrante de qualquer regra de heraldica, uma haste vermelha com uma mão na extremidade, apontando para uma bandeirola, flâmula ou filatério em que está escrito em letras negras sobre fundo branco — Confederação. No punho da mão, junto à haste, abre-se um olho. Seis estrelas rodeiam a mão.

Que significam esses **hieróglifos,** como diria o general Madeira? Serão produto de mera fantasia? Consultemos os mestres das ciências ocultas sobre esses símbolos em verdade cabalísticos. Estanislau de Guaita, um dos maiores deles, nos diz que a Mão-Opaca é o sinal representativo da **negação do dogma** (71). A parte central do **pentáculo,** formada pelo círculo branco e a cruz de Santo André, das varas vermelhas, forma uma roda com seus raios e nada mais é do que a **Rota do Tarot** mágico, a Roda do Vir-a-ser, que sobe para a evolução e desce para a involução (72).

Ora, com esses elementos, é fácil ler o que está simbolicamente escrito pela maçonaria na bandeira. Na Roda do Vir-a-ser, do Futuro, da Fortuna, a Religião está inscrita no ponto mais baixo da involução e a Independência no mais alto da evolução, de onde pelo sangue, que representa o hastii vermelho, se atinge a **Mão-Opaca** da negação do dogma — negação do dogma religioso e do dogma político da época, que levará à Confederação, supremo fim a atingir. Aberto na mão negadora, o olho da Providência Maçônica, o olho da velha sabedoria oculta, o olho da Gnose, olho que é o Sol (73), tudo vendo e tudo dirigindo. No meio de tudo, a cruz ensangüentada como a de 1817.

Objetarão que a Confederação respeitava o catolicismo e até o fazia religião de Estado no seu pacto constitucional. Isso não passava de disfarce como tantos usados pelas forças secretas em todos os tempos. Não vemos hoje o comunismo acobertar-se com a defesa da democracia?

No globo azul, que é, inegavelmente, o pai do que os positivistas meteram na bandeira da República, há treze estrelas. Das quatro que se acham divididas pelo equador, formando como que o Cruzeiro, as duas de cima representam o Pará e o Maranhão, mais próximos da **evolução,** e as duas de baixo, Sergipe e a Bahia, mais atrasadas. As da periferia do globo, mais baixas ainda, as províncias do Sul, afastadas da Confederação. As seis que rodeiam a mão e o olho significam as províncias separatistas: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O total de estrelas confere com o número de províncias do primeiro reinado, que eram dezenove.

Esta leitura de símbolos secretos poderá ser desagradável aos maçons, porém é verdadeira e não temos abundantemente as nossas interpretações com amarga.- Com certeza negarão essas significações. Mas negar somente não basta. Aliás, nós documentamos abundantemente

as nossas interpretações com os seus próprios autores, tanto estrangeiros como nacionais, tendo à frente grãos-mestres no assunto como os ilustres, **veneráveis** e **poderosos irmãos** Dario Veloso e Mario Bhering. Se mentimos, então é que eles nos mentiram...

Capítulo XVI

O MINOTAURO DA AMÉRICA

De mãos dadas, "maçons e liberais", os primeiros tangidos, às vezes inconscientemente, pelas influências ocultas do judaísmo (1); os segundos, levados por aqueles e escravos de seus interesses políticos pessoais; além deles, os despeitados, os invejosos, os envenenados pelas ideologias falsas da época, os xenófobos, os descontentes; todos "detratavam a autoridade" do Imperador, "depreciando o homem e seus serviços (2)". Homem e governante, mau grado as reconhecidas altas qualidades que a educação não cristalizara, ambos tinham os mais graves defeitos. Cada um deles era uma falha na armadura do soberano pela qual se introduzia o esguicho de pez fumegante da calúnia ou a lâmina acerada e traiçoeira do estilete da injúria.

O estandarte dessa guerra terrível que dia-a-dia alastrava, assoprada pelo sentimentalismo nacional bem explorado, era a mancebia notória de D. Pedro I com a marquesa de Santos, cuja beleza gabaram em relatórios confidenciais diplomatas como o conde de Gabriac e Delavat y Rincon. O Imperador afundara-se na ligação amorosa com escândalo de todos e abandono da esposa, batizando duquesas bastardas, escravizando-se à sensualidade da paulista famosa e requintada. A história dos amores de ambos, através de episódios e cartas, demonstra que a tinha, como dizem os franceses, **dans la peau,** o que tornava impossível abandoná-la dum momento para outro.

A campanha surda ou aberta contra D. Pedro, sobretudo após os sucessos de 1824, em que houve cadáveres de supliciados a explorar como mártires de ideais sublimes, balançando-se das forcas ou palitados de balas pelos pelotões de fuzilamento, atingiu o ápice. Por isso, os que o defendiam tiveram, logicamente, de apelar para o exagero. E, ao lado dos que o apregoavam alarve, barregão, sensualista, pródigo, absolutista, tirano, bárbaro, déspota, como Evaristo da Veiga e seu filho

Luiz, ambos maçons graduados, outros havia que o aureolavam de "prestígios excessivos (3)", e outros que o diziam mero fantoche nas mãos dos Andradas, desde quando o haviam proclamado Romulo-Arconte-Rei (4).

Na verdade, D. Pedro era, ao lado dum sensual e dum estabanado, sujeito a crises de epilepsia, um espírito atilado e um nobre, generoso coração, superior em muita coisa aos "aventureiros" políticos que o cercavam e aos quais finamente aludira o astuto Rei seu Pai, antes de ir embora. Destemeroso, Ativo. Visitava as repartições públicas. Inspecionava os serviços. Trabalhava no seu gabinete nos negócios do Estado. Olhava tudo (5). Era um soldado completo. Ninguém melhor do que ele entendia de evoluções e do manejo das armas (6).

O que se organizou no seu governo não fica a dever muito ao que se organizou na benéfica e paternal administração de D. João VI: Sociedade de Medicina, Observatório Nacional, Caixa de Amortização, Supremo Tribunal, Conselho de Estado. Tinha a preocupação das coisas do espírito: aliviou os tributos sobre livros, acabou a censura, mandou oficiais se aperfeiçoarem na Europa, traçou o programa de educação dos filhos, abriu os cursos jurídicos. **Il payait de sa personne,** quando preciso, socorrendo de seu bolso, discretamente, os necessitados e apagando os incêndios como um bombeiro profissional (7). Corria a cavalo sem parar, deixando todos para trás, boleava seges e tranquitanas, saltava janelas noturnamente em aventuras galantes, falava ao soldado, ao marinheiro, ao eguariço, ao freqüentador de tavernas na sua linguagem. Cheio de generosidade e de rudeza. Dava o braço a Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, seu íntimo, "apreciador de petisqueiras e mulherinhas, artesão de intrigas e editor de piadas (8)".

Era o centauro que entrava de repelão nas salas onde cochilava a burocracia sestrosa e madraça, metendo o rebenque nos funcionários desidiosos e malcriados (9); que penetrava os umbrais maçônicos, sob a abóbada dos punhais erguidos, para clausurar o Templo com uma ordem seca aos soldados que o seguiam com espanto; que encerrava as assembléias políticas parlapatonas e pretenciosas, enfiando os pescoços dos canhões pelas ruas em torno, como em 1823, ou com uma frase curta e ríspida como um estalido de fecharia de espingarda que se arma, como a 3 de setembro de 1830: — "Augustos e Digníssimos Representantes da Nação, está fechada a sessão (10)!". A mais concisa e significativa Fala do Trono de que há notícia. Era homem de repentes, de palavra chicoteante, de gestos viris e atitudes destemidas.

Por tudo isso, no fundo, o povo, o verdadeiro povo gostava dele, derretia-se com o reconto de suas aventuras goliardas, desbarretava-se prazenteiro, quando o via passar a galope, cingido na fardeta singela de oficial de caçadores, distanciando o estado-maior e os guardas de honra, babava-se de gozo, quando seu chicote zurzia um pagador madra-

ço do Tesouro ou o seu pontapé imperial acertava na parte sensível dum safardana. Sentia nele a alma espontânea; borbulhante, generosa e protetora, a mão que se abria para dar com largueza como para castigar sem subterfúgio. Seu instinto lhe dizia que o Imperador tinha alguma coisa dele povo, na sua rudeza e na sua sinceridade semi-bárbara. O povo amou-o. Talvez tinha sido, antes da campanha demolidora e insidiosa, o homem de governo mais amado do Brasil. O **povo maçônico** envenenou o coração do verdadeiro povo e com ele derrubou o Imperador; mas lá no íntimo, à surdina, sempre viveu a afeição primitiva. Toda a impopularidade criada ficticiamente em volta de D. Pedro pela intriga maçônica, ajudada dos grandes erros que ele próprio cometeu, não conseguiu de todo apagar esse sentimento natural pelo homem das cavalgadas loucas e dos gestos teatrais (11).

O estouvado não era tão ignorante quanto se quis fazer crer: sabia latim, geografia e arte militar, falava línguas, escrevia com certo chiste nos jornais políticos, fazia ele mesmo os discursos da coroa, versejava, embora mediocremente, compunha músicas; tocava piano, entalhava e esculpia em madeira, desenhava (12). Vê-se que seu espírito propendia naturalmente para as coisas intelectuais e artísticas. Que importa não pudesse nelas se aprimorar por falta de base, graças à má educação que lhe haviam ministrado? Basta os pendores demonstrados para indicar a feição elevada de sua alma que os inimigos entenderam de rebaixar por todos os modos e meios.

Do mesmo modo que se não pejava no reles epistolário amoroso com a marquesa de transudar sensualismo barato, assinando-se ora Fogo-Foguinho e Demonão, ora O IMPERADOR, tinha a lágrima fácil, comovia-se por qualquer coisa e, passada a rajada da violência, penitenciava-se, arrependia-se, compungia-se. Quando a maçonaria apelou para a marquesa, afim de salvar o irmão português e agente judaico-revolucionário Ratcliff, trancou-se logo num quarto, ou não resistiria à súplica, e só abriu a porta passada a hora da execução. A pedreirada livre, empenhada na derrubada do trono, fez grande escarcéu de sua pretensa crueldade e assoalhou que mandara em salmoura a D. Carlota Joaquina a cabeça do supliciado (13). Fábula infame e atroz!

O Imperador conhecera D. Domitila, separada dum marido brutal que a esfaqueara, em São Paulo, após o episódio do Ipiranga. Viu-a e amou-a. Extraiu-a à "obscuridade provinciana" e guindou-a "aos brilhos e rumores da Corte", tornando-a "teúda e manteúda" (14), nos termos das velhas Ordenações. Desde o começo da ligação, maldava-se da paulista. O falatório dos amores imperiais enchia a cidade. A 4 de abril de 1825, ela foi nomeada Dama do Paço, o que escandalizou toda a gente. Entre a mixela e os Andradas, ávidos de poder, rebentou uma guerra meio surda que pipocava em inconveniências recíprocas. Deu-se mais tarde a mesma coisa entre ela e o marquês de Barbacena. Todavia,

a Imperatriz D. Leopoldina somente veio a saber de tudo na viagem imperial à Bahia, em 1826, a bordo. A dama era do séquito (15). Calou-se, devorando as lágrimas na dignidade do silêncio. Desabafava nas cartas íntimas a Schãffer.

De volta da Bahia, D. Pedro situou a amante ao pé do paço de São Cristóvão, comprando para ela a chácara de Francisco Joaquim de Lima. A mancebia imperial tornou-se o prato das conversas de todo o dia. Os próprios culpados não se preocupavam em disfarçá-la. Deixando a Imperatriz na Quinta da Boa Vista, o Bragança apaixonado ia com a bela paulista para a fazenda de Santa Cruz, onde demorava dias e dias (16). A 12 de outubro de 1826, outorgou-lhe o título de marquesa de Santos. Parecia pirraça aos Andradas orgulhosos do nome de seu berço. Essa prova pública de prestígio feminino rodeou-a duma corte de aduladores interesseiros, datando daí sua influência na política (17).

As coisas chegaram a ponto tão escandaloso com o nascimento das bastardas, com o afastamento do marido aquinhoado com prebendas, com a proteção estendida à família da marquesa, que, uma feita, D. Leopoldina se revoltou e ameaçou retirar-se para a Áustria (18), onde se erguia a figura de Metternich como a derradeira coluna da Ordem Antiga, erecta ante as Duas Colunas da Ordem Maçônica Judaica triunfante com a Revolução Francesa. D. Pedro zangou-se, deblaterou e conseguiu dissuadi-la. Mas a Imperatriz perdia a saúde a pouco e pouco, depois do difícil parto do príncipe D. Pedro, herdeiro da coroa. Numa grande depressão física que a torturava de insônias, resvalava para profunda melancolia. Queixava-se de dores pelo corpo todo. A erisipela invadia-lhe os membros inferiores.

Às dificuldades da política interna, mexida e remexida pela maçonaria no afã de tudo aproveitar para impopularizar o governo, bem ajudada pelo descaminho amoroso do imperante, juntara-se a guerra estrangeira, provocada pelo judaísmo-maçõnico internacional. Corrobora o que dizemos um historiador documentado, sério, isuspeito de anti-semitismo, num trecho que vale ouro e no qual somente assinalamos uma única palavra: "O Brasil, fraco por elementos que lhe dissolveram concursos essenciais (19), recuou ao Chuí e Quaraí, forçado pela JUDIARIA inglesa avidamente apadrinhada por Stuart, Gordon e Ponsomby, que ultimou o ajuste de terminar as hostilidades (20)". A guerra forçou o Imperador a partir para o Sul. Embarcou com destino à ilha de Santa Catarina, deixando a esposa enferma. A maçonaria espalhou à boca pequena que lhe dera um pontapé mortal. Na sua ausência, o marquês de Paranaguá, obedecendo às ordens da Imperatriz, repeliu a marquesa do paço (21). No dia 11 de dezembro, finava-se cristãmente D. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, soberana do Brasil, esposa virtuosa e mãe amantíssima, que, por obras dum "monstro sedutor", como escrevera a Schãffer, perdera o amor de seu querido Pedro!

A opinião pública foi excitada contra a marquesa a quem se atribuía a morte da Imperatriz, indiretamente e mesmo diretamente, porque se dizia até que a envenenara, como revela uma carta de José Bonifácio. A maçonaria, que recorrera sem pejo à amante imperial para tentar a salvação de Ratcliff, esquecera-se do favor e recorria aos incitamentos contra ela, afim de ferir o amante ausente, aquele **ingrato** Guatimozin que fechara as beneméritas lojas. Todos os pretendentes que a marquesa não pudera ou não quisera servir, despeitados por isso, juntaram-se aos bandos ululantes de arruaceiros que tentaram atacar a residência de D. Domitila, guardada pela polícia.

O marquês de Quixeramobim participara a nova fatal ao Imperador, no presídio das Torres, onde se achava, ao desembarcar do brigue português "Constança" (22). Na correspondência que entregou ao monarca vinha o relatório do intendente de polícia, Aragão, e uma carta da própria marquesa, dando conta da efervescência popular contra ela, do pretexto da enfermidade da Imperatriz para a isultuosa expulsão do paço, afirmando que os ministros pretendiam separá-la do Imperador, afim de governá-lo a seu talante (23).

"Recebera D. Pedro não obstante a notícia da morte da mulher com sincero sentimento, deplorando a falta da companheira submissa, di-lo Mareschal. Encasquetara-se-lhe na idéia, porém, informa o mesmo austríaco, enfrentar os rumores que rondavam odiosamente a amante e os que a haviam insultado no correr daqueles dias trágicos. Às duas horas da tarde de 4 de janeiro de 1827, a nau "Pedro I", trazendo a seu bordo o Imperador, levantava atropeladamente ferro do porto de Santa Catarina, rumo ao Rio de Janeiro (24).

Desembarcou triste e cabisbaixo, recebendo mal os ministros que foram a bordo. Os mexericos políticos e diplomáticos fervilhavam pela cidade. Espalhava-se que regressara para vingar os agravos da marquesa. Depois de esmiuçar essa intrigalhada (25), Alberto Rangel escreve: "Não é curial admitir que D. Pedro tivesse deixado o Rio Grande e os graves problemas que lá desataria, para vingar em pessoa as desfeitas à marquesa de Santos. Para castigar os desafetos da amiga, Júpiter poderia de longe forjar e mandar os raios que entendesse. A carta com os possíveis e reais pavores de D. Domitila nunca poderia ter decidido o monarca à resolução da volta. Aproveitaria D. Pedro o regresso para servir e defender a amante, mas nunca seria exclusivamente determinado por ela a dar esse passo. Senhor da política e conhecedor dos homens com quem se acotovelava diariamente, o Imperador não podia ser presa fácil aos enredos duma mulher assustada, embora a requestasse muito. Encetando a viagem ao Sul, ele resolvera fazê-la breve, como o demonstra o ofício de Inhambupe ao ministro do Brasil em Paris: "Contando voltar (o Imperador) para esta Corte no mês de fevereiro (26)".

Ora, D. Pedro I saltou no Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro.

Não é grande a diferença para a data anunciada por Inhambupe. Às forças ocultas convinha espalhar o boato de que o regresso era determinado pela queixa da concubina, que viera desafrontá-la, que perseguiria os que queriam separá-lo dela e mais isto e mais aquilo, de maneira a prejudicar a sua popularidade.

A situação política era, em verdade, grave com o borbulhar de ódios, o ciciar de intrigas, as forças ocultas bosquejando nas conjuras a queda do trono. "Era de fato excepcional e de negras perspectivas o momento histórico do Brasil. Criaram-no a morte abstrusa de D. Leopoldina e a situação do soberano, por assim dizer de mochila às costas, ao acaso dos acampamentos de guerra. E no fim de 1826 não morreram a paixão e o espírito de anarquia de 1823 (27). Para dar uma idéia do grau de virulência desses ódios, basta ler a "Proclamação da Sentinela da Liberdade à beira do mar da Praia Grande, refugiada em Buenos Aires, aos habitantes livres do Brasil". Assinava-a José Estevam Grondona, foragido por um roubo de quadros, segundo insinuações do "Diário Fluminense" e companheiro de Cipriano José Barata de Almeida (28). A política havia passado para o seio do inimigo da pátria, afim de lá assentar ilesa a tenda do testa de ferro (29). De "sobrinho de Fernando VII" a "antropáfago vil", a verrina contra D. Pedro não conhece o **smorzando.** Arranquemos do pasquim um trecho para lhe orçar a acrimônia e os ascos do calão: "Que podeis esperar de um perjuro, lacaio de estrebaria, burraxo cachaceiro, sem educação, e sem princípio, sem honra, sem fé, sem probidade e sem moral, sem talentos, e sem virtudes, sem costumes, e sem vergonha, mau filho, pior pai, péssimo marido, iníquo monarca, de cuja boca nunca se tem ouvido uma boa palavra, e de cujo coração jamais tem aparecido uma obra boa? (30)".

A amostra indica de que estofo eram os panfletos que os agentes da maçonaria, como esse Grondona, amigo de Cipriano Barata, maçon e revolucionário profissional, espalhavam pelo país e fora dele, glosando sobretudo o ponto fraco da couraça do soberano para por ele instilar veneno à vontade e corroê-lo. E fizeram-no conhecido no mundo inteiro pela antonomásia isultuosa e grotesca de MINOTAURO DA AMÉRICA!

A volta de D. Pedro à Corte obedeceu à necessidade iniludível de salvar os interesses dinásticos que perigavam com a sua ausência, embora ela fosse vantajosa para a marcha da guerra. O cônsul de Espanha, Delavat y Rincon, escrevendo ao seu governo, informava: "Tendria consecuencias de mucha consideracion la ausencia de S. M. y es factible que ei partido republicano, que es considerable en ei pays **(sic),** y se halla contenido por la energia de caracter de este Soberano lograse insurreccionar la mayor parte del Brasil (31)".

Se os agentes diplomáticos e consulares sabiam disso, melhor informado estaria o Imperador, que fora Grão-Mestre e Arconte-Rei, Rômulo e Guatimozin, que penetrara os umbrais do Templo salomônico e devia

ter a sua polícia. Voltou rapidamente, porque compreendeu a urgência do regresso. Mas a boataria maçônica, terrível arma israelita, assoprou por toda a parte que só viera por causa da querida marquesa, cuja carta magoada lhe avivara as saudades e lhe esporeara o desejo de vingá-la. Como, infelizmente, a marquesa existia e era amada com paixão, a opinião pública aceitou o embuste maçônico. O poder é uma ascese. O homem de Estado deve estar acima dos vícios e corrupções para poder combater as forças destruidoras da sociedade.

Tudo isso ainda não foi bastante e começou-se a articular a história do casamento de D. Pedro com a favorita, afim de causar maior indignação. A tal respeito, "os boatos descabelados andavam à solta pela cidade (32)". O próprio ministro da Áustria, o esperto barão de Mareschal, ficou ou fingiu ficar impressionadíssimo com eles. Parece que a própria marquesa se deixou embalar pela idéia que lhe lisongeava a vaidade e ambição, porquanto vários diplomatas, nos seus ofícios confidenciais, notavam seus "gestos de pretendente".

A verdade, contudo, é que, após a morte da Imperatriz, o Imperador ficara vivamente abalado, andava macambúzio, "nuvento e cismático", isolando-se até na fazenda de Santa Cruz, sem ligar ao disse-que-disse. A influência da Pompadour diminuía (33). As primeiras nuvens toldavam o céu da ligação imperial.

Em junho de 1827, D. Pedro falou ao barão de Mareschal na necessidade de casar (34). A 21 do mesmo mês, comunicou-lhe o rompimento com a marquesa. Luiz d'AII-Hoste foi o primeiro enviado para tratar dos projetados esponsais (35). Em agosto, para o mesmo fim, embarcava o marquês de Barbacena. Foi nesse mês que deram um tiro, na ladeira da Glória, na baronesa de Sorocaba, irmã da marquesa de Santos. Diziam que o Imperador lhe arrastava a asa e que o atentado fora fruto da ciumada de D. Domitila. O certo é que o soberano voltou a freqüentá-la, desmentindo a rutura. Mas essa volta ao velho amor, como outras, mais tarde, não concertariam a situação. O vaso de cristal fendera-se, como o do soneto célebre de Sully Prudhomme, verteria sempre pela falha o líquido que contivera e acabaria por ser posto de lado...

Em dezembro, as negociações do casamento encalharam. Em janeiro de 1828, as princesas da Baviera solicitadas ao noivado recusaram-no. A fama do Minotauro da América, espalhada pela maçonaria em toda a Europa, não tentava as filhas dos soberanos de além-mar ao tálamo imperial do país longínquo e ignoto. Goraram por isso os projetos de maridança com as princesas de Wurtemberg e da Sardenha. O Minotauro amedrontava. Ele matava as esposas a pontapés com a bota de tarimbeiro! e Barbacena regressou desalentado.

Era difícil achar uma moça de sangue real que quisesse vir compartilhar o leito com a Pompadour paulista. Esta tinha de ser afastada em primeiro lugar, definitivamente, para se poder negociar. Senão, traba-

lho perdido. Em maio de 1828, D. Pedro recambiou a marquesa para São Paulo. Em julho, levando consigo D. Maria da Glória, que devia casar com o tio D. Miguel e reinar em Portugal, Barbacena tornava à Europa, na fragata "Imperatriz". A 2 de setembro, fazia escala em Gibraltar, onde recebia um ofício cifrado do marquês de Rezende e do visconde de Itabaiana, datado de 22 de julho, de pouco depois de sua partida, no qual lhe davam conta dos sucessos de Portugal.

Soube por ele que D. Miguel, depois de haver jurado a constituição em Viena e de assinar a escritura de casamento com a sobrinha, depois de prometer à Grã-Bretanha que, em Portugal, só faria o que o mano Pedro mandasse, arranjando um empréstimo logo ao chegar em Lisboa conferenciara de portas trancadas com D. Carlota Joaquina, a inimiga dos maçons e dos liberais. Desde seu desembarque, grupos de populares e caceteiros puseram-se a berrar pelas ruas vivas ao Rei Absoluto. Quem não os aplaudia ou acompanhava levava uma coça. Ao jurar fidelia-de e obediência à rainha, fizera-o como Regente da Menoridade e não como Regente nomeado por D. Pedro IV. Afinal, dissolvera a Câmara e fora aclamado Rei. O miguelismo triunfante dava de rijo na maçonaria e o clamor dos **irmãos** perseguidos encontrava na imprensa judaizante do mundo o eco que não encontra o de suas vítimas, quando manejam o poder ou desencadeiam as revoluções esquerdistas.

A notícia, naquela altura, era de estarrecer; mas Barbacena não se deixava manietar por qualquer entrave nem tropeçava na primeira pedra que lhe atirassem ao caminho. Inteligente, culto, sagaz, sabia resolver os casos difíceis. Para onde levar D. Maria da Glória? Para a ilha da Madeira ou para o arquipélago dos Açores, rincões fiéis à monarquia constitucional que ela representava? Para o Brasil, refazendo a travessia do Atlântico e prejudicando sua missão de caça noiva? Para Viena, terra de seus avós, rochedo dinástico em que se quebravam as ondas do revolucionarismo?

Para qualquer um desses lugares havia sérios inconvenientes. Nas ilhas, o isolamento, a falta de recursos, o perigo duma surpresa por parte dos miguelistas assanhados. O regresso ao Brasil interromperia o arranjo do casamento imperial com que contava destruir o prestígio da marquesa, sua inimiga. Viena era a cova do leão absolutista, que não devia estar no fundo satisfeito com o imperador liberal, ex-maçon, fabricante de constituições para o Brasil e para Portugal. Viena devia simpatizar mais com D. Miguel. Ali pontificava para o mundo antigo, que teimava em viver, mau grado os golpes do judaísmo, e das forças secretas, o príncipe de Metternich, de quem Barbacena desconfiava, julgando até que, por trás das cortinas, dificultava o casamento de D. Pedro, afim de levá-lo pelo despeito a casar com a marquesa, desmora-lizando aos olhos da Europa a realeza constitucional que permitia esse abastardamento (36). O Guatimozin-Minotauro, doador de duas cartas

constitucionais, se aviltaria aos olhos de todos, dentro e fora do país. A suposição de Barbacena não era descabida.

Desta sorte, duas forças combatiam o enlace imperial na Europa com fins diferentes, embora: a maçonaria, criando o mito do Minotauro que apavorava as princesas; a Santa Aliança, procurando desmoralizar em D. Pedro a figura do monarca constitucional. A Santa Aliança, atuava erradamente, porque combatia indiretamente a si própria, fazendo inconscientemente o jogo das forças ocultas. Na verdade, vencendo essas graves dificuldades, iludindo essas manobras e obtendo, afinal, a vitória, Barbacena sobressai como notável diplomata nesse tormentoso período da história nacional.

Ao prosseguimento de sua missão e à segurança de D. Maria da Glória somente Londres poderia servir. Na liberal Inglaterra, fervilhavam emigrados portugueses escapos aos caceteiros miguelistas. A fragata "Imperatriz" velejou para Falmouth, onde ancorou a 24 de setembro de 1828. Fora providencial para Barbacena a recepção do ofício cifrado em Gibraltar, senão aportaria em Lisboa com a filha de D. Pedro, encontrando D. Miguel instalado no trono de que se apoderara!

Árdua tarefa a do enviado imperial à cata de noiva condigna. Em arquiduquesas austríacas e grã-duquesas russas, das quais se falara ao princípio, nem convinha pensar. Olhou para o Norte, para a princesa Cecília da Suécia, que recusou. A demora das negociações permitiu que D. Pedro tornasse a entreter correspondência com a marquesa, carta vai, carta vem. Enfim, em abril de 1829, ela chegava triunfante de São Paulo. A reconciliação, porém, devia durar pouco. Em julho, Barbacena arranjava a noiva cobiçada e por sinal bonita: D. Amelia Augusta Eugenia Napoleôa de Leuchtenberg, filha do príncipe Eugenio de Beauharnais, enteado de Napoleão e duma princesa da casa de Baviera. Assinou-se o contrato de casamento. D. Pedro arredou a favorita de vez, dias depois da volta de José Bonifácio do exílio. Ela via, assim, na sua queda, o triunfo de seus piores inimigos: Caldeira Brant e o Patriarca!

A noiva chegou, em companhia de D. Maria da Gloria, na fragata "Imperatriz", a 27 de outubro. Sua beleza e sua graça conquistaram o coração ardente do Imperador. Repetiu-se a história da Bela e a Fera. O Minotauro da América foi domado, senão de todo, quase de todo, até o fim de sua curta e movimentada vida. A Ordem da Rosa comemorou o encanto do soberano e seu dístico Amor e Fidelidade exprime o que, no momento, lhe ia n'alma.

Findara-se o tão falado prestígio da tão falada D. Domitila. O Andrada, que assoalhava ter sido ela a causa de sua demissão e da dissolução da Constituinte, voltara ao país. Barbacena, trazendo ao leito imperial a linda princesa franco-bávara, ascendia às cumeadas do favor. A sorte que a desfavorecia favorecia-lhes os inimigos. José Clemente Pereira,

os marqueses de Lages, de Jacarepaguá e de Queluz, que tanto tinham usado de sua influência para contrastar a de Caldeira Brant (37), a haviam abandonado e velejavam para outras paragens mais proveitosas. José Clemente, o maçon republicano, que se fingia absolutista vermelho para poder aconselhar mal o Imperador e levá-lo à perdição, o grande responsável pela abdicação de 7 de abril, quantas mesuras lhe fizera e agora nem se lembrava que ela existia! (38).

Tanto quanto a mancebia inglória com a marquesa, a guerra do Sul contribuiu para derrubar o Primeiro Reinado. O Brasil-Império herdara a Província Cisplatina do Brasil-Reino. Ele próprio não a conquistara. Sucessor duma situação de fato, que lhe era favorável, só lhe cumpria mantê-la, defendendo grandes interesses. Mas "como havia um imperador a destronar (39)", a maçonaria criou a falsa opinião geral de que a guerra era mero capricho pessoal do imperante (40). Como a luta custasse dinheiro e sangue, como o recrutamento, consoante o sistema do tempo, fosse bárbaro, naturalmente o povo se tornou contrário a ela. Além disso, a má sorte e a incapacidade de alguns chefes militares somente nos deram aborrecimentos e revezes, o que agravava a situação. E, dia-a-dia, a impopularidade de D. Pedro "crescia, açulada pelas intrigas políticas" (41). Buenos Aires era o foco de todas as intrigas e incitações (42). Alberto Rangel viu bem a JUDIARIA movendo a guerra (43). Um sopro que vinha da Inglaterra enfunava as velas da ambição platina a se contrapor ao Império, que não era conveniente crescesse muito dentro da ordem e centralizado. Os Templos maçônicos impulsionavam os **bons republicanos** das Províncias Unidas contra os **escravos** da única Testa Coroada num continente judaizado e maçonizado até a medula, em que ele teve de compactuar com as colunas simbólicas, ataviando-se com o avental da Acácia.

A Argentina queria reconquistar a Banda Oriental para refazer o Vice-Reinado. Os orientais queriam a independência. Ela lançava-os contra o Brasil e os ajudava; depois confiscaria em seu proveito a liberdade que conquistassem. Engano d'alma ledo e cego! O judaísmo internacional açulava a ambição argentina, a ansiedade uruguaia e também o instinto de conservação imperial, para tirar todo partido de todos, enfraquecendo-os, desfalcando o Brasil da margem esquerda do Prata, arrancando à Argentina a Banda Oriental e criando o Uruguai, Estado Tampão, destinado a nunca se expandir e susceptível de oferecer, num ponto nevrálgico do continente, uma brecha para qualquer ação futura, como a propaganda soviética o demonstrou em nossos dias.

"Conchavava-se a peonada nas bochechas do marechal Lecor" (44), inerte e incapaz. A 19 de abril de 1825, à frente de 33 ou 34 companheiros, o caudilho Lavalleja desembarcava na Agraciada, no local denominado Canada de Gutierrez, e concitava a gauchada oriental a lutar pela independência contra o Império. De Buenos Aires vinham os recursos de que

carecia. O caudilho Frutuoso Rivera, a serviço do Brasil, traiu-o, passando-se para o inimigo (45), cujas hostes engrossavam diante da inação das guarnições brasileiras.

Estas se condensavam em dois núcleos principais: o de Montevidéu, onde Lecôr permaneceu inativo durante toda a campanha, e o de Mercedes, comandado por um velho herói das guerras sulinas, o general José de Abreu, barão do Serro Largo. Na emboscada do Rincão das Galinhas (46), os rebeldes destroçaram a cavalaria missioneira da cobertura de Abreu e, em Sarandi, a coluna de Bento Manuel (47). O general, desajudado de Lecôr, que não arredava pé das muralhas de Montevidéu, retirou para o Rio Grande, deixando toda a campanha em poder da peonada em revolta, que estabeleceu sua capital na vila da Flórida e cuja audácia subiu de ponto.

Abreu, chefe capaz de varrer os uruguaios, se dispusesse de recursos, como provara na campanha de 1816 a 1820, foi destituído do comando, entregue a incapacidades notórias, obra do ministro da Guerra, o marquês de Lages, que parecia ter o propósito de perder a campanha, colaborando consciente ou inconscientemente para os fins colimados pelas forças secretas.

Seis meses após o desembarque dos 33 ou 34 (48), Buenos Aires desmascarava as baterias, como observa Alberto Rangel. Declara-se a guerra. Nossa esquadra bloqueia o Prata. A Argentina "retruca, autorizando o corso (49)". Aventureiros de todas as nações, flibusteiros de todos os portos, de mãos dadas às forças maçônico-judaicas, espalham-se pelas nossas costas, preando os navios de comércio. Todavia, quando a Armada Imperial apresava qualquer embarcação em flagrante de forçamento do bloqueio, mesmo carregada de contrabando de guerra, isso dava lugar a reclamações inamistosas dos governos estrangeiros obedientes aos **pontos** que lhes assopravam a lição, reclamações que suscitaram muitas vezes graves dificuldades diplomáticas (50).

Em julho de 1826, o Exército de Observação concentrado pela Argentina na nossa fronteira, sob o comando de Carlos Alvear, maçon e antigo agente de Miranda, invadiu-nos o território, com o objetivo de impedir a junção de dois corpos em que se dividia o desorganizado Exército Imperial, o menor no Rio Grande, o maior em Sant'Ana do Livramento. O Imperador entregara o comando ao marquês de Barbacena, que encontrara as tropas em petição de miséria, os efetivos reduzidos pelas doenças e deserções, a indisciplina e a falta de preparo reinando, os mandriões, os covardes e os desalentados em maioria, servindo de mau exemplo, carência de armas, de remédios, de fardamentos.de munições, de víveres, oito meses de soldo em atraso (51)!

"Apenas chegado à província de São Pedro, Caldeira Brant age com a maior inteligência e decisão: estabelece o serviço de comunicações, fortifica o Rio Grande, organiza a defesa da Lagoa Mirim, reforça

a esquadra, ordena uma demonstração na costa de Maldonado, organiza um depósito de recrutas e manda recolher aos corpos a **aluvião** de soldados e oficiais distraídos dos seus postos. Somente este rol de medidas, sábias e rápidas, salvará Barbacena nos lentos juízos da posteridade (52)". O Imperador seguira de perto o novo comandante chefe, para ver com seus olhos a situação que tão grave se desenhava. Cedamos ainda uma vez a palavra a Alberto Rangel: "D. Pedro estava na tradição lusa, que então via profundamente no Prata a nossa grave e irrevogável questão continental, o flanco doente, o ponto sensível. Em 1827, o ministro Araujo dizia a Martius: "Sem o Uruguai e as ribanceiras de La Plata, o Brasil não pode descansar (53)". A oposição que reclamava a paz nas fronteiras do Sul e tratava D. Pedro de intrêmulo e desmiolado, pródigo do sangue e dinheiro alheios, não era somente um partido de campanário, mas a população anti-metropolitana, reagindo por nativismo estreito à herança dolorosa da luta, cuja vitória Portugal bem sentiu indispensável à tranqüilidade dos destinos nacionais (54)".

Estivesse o notável historiador, que tão bem observou esse **nativismo estreito** reagindo contra a **herança dolorosa,** melhor ao par dos manejos judaico-maçônicos e lhe daria seu verdadeiro nome: anti-tradicionalismo, anti-Brasil. Foi isso que matou o Primeiro Reinado, que anarquizou a Regência, que provocou as lutas separatistas, que derrubou o Segundo Reinado, proclamando a República Federativa, degrau para as Pequenas Pátrias do Positivismo, levando-a pelo materialismo ao apodrecimento de nossos dias.

A morte da Imperatriz obrigou o soberano ao precipitado regresso. Barbacena ficou lutando para organizar as tropas, unificar o comando e reunir os dois corpos separados em face da invasão dum inimigo superior em número, melhor apercebido de cavalaria e armado de artilharia mais numerosa, além disso tendo pela proa a má vontade ou incapacidade do ministro da guerra, conde, depois marquês de Lages, que se não cansava de pôr-lhe pedras ao caminho, como facilmente se verifica na correspondência oficial trocada entre ambos.

Às dificuldades que se antolhavam no teatro das operações juntavam-se as criadas pela política liberal-maçônica, cega, inconsciente, sem entranhas ou sem patriotismo, na capital do Império. Chegava-se a desejar a vitória do estrangeiro sobre o nacional, do invasor do nosso território sobre os que o defendiam, contanto que disso resultasse a queda do trono, arrastando o **ingrato!** Bernardo de Vasconcelos, Lino Coutinho, Gonçalves Lêdo, Vergueiro (55), "os homens do parlamento, convertidos em generais, dissertavam acerca das peripécias da guerra e da ciência estratégica de modo que metiam no espírito falsas e indeléveis emoções. Suscitavam êmulos, criavam e animavam invejosos, autorizavam detratores. A simploriedade pública sem critério recebeu como incontrastável tudo o que os embustes da política inventaram (56)".

Onde se viu uma assembléia política discutir de público planos militares? Onde se viu levar por diante uma guerra estrangeira sem declarar o país em estado de guerra? Só no Brasil, no Primeiro e no Segundo Reinado, o liberalismo obrigaria os governos a isso que muito caro nos custou. O liberalismo de papelão prefere o sacrifício dos mais altos interesses nacionais ao sacrifício da mesquinha prerrogativa de fazer discursos ba!ofos,gloriando-se em assembléias parlapatonas,desunidas, incapazes e impotentes.

Coberto pela cortina de cavalaria da Brigada Ligeira de Bento Manuel, Barbacena manobrou de modo a realizar sua junção com Brown, que vinha do Rio Grande. Frustrado, assim, o objetivo de sua campanha, depois de saquear Bagé, Alvear pôs-se em franca retirada rumo à fronteira, pelo caminho de São Simão. O Exército Imperial seguiu-os, avistando-o, ao amanhecer o dia 20 de fevereiro de 1827, nas coxilhas vizinhas do Passo do Rosário, no rio Santa Maria, prestes a atravessá-lo. Uma sanga pouco profunda separava os contendores. Os brasileiros desenvolveram o ataque em duas linhas: na primeira, a 1." divisão do general Sebastião Barreto; na segunda, a 2.ª divisão do general João Crisostomo Calado. Como o engajamento da luta devia fazer-se pela divisão que vinha à retaguarda, esta teve de percorrer grande extensão de terreno antes de colocar-se no seu setor de combate, erro de tática que comprometeu a operação, isolando as duas divisões, no intervalo das quais penetrou a cavalaria inimiga, superior em número. A luta durou até duas horas da tarde. Quebraram-se os ímpetos das sucessivas cargas adversas nos quadrados dos infantes imperiais, que fuzilaram à queima-roupa até os guerrilheiros paisanos de Serro Largo, o qual procurava valentemente contê-los, quando debandavam, e tombou morto no meio deles. Os argentinos incendeiam a macega, ressequida e envolvem os brasileiros em chamas e fumaceira. Senhor de seus movimentos, apesar, de tudo, Barbacena ordena a retirada, que se faz em ordem, lenta e segura, pela estrada do Passo do Cacequi. O general do Império "resolvera interromper o combate" (57) para não sacrificar mais ainda os soldados exaustos e sem munições. A fraqueza numérica da infantaria argentina não permitiu decidir a vitória (58). Militar e politicamente, a batalha de Ituzaingó ou do Passo do Rosário nada significou e os argentinos abandonaram apressadamente o nosso território, por ser nele a sua permanência insustentável (59).

Veio, todavia, em má hora, esse pretenso revés de nossas armas. A propaganda platina pintou Ituzaingó como outro Chacabuco, como um novo Maipu, prélio decisivo da liberdade sul-americana contra os tiranos coroados, dando tão exagerado passo para o quixotismo que criou legiões de **proto-fanfarrones** (60)! "Convertida num instrumento, serviu — dentro do Brasil — para demolição nas mãos dos ALVANEIS (61), que desde 1827 minavam o trono (62)".

Barbacena passou o comando a Brown e veio para o Rio de Janeiro. O governo, como se obedecesse à varinha de condão das forças secretas, substituiu-o pelo inerte Lecôr. Mas a Argentina estava exausta pela guerra. A batalha naval do Monte Santiago, em que destruímos a sua esquadrilha no mês de abril, assumiu proporções de "verdadeira catástrofe nacional (63)".

Como se impunha salvar a Argentina impossibilitada dum triunfo militar decisivo no mar ou em terra, como se impunha amputar o Brasil de seu prolongamento sobre o Prata, na partida do xadrez político jogada na América do Sul pelo judaísmo-maçônico, entrou em cena a peça mais poderosa: a Rainha. Movida pelo governo oculto que o judeu d'Israel reconhecia no famoso "Discurso de Aylesbury",a Inglaterra moveu-se e o ministro inglês em Buenos Aires fez-se a alma da política internacional do continente (64). Por trás dos plenipotenciários argentinos, perfilavam-se sempre as figuras de Gordon, Ponsomby e Stuart. Quando as notas inglesas ultrapassavam certos limites, o marquês do Aracati, ministro de Estrangeiros, revidava-as com uma sobranceria e dignidade que honram o Governo Imperial. O Imperador sempre estivera animado das melhores intenções para com seus vizinhos, fosse qual fosse sua forma de governo, e nunca mandara exércitos de observação à fronteira da Argentina nem provocara a guerra. Portugal ocupara a Cisplatina a chamado de seus naturais e convidados, incitado pelo governo de Buenos Aires. O Brasil herdara a província e a incorporara pacificamente. Dera todos os passos para a paz e outra coisa não desejava; mas queria uma paz decorosa, baseada em princípios liberais e interesses recíprocos (65).

Afastou-se a forçada mediação britânica e a diplomacia imperial obteve o maior triunfo possível no momento (66). Firmou-se a convenção preliminar em 27 de agosto de 1828. Desde 14, os pontos básicos estavam assentados entre os plenipotenciários das duas nações, muito antes da chegada de lord Ponsomby ao Rio de Janeiro (67).O Imperador outorgava independência integral à Cisplatina, que passaria a constituir Estado Livre e Soberano, sob a garantia de seus vizinhos. Os uruguaios restituir-nos-iam as Missões de que Rivera se apoderara em plenas negociações de paz. O Brasil cedia uma província. O Vice-Reinado de Buenos Aires ficava para sempre, mutilado. E uma nação jovem surgia na América (68).

Mais uma vez D. Pedro I contrariava os desígnios das forças ocultas que o haviam entronizado para torná-lo seu instrumento dócil. O **ingrato!** exclamaria o **povo maçônico** pelo punho de Lêdo no Manifesto assinado por José Bonifácio. Estava, portanto, irremissivelmente condenado. Já se ajuntava a lenha do sacrifício para acender a pira do 7 de abril, quando Guatimozin, que abandonara a sombra da Acácia, seria assado nas grelhas da abdicação. Como o Azteca, não se queixou e também não fora deitado num leito de rosas...

Um ano mais ou menos depois da paz, a Internacional do Ouro tomava de vez conta do Império, que, dilacerado de dívidas, batia, em 1829, à porta de Rothschild. A Fala do Trono desse ano declarava o estado do Tesouro "miserável". A 1° de junho, de Lalenham, onde se encontrava, Barbacena escrevia ao Imperador que, **felizmente,** ajustara um empréstimo. Era, no entanto, tão imoral que o governo inglês pensou em proibi-lo!; mas Rothschild nos ameaçava com a falência em público e raso. Passamos sob as forcas caudinas. A 3 de julho, Itabaiana assinava o leonino contrato que nos ia escravizar ao Bezerro de Ouro do judaísmo. Os juros começavam a correr dessa data, quer o dinheiro entrasse, isto é, fosse subscrito, ou não. O total devia ser dado em doze prestações, mas os juros, desde o princípio, cobravam-se sobre o capital inteiro. Por um adiantamento pedido, suplicado, chorado, mais 4% de juros além dos 5% contratados! Capitai nominal do empréstimo, que se ficava devendo: £ 769.000. Capital real, figurando na subscrição: £ 400.000. Capital que o Brasil devia receber com o desconto do tipo de 52%: £ 208.000, das quais logo se descontaram as comissões, despesas, juros adiantados e percentagens. O Brasil recebeu somente a ridícula quantia de £ 29.787 (69). Pagou os juros atrasados do empréstimo da Independência e restos de dívidas para com os banqueiros. O monstruoso encontro de contas custou à nação em 30 anos £ 1.950.000. Em 1859, ainda devíamos £ 508.000, o duplo do que nos coubera na maroteira, as quais se incorporaram a novo empréstimo (70).

"Em 1830, a grita era grande no Rio de Janeiro contra esse empréstimo. Da tribuna do parlamento, Holanda Cavalcanti o condenava, e denominava os arranjos financeiros realizados em Londres a CAIXA MÁGICA, O SORVEDOURO DAS RENDAS e o CANCRO DO TÂMISA. A imprensa glosava essas expressões. Encontraremos uma delas grafada pelo próprio punho do Imperador. No dia 27 de setembro desse ano, D. Pedro I escrevia uma carta íntima a Barbacena, então ministro da Fazenda, referindo-se, textualmente, à CAIXA MÁGICA e declarando-se disposto ao exame das respectivas contas. Como nesse exame o marquês não podia ser "juiz e parte", resolvera demiti-lo e nomear para seu substituto o visconde de Paranaguá. Por decreto de 30 de setembro, a demissão era publicada, porque **convinha liquidarem-se as contas da dívida com Portugal, as grandes despesas com Portugal, as grandes despesas com a Rainha** (71) e os emigrados, e com o casamento (72)".

A CAIXA MÁGICA continua a funcionar até hoje; o SORVEDOURO continua a sorver as rendas do país; o CANCRO continua a devorar os ossos da nação, depois de, em um século e pico, lhe ter roído as carnes. Cento e tantos anos de escravização financeira e econômica: todo um povo a suar no eito o suor da agonia para pagar juros ao judeu internacional montado no Bezerro de Ouro que o maçonismo adora

em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade!

O povo maçônico, aliado do judaísmo nos bastidores, derrubou o MINOTAURO DA AMÉRICA, mas entronizou em seu lugar o BEZERRO DE OURO... D. Pedro I nunca dispôs da vida e bens dos brasileiros como Rothschild. D. Pedro I nunca teve a décima parte do poder de Rothschild. Parlamento e imprensa combateram terrivelmente D. Pedro I. Parlamento e imprensa não dão uma palavra contra Rothschild. Que segredo há nisso?... Que terrível segredo envolvendo o destino dos Povos?!... (73).

Capítulo XVII

A SEMENTE DO BACHARELISMO JUDAIZADO

Antes de morrer, o Primeiro Reinado plantou a semente daninha do bacharelismo, ímpio, formalista e pretencioso, destinado a envenenar a nação. Mal aconselhado, o Governo Imperial, em lugar de criar uma verdadeira Universidade, no sentido que o termo comporta, destinada a delinear os rumos da cultura e da vida espiritual da nação, fundou meros cursos jurídicos, fábricas de descristianização da mocidade brasileira (1).

Em 14 de junho de 1823, Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, apresentou à Assembléia Constituinte o primeiro projeto de criação desses cursos, sob o pretexto de libertar os moços brasileiros da escravidão a Coimbra (2). Tinha razão neste ponto. De fato, essa libertação se tornava precisa em todos os ramos dos estudos. Mas o Imperador dissolveu a Constituinte e a idéia naufragou nesse golpe de Estado. Em 12 de maio de 1826, depois de vencida a Confederação do Equador e normalizada a vida constitucional do país, o deputado por Minas Gerais, Lucio Soares Teixeira de Gouveia, levantou novamente a lebre (3). Nos debates que, então, se travaram a propósito, tomou parte, com muito interesse, o senador Nicolau de Campos Vergueiro, figura das mais preponderantes no seio das sociedades secretas. Os representantes do Norte pretendiam que os cursos se abrissem em Pernambuco. Os do Sul queriam-nos em São Paulo. "A fundação em São Paulo pairava já em muitos espíritos e para ela trouxe também Vergueiro a autoridade e a ilustração de sua palavra (4)".

A 11 de agosto de 1827, foi definitivamente aprovado o projeto, criando cursos em São Paulo e Olinda, cujos lentes deveriam adotar ou escrever um compêndio didático de sua cadeira, conforme o "sistema jurado pela nação", isto é, não podendo conter idéias contrárias ao regime em vigor.

Os cursos foram inaugurados em 1828, em Olinda e em São Paulo (5), "cuja história, diz o sr. Spencer Vampré, decerto intencionalmente, resume a história do Brasil dos primeiros três séculos (6)". O governador Toledo Rendon aproveitou, para localizar a faculdade, o convento de São Francisco, cuja criação fôra autorizada pelo alvará de 29 de novembro de 1624 e que ali se estabelecera em 1624 ou 1644 (7). Criou-se pouco depois o Curso Anexo ou de preparatórios.

Estavam montadas as fábricas de bacharéis. A de Olinda-Recife produziu até 1927 6.694 (8). À de São Paulo coube, "no sul do país, o supremo papel na direção intelectual do Brasil; como a sua gloriosa irmã do Norte constitue o eixo de gravitação da mocidade setentrional (9)". O judaísmo-maçônico infiltrou-se nas duas academias, como o fizera em todas as universidades protestantes da Europa e dos Estados Unidos, corrompendo a mocidade inexperiente com doutrinas deletérias, afagando-lhe as ambições descomedidas, favorecendo-lhe as inclinações materialistas, estabelecendo as proteções escandalosas e preparando bacharéis ôcos, palavrosos, pragmáticos ou românticos, cheios de orgulho, desfibrados, para serem nos postos da governação e nas magistraturas criados de servir das forças secretas que lhes fizeram a carreira. Tristes moços que se não sentiram capazes de subir sozinhos as escadas da vida e, assim, se enfeudaram, perdendo as supremas razões morais de viver!

Na segunda parte desta obra, veremos a história minuciosa e documentada de como se instituíram, desenvolveram e agiram as sociedades secretas estudantis, de caráter nitidamente judaico, influindo nos destinos da nação através de sua mocidade corrompida e escravizada, como a Burschenchaft ou Bucha de São Paulo e a Tugenbund de Olinda.

Para os espíritos desprevenidos, que olham somente a superfície das cousas e dos sucessos, sem observar as profundidades, muita coisa parece inexplicável, sobretudo no domínio da política, em que é chocante a discrepância de atitudes de certos homens públicos com o seu caráter normal na vida particular. Também muitas vezes, não é possível compreender por que motivo indivíduos de valor nada conseguem e outros, inteiramente vazios de inteligência ou virtude, e de ambas, ascendem facilmente às cumeadas das posições. Alguns parece que dispõem de imenso poder: tudo lhes é facilitado, tudo lhes é oferecido. Sorte! exclamam os papalvos. O estudioso, o observador, o bacteriologista dos fatos sociais sorri e compreende. Em lugar de exclamar: — Sorte! — murmura entre dentes: — Maçonarias, buchas e **otras cositas más...**

A mocidade brasileira precisa ser devidamente esclarecida sobre essas coisas para repelir de seu seio esses infames organismos secretos. É vergonhoso que um moço se sujeite à servidão moral para subir na vida, como Fausto vendeu a alma ao demônio para para conquistar Margarida. Não corarão por dentro, em conversa com sua consciência,

os que fazem carreira por serem maçons ou bucheiros, prejudicando os que têm merecimento e se não prestam ao triste papel? Em nome de sua própria dignidade, a mocidade brasileira deve reagir contra isso (10).

Expliquemos o mecanismo do bacharelismo judaico-maçônico no jogo da política brasileira. De que maneira ela se processou sempre? Compõem a maioria do eleitorado os homens do interior, ignorantes e pobres, subordinados aos fazendeiros, e os homens sem independência das cidades, adstritos a chefes políticos, protetores e cabos eleitorais. Fazendeiros e chefes políticos locais obedecem cegamente à direção política que venha da capital, contando que esta lhes reconheça absoluto domínio nos seus arraiais. Na Monarquia e na República, a vida política não passou dessa troca de concessões com o Estado.

A mesma dependência entre a Província e o poder central. O partido provincial apóia o governo em troca de se manter na dominação regional, escolhendo para representá-lo os bacharéis adidos ou não à política municipal, que se insinuam junto aos poderosos ou são trazidos pela mão das Buchas desde os bancos acadêmicos. Orientam o Congresso e os Ministérios, formam os Gabinetes, manobram as oligarquias provinciais e municipais, puxam os cordões ao coronelismo. Como o bacharel político não é independente e tem de prestar contas às forças ocultas que o extraíram da obscuridade de Olinda ou São Paulo, torna-se o autor de toda a desgraça do Brasil.

Porque a Bucha o transformou em títere, sugando-lhe qualquer seiva idealista. Essa associação secreta nos moldes das sociedades acadêmicas secretas alemãs — Burschenchaften e Bruderschaften, disfarçava a sua finalidade política com fins de caridade, ajudando os estudantes pobres. O segredo que a velava era apresentado aos catecúmenos sob o pretexto da mão direita não saber o que faz a esquerda. Seu mistério desafiava a curiosidade dos jovens. Atuou grandemente e ainda atua na vida política do Brasil.

Dirigiu-a sempre um grupo de professores, o Conselho dos Divinos, abaixo dos quais ficavam os Doze Apóstolos; depois, vinham os crentes e os catecúmenos. Os compartimentos dos graus eram estanques; a obediência, passiva. Após um estudo do caráter dos estudantes, do 2.° ano em diante, aqueles que podiam ser iniciados eram levados cuidadosamente pelos recrutadores, sob falsos pretextos, à presença dos chefes da associação, homens eminentes nas letras, no professorado ou na política, todos em traje de rigor, com fitas simbólicas, em salas forradas de negro, com caveiras e dísticos sugestivos e ameaçadores. Escolhia-se para isso um dia de festa, afim de não despertar suspeitas nem à própria família do recipiendário (11).

No ato da iniciação, o presidente proclamava a benemerência da sociedade, servindo de engodo seu objetivo secundário: o auxílio ao

estudante necessitado, o que, em verdade, se comprovava com inúmeros fatos. Por covardia diante dos punhais e das caveiras, por timidez em presença de personalidades que o deslumbravam pela alta posição, por interesse em obter honrarias e vantagens, por isto ou por aquilo, a grande maioria dos rapazes, que já tinham sido convidados após acurada observação de seu caráter, fazia o juramento e ia aos poucos se identificando com os processos chamados bucheiros. Raros se rebelavam e repeliam em nome de sua crença católica a escravidão oculta. Os que assim procediam cortavam para sempre a sua carreira (12).

Eis a razão pela qual certos moços menos estudiosos e medíocres de inteligência figuraram mais, desde os bancos acadêmicos, do que outros de real valor, mas independentes de espírito, intensos a artimanhas ocultas e bastante ciosos de sua dignidade pessoal para se não chafurdarem em conluios secretos.

O juramento exigido aos iniciados era o de jamais revelar, fossem quais fossem as circunstâncias, a existência da agremiação, juramento, aliás, sem base moral, porque os fins proclamados por ela não são os que realmente propugna. Demais, a menoridade dos estudantes que pronunciavam tal juramento não lhes podia permitir discernimento completo do papel que passavam a representar entregues à tutela de forças desconhecidas. Sendo a religião católica a da maioria dos brasileiros, a qual não permite a filiação de seus fiéis a seitas secretas, o juramento dos rapazes católicos ou é nulo, irrito, ou os leva **ipso facto** à excomunhão maior (13).

Sabendo-se que é das academias de Direito que saem os bacharéis entre os quais se escolhem os magistrados, desde que estes, na grande maioria, pertençam à Bucha, unicamente preocupada em colocar e fazer avançar seus membros, embora desprezando os princípios da moral, é óbvio que, em poucos anos, a Justiça Brasileira passou a ser dirigida não mais pelos interesses superiores da própria Justiça, mas pelos interesses inferiores do poder oculto. Levaram-se anos a discutir diante da desmoralização de juizes e tribunais se a Justiça melhoraria ou não sendo unitária e não estadual. Via-se a enfermidade e não se via a causa. A Justiça deve ser sem Buchas. Vê-se como por meio duma associação secreta de estudantes, que parece coisa inocente, os formidáveis jogadores do xadrez social do judaísmo preparam as jogadas futuras, como por meio delas vão dispor mais adiante até da Justiça, base de toda vida nacional.

Os magistrados algemados às maçonarias e buchas não podem, em verdade, obedecer à Lei, porque juraram obediência a uma outra lei e esta secreta, porque estão presos às injunções dos corrilhos de que se valeram para galgar as posições. Todos os sofismas lhes são permitidos, desde que sejam em benefício de seus **irmãos.** Os jornais quase todos dependentes do judaísmo maçônico, endeusam em continua-

das louvaminhas esses distribuidores de justiça (?), que aparecem aos olhos do vulgo ignaro como figuras de eleição, mas cujos atos não resistem ao bisturi da moral e cujos trabalhos não resistem à autópsia da crítica. Só mesmo na desmoralização liberal se consente que homens notoriamente ligados a sociedades secretas ou nela exercendo cargos de direção funcionem como membros dos mais altos tribunais.

São as forças ocultas as grandes criadoras das notoriedades de papelão em todas as carreiras, cenografias que elas armam e desarmam quando lhes convém ou uma coisa ou outra, sem a menor preocupação pela sorte, às vezes, do tipo que se empavonou à sombra de suas acácias...

Tal corrupção assume revoltante aspecto, porque os principais sequazes, os autores responsáveis dela vivem a coberto de suspeitas, desfrutando a consideração da sociedade. Para quem vê as coisas pelo lado real, sem olhar a nomes, amizades ou posição deste ou daquele, raros são no Brasil, graças ao estabelecimento das sociedades secretas nos cursos jurídicos desde 1828, alastradas depois a outras faculdades, os homens de verdadeira probidade no desenrolar de sua vida pública. Foi a maldita política das sociedades secretas que desorganizou a nossa sociedade, corrompendo sobretudo a sua base: a distribuição da Justiça.

O trabalho bucheiro começou no Primeiro Reinado, pouco a pouco se desenvolveu e atingiu o ponto culminante, o seu zênite na República. Estudando-o, como o faremos na 2." parte desta obra, compeender-se-á que toda a maquinária da política nacional geralmente nada mais tem sido do que a representação aparente da Bucha, que fica escondida. Pelos seus prepostos, os bacharéis criados nos consistórios secretos, domina os municípios nos cargos de judicatura e polícia, superintende os departamentos da administração, governa os tribunais, dirige as maiores forças do congresso, forma secretariados e ministérios, inspira técnicos e ascende aos mais altos postos da nação. Através da hegemonia criada para São Paulo, manda, às vezes, no país todo, politicamente, administrativamente, economicamente. Nos órgãos de publicidade que lhe obedecem, ajudada das camarilhas de elogios mútuos, faz e desfaz famas e reputações literárias, científicas, mundanas. E tudo é executado com uma arte que, quando a gente revela a manobra, os que nos lêem ficam certos de que demos trela à nossa fantasia.

A própria Igreja não escapa ao sortilégio anti-cristão, que invade as irmandades e manobra influências à sombra do clero. Certos politicões que se dizem católicos fingem ignorar que mais de meia dúzia de Papas excomungaram os que fazem parte de sociedades secretas como eles. Os altos dignitários clericais seus amigos fingem ignorar que eles participam da velha conjura das trevas.

Desavenças à tona da política, que parecem graves desentendimentos, são meras exteriorizações de competições internas da Bucha,

reflexo das dissidências íntimas. Certos consórcios políticos, que assombram o indígena pela sua indignidade, tiveram o seu noivado no recesso dos subterrâneos. A maior parte das coisas que aparecem à luz do sol nasce nas trevas da noite...

Por isso, o povo nunca pode compreender bem o que ocorre no domínio da política e da economia. Limita-se a sentir os efeitos. Quando lhe doem, revolta-se e castiga ou destrói quase sempre quem o pretendia salvar e rarissimamente quem é o disfarçado autor de tudo. Falta ao povo o conhecimento do segredo, que neste livro se revela, desafiando o perigo.

O bacharelismo-bucheiro nasceu no Primeiro Reinado, cresceu lentamente através do segundo e predominou na República que grandemente contribuiu para implantar. Quem olha somente a casca das coisas contínua a papaguear que a República foi obras dos militares, quando deles se aproveitaram as forças secretas, como examinaremos e provaremos oportunamente. A infecção do bacharelismo-bucheiro criou no Brasil o drama do Exército: primeiro, a sua estagnação no positivismo esterilizante; depois, a tragédia da inquietação do militar sem doutrina social, afastado e incompreendido, rebentando em explosões sem fito, que um século após a criação dos cursos jurídicos se repetirão com assustadora freqüência de 1922 a 1930. A semente do mal fora plantada em 1828. Regou-a a Bucha com o maior cuidado. Quem plantou e quem regou sabia bem o que estava fazendo e sabia por que e para que estava fazendo.

Capítulo XVIII

O MOTIM DOS MERCENÁRIOS

Os escritores argentinos que se têm ocupado da guerra entre seu país e o Império, seguindo o exemplo daqueles proto-fanfarrones a que aludia a Impugnación à Exposição do governo sobre a campanha, costumam em geral dizer que o Brasil dispunha de tropas estrangeiras formidáveis em disciplina, valor e número, destinadas a esmagar a independência das nações da América do Sul. Papagueiam o que a maçonaria espalhou naquele tempo em todo o continente mirandizado, afim de isolar o Brasil Imperial. Vicente Fidel Lopez chama ao nosso Exército "ejercito austro-brasilero", do qual faziam parte 3.600 austríacos enviados pelo Imperador da Áustria para auxiliar seu genro, D. Pedro I (1). Mariano A. Pelliza alude a uma "divisão de mercenários (2)". Ramos Mejia fala duma "massa de infantes alemães (3)". Para José Coroleu e Inglada, esses infantes eram em número de 5 mil (4); para outros, 3 mil (5); para outros, mais ou menos, conforme o apetite, variando grandemente as opiniões.

Não há fumaça sem fogo. Toda mentira é, geralmente, a deturpação da verdade. O Primeiro Reinado teve e empregou na guerra mercenários estrangeiros, como os argentinos também o fizeram (6); mas não austríacos, nem mandados pela Áustria, nem nessa quantidade (7). Vejamos documentadamente a verdade histórica sobre o assunto. O antigo oficial dos mercenários imperiais, Schlichthorst, tenente de Granadeiros, publicou em Hanover, em 1829, um livro em que conta sua vida, sua vinda ao Brasil, o serviço militar no mesmo país e demais sucessos (8). É, portanto, um dos próprios mercenários que fala e não muito simpático à nossa terra, tanto que diz no frontispício de sua obra: "Uma vez e nunca mais!". Às páginas 361 e seguintes do livro em questão encontramos a constituição das tropas mercenárias a serviço do Império:

1.ª Brigada de Granadeiros de 1ª Linha:

Brigadeiro: D. Francisco da Costa de Souza Macedo.

1.° Batalhão: Batalhão do Imperador, destacado em Montevidéu.

2° Batalhão: Granadeiros Alemães do coronel Luiz dall-Hoste, aquartelado no mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro.

3.° Batalhão: Granadeiros Alemães do major Von Ewald, aquartelado no Rio de Janeiro.

9.ª Brigada de Caçadores de 1.ª Linha:

Brigadeiro: general Rosado (9).

25.° Batalhão de Caçadores — Perequitos (10), aquartelado na Praia Vermelha.

26.° Batalhão de Caçadores Alemães do major Thiole, destacado em Pernambuco.

27.° Batalhão de Caçadores Alemães do major Wood Yeathes, aquartelado no Rio de Janeiro.

Tirando-se o Batalhão do Imperador, constituído de soldados nacionais escolhidos, e o de Perequitos, também nacional, temos as seguintes unidades **soi disant** alemães, porque continham oficiais e soldados de outras nacionalidades: 2.° e 3.° de Granadeiros; 26.° e 27.° de Caçadores, o que reduz os mercenários unicamente a quatro batalhões.

Outro oficial mercenário, Eduardo Teodoro Bõsche, escreveu também um livro, versando muitos dos mesmos pontos do de Schlichthorst. Publicado originariamente em alemão, foi traduzido para o português e editado pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Na enumeração das tropas mercenárias concorda em tudo com o primeiro citado: um Batalhão de Granadeiros Alemães no quartel do morro de São Bento e um no da Praia Vermelha; um de Caçadores nessa mesma guarnição e outro em Pernambuco, o qual se distinguira pela bravura, sendo chamado Batalhão do Diabo (11).

Além desses corpos de infantaria de linha, existia um esquadrão de Lanceiros em Porto Alegre, comandado pelo capitão Von Quast. Na campanha de 1825-1828 contra a Argentina, somente tomaram parte o 27.° de Caçadores com o efetivo de 505 homens e os Lanceiros com o de 68. Ao todo, 573 soldados (12). A isto se reduzem historicamente as **massas de infantes alemães** e os 5 mil austríacos dos historiadores platinos. Entre um e outro livros citados, as diferenças de numeração das unidades estrangeiras são devidas ao seguinte: Schlichthorst considera — e está certo — o Batalhão do Imperador como 1.° de Granadeiros, denominando por isto aos outros dois, os alemães, 2.° e 3.°; bõsche, ora procede assim, ora numera somente os alemães — 1.° e 2.°. Com os Caçadores houve mudança oficial de numeração, no fim do Primeiro Reinado, passando o 26.° a 28.° (13). Houve também mudanças de aquartelamento. O batalhão do quartel de S. Bento transferiu-se para a chamada Guarda Velha, ao pé do morro e convento de Santo Antônio, depois

de ter estado na Praia Vermelha; o da Praia Vermelha deu guarnição em São Cristóvão; o da Guarda Velha acabou no quartel denominado da Aclamação, atual Ministério da Guerra (14).

Que mercenários eram esses? Responda o próprio Bõsche: uma corja de vagabundos andrajosos e brutais, refugo da sociedade, ladrões e assassinos tirados das cadeias do Mecklemburgo, a ralé, a borra, a escória da Alemanha, arrebanhada pelo major G, A. Scháffer, amigo íntimo da Imperatriz Leopoldina, agente imperial em Hamburgo para conseguir soldados e colonos, assessorado por uma alma danada, o judeu Neumann, enganando ambos com falsas promessas e ilusões acerca do Brasil a "bravura ociosa dos veteranos" em busca de serviço, a necessidade de trabalho dos campônios hessenses e a cupidez ou a sede de aventuras dos criminosos mecklemburgueses (15). Ganhavam uma espórtula por cabeça. Não lhes importava a qualidade e sim a quantidade. Tanto mais melhor. No meio dessa rafaméia, alguns fidalgos sem eira nem beira, ostentando a partícula **von,** alguns soldados de verdade e também um ou outro maçon mirandista, como o major Heise, que fizera a guerra da Colômbia sob as ordens de Bolívar (16).

Bõsche pinta com cores fortes a indisciplina e corrupção reinantes nesse meio (17). Daí a necessidade dos bárbaros e aviltantes castigos corporais empregados pelos chefes, na maioria tão desmoralizados como os soldados. Os oficiais eram de varia procedência e quilate. Havia saboianos como o coronel dall'Hoste, cavalheiro da Ordem de Santo Estevam, que o Imperador podia mandar em missão delicada à Europa; egressos da cadeia como o major suíço Ith; irlandeses aventureiros como o major, depois coronel Cotter; fidalgos franceses de raça, bravos e disciplinados, como o conde de Escragnolle; marqueses de fancaria como o dinamarquês (?) Von Ewald, que os soldados odiavam de morte.

A caterva que aquartelou ao princípio no mosteiro de São Bento era debochada e satânica. Nas suas imundas orgias noturnas, que assombravam os frades vizinhos, improvisavam um altar em que punham um cachorro e, sob o pretexto de ridicularizar a religião católica, diziam a Missa Negra, entoando cantos litúrgicos sacrilegamente. Eram verdadeiros sabats, noites de Walpurgis no cume deserto do Blocksberg, refere Bõsche, testemunha ocular (18)!

Organizara-se o 3.° batalhão com parte das tripulações das galeras que haviam trazido os colonos e mercenários da Europa: "Ikranich", "Triton", "Cadine" e "Wilhelmine" (19). Os marinheiros deram maus soldados e bebiam como esponjas. A embriaguês motivava contínuas rixas dessa gente com as tropas nacionais, de que resultou uma feita até o ataque dum posto ou guarda do 3.° de Caçadores pelos indisciplinados (20). Depois de 1825, com a guerra do Sul, para onde o 27.° de Caçadores só partiria em 1826, a guarnição da Corte pode-se dizer que era dominada pelos 4 batalhões alemães.

Foram reforçados por uma leva de irlandeses ainda piores do que eles, os quais chegaram em fins de 1827, segundo Bõsche, em janeiro de 1828, segundo Armitage. O coronel Guilherme Cotter engajara-os como colonos, artífices e lavradores. Chegaram em tão más condições, tão maltrapilhos, que a população, já pouco predisposta para com os mercenários pela sua turbulência, os recebeu muito mal. Quando atravessaram as ruas centrais, rumo ao quartel dos Barbonos, foram vaiados pela molecagem. Vinham acompanhados de suas mulheres e concubinas. Muitos se negaram a assentar praça. Eram cerca de 2 mil, porém somente metade entrou para as fileiras, sendo incluídos 500 no 3.° de Granadeiros, já no quartel da Aclamação, e 500 no 28.° de Caçadores, antigo 26.°, na Praia Vermelha, para onde fora transferido do Recife (21).Os desmandos cometidos pelos irlandeses deixaram a perder de vista os dos alemães. Suas bacanais foram verdadeiramente infernais (22)!

A 9 de junho de 1828, os mercenários revoltaram-se no Rio de Janeiro. Um granadeiro alemão foi condenado pelo major do 2.° Batalhão, no quartel de São Cristovam, a receber 150 pranchadas, castigo quotidianamente aplicado nos quartéis do tempo. Protestou e resistiu. Coisa nunca vista! O major mandou amarrá-lo e dar-lhe mais cem de contrapeso. O homem uivava como uma fera. Quando o sargento contou 230 pranchadas, os soldados romperam a formatura aos brados de revolta. O major fugiu. Os oficiais foram apupados, injuriados e expulsos. A soldadesca saqueou-lhes os alojamentos e dirigiu-se ao Paço Imperial para reclamar providências do soberano, divertindo-se em pilhar as casas de negócio que havia pelo caminho. D. Pedro prometeu mandar examinar as reclamações.

De volta ao quartel, temendo um revide, a soldadesca se entrincheirou e cobriu com sentinelas avançadas. O poviléu, indignado, armava-se e, quando apanhava um granadeiro sozinho nas ruas escuras, matava-o a pau. Os conflitos entre os amotinados e os populares em armas duraram até o dia 11, quando os irlandeses e alemães do Campo de Sant'Ana se revoltaram por sua vez, atacando a própria casa de seu comandante e embriagando-se de modo terrível. É curioso que, durante essas 48 horas de perturbação da ordem, os granadeiros alemães continuassem a dar regularmente guarda ao Paço de São Cristovam (23). Até então, o conselheiro Bento Barroso Pereira, ministro da Guerra, se mantivera na mais completa apatia, dizendo-se mesmo em letra de forma que se alegrara com os distúrbios e com o que os granadeiros haviam praticado com seu comandante (24).

Furioso contra o ministro da Guerra, D. Pedro demitiu-o, Como os outros membros do ministério, quase todos maçons, procurassem inocentá-lo, também foram demitidos (25). Já haviam sido dadas ordens ao conde do Rio Pardo para sufocar a rebelião que se alastrara aos Caçadores da Praia Vermelha, onde parece ter ficado até hoje o miasma

da revolta. O conde atacou vigorosamente os quartéis sublevados com a polícia, os caçadores a pé, a artilharia de posição, e populares e escravos armados. Os rebeldes resistiram e a luta foi sangrenta, havendo centenas de mortos e feridos de parte a parte. No dia 12, os rebeldes rendiam-se.

Os cabeças do motim passaram por um rápido conselho de guerra, que condenou à morte o granadeiro Augusto St. (26), 5 a galés perpétuas, 9 a 10 anos de prisão, 9 a 5 e 8 a 3, com trabalhos forçados. O corpo do revoltoso, fuzilado nas imediações da Quinta da Boa Vista — depõe Bösche, testemunha e parte nos sucessos, foi recolhido pelos ingleses e norte-americanos, e sepultado no cemitério protestante. Por que, se era alemão? Não seriam esses estrangeiros antes judeus ingleses e norte-americanos?

Desta sorte, terminou na Corte a revolta dos mercenários, para debelar a qual se chegou a pensar até no auxílio eventual das forças de desembarque dos navios de guerra estrangeiros surtos no porto (27). As unidades que dela participaram, sobretudo os Caçadores da Praia Vermelha, o Batalhão do Diabo, e o 2.° de Granadeiros, nos últimos tempos estavam melhorando em matéria de disciplina e era possível que se tornassem o núcleo de uma boa tropa para amparo do trono contra a anarquia que ameaçava tragá-lo (28). Embora os historiadores desavisados passem como gato por brasas sobre os tristes acontecimentos, atribuindo-os unicamente à indisciplina de militares bêbados e exasperados pelos maus tratos, referindo-se ainda a essas ocorrências, em 14 de abril de 1831, a própria "Aurora Fluminense" reconhecia que os perturbadores da ordem tinham servido "inconscientemente de cego instrumento à realização de planos perversos". Veremos mais adiante a enormidade e a infâmia desses planos.

Na verdade, a notícia do movimento sedicioso foi recebida com manifestações gerais de júbilo pelos **republicanos,** "na maioria redatores das folhas de oposição, que tudo apressavam para determinar a queda de D. Pedro (29)". Armitage faz o seguinte comentário: "Este desgraçado acontecimento decidiu D. Pedro a fazer regressar os irlandeses para seu país. Mr. Aston, secretário da legação inglesa, procedeu em mandá-los reunir; e a 3 de julho embarcaram para a Irlanda 1.400; os restantes dispersaram-se pelas províncias. O batalhão alemão foi removido para outros quartéis, e um dos chefes da insurreição executado. Os liberais exultaram com este doloroso sucesso (30), que foi representado nas páginas de alguns jornais, recentemente publicados, como um magnânimo esforço da parte do povo (sic)... (31)".

À sangrenta rebeldia logo sucederam a retirada do dinheiro em circulação, a crise na praça, a baixa dos títulos, a paralização dos negócios, a desconfiança geral e a multiplicação das falências (32), como em virtude de uma combinação, todas as manobras características

da ação nefasta do judaísmo, denunciando os manejos das trevas...

Ainda se não fizera a paz com a República Argentina, que se encontrava exausta por uma guerra em que não obtivera nenhuma vantagem decisiva em terra e perdera na batalha naval do Monte Santiago o resto da sua esquadra. No seu gabinete em Buenos Aires, o presidente Dorrego exclamava: — "Necessitamos la paz! la paz! la paz! No podemos continuar la guerra. Rivadavia ha dejado el pais en esqueleto, exhausto totalmente el tesoro. En el Parque no hay una bala que tirar a la escuadra enemiga. Hago esfuerzos inauditos para montar la fundición, no hay un fusil, ni un grano de pólvora, ni con que compraria (33)!"

A revolta dos mercenários obedecia a um plano oculto e judaico de enfraquecer o Império, ajudar a Argentina agonizante e, se possível, acabar com o Imperador. Documentá-lo-emos. Revela-o o grande historiador argentino Adolfo Saldias: "Na verdade, em virtude do rumo que tinham tomado os acontecimentos e do modo como se haviam esterilizado as vitórias do Exército Argentino (34), a paz era uma solução imposta pela situação recíproca dos beligerantes (35). Com o propósito de obter vantagens sensíveis, Dorrego **pôs em execução (sic)** um projeto atrevidíssimo que, coroado de êxito, teria produzido verdadeira transformação na América do Sul. Assinou com D. Frederico Bauer (36), enviado com credenciais dos soldados alemães que, às ordens do coronel Martin Hil, serviam o Imperador do Brasil, um acordo pelo qual se comprometiam a abraçar a causa da República Argentina, como forças auxiliares da mesma. Teriam seu chefe, com quem se entenderia o governo argentino como diretor da guerra e seriam pagos do mesmo modo que os militares argentinos. As forças alemãs, às quais se uniriam cem soldados argentinos, ocupariam a província brasileira de Santa Catarina, proclamando sua independência sob a forma republicana, **et coetera.** Ao mesmo tempo se revoltaria parte da divisão alemã que guarnecia o Rio de Janeiro, pondo-se em comunicação com o comandante Fournier, capitão do corsário argentino "Congreso" (37), de modo que o Imperador D. Pedro I, que costumava passear sozinho nas cercanias do Jardim Botânico, fosse seqüestrado por essa força (38), levado a bordo do corsário e conduzido a Buenos Aires. O plano se frustrou por uma diferença de minutos. "O resto da divisão alemã se passou para o general Lavalleja, com seu chefe, o general Hin (39)."

Na lista dos oficiais mercenários publicada por Schlichthorst na sua obra (40), não figura oficiai algum com esse nome, nenhum deles jamais atingiu posto superior a coronel e nem as unidades alemãs no Sul, o 27.° de Caçadores e o esquadrão de Lanceiros, se passaram para o inimigo. Saldias comete esses enganos, que veremos mais adiante desfeitos pela sua documentação, porém absolutamente não fantasiou os fatos principais a que dá curso com a sua autoridade. No seu arquivo, que era riquíssimo e que na sua maior parte provinha dos papéis deixados

na Inglaterra pelo tirano D. João Manuel Rosas, existia, segundo confessa, o manuscrito do acordo **do próprio punho** do judeu Bauer e com sua assinatura. O judeu avultava um pouco as coisas para impressionar o presidente Dorrego. Não resta a menor dúvida de que a mísera combinação secreta foi feita e a revolta que explodiu no Rio de Janeiro com grande derramamento de sangue só não produziu o que dela esperavam por defeitos de articulação.

Saldias acrescenta: "Havia duas conspirações na Corte do Brasil, declara o sr. José M. Roxas y Patrón, ministro de Dorrego nesse tempo (**41):** uma contra o Império e outra contra a pessoa do Imperador. Estava na nossa vontade acabar aquele e receber este num corsário, trazendo-o a Buenos Aires. Lord Ponsomby farejou o plano e escreveu uma carta enérgica sobre o assunto a Dorrego. Porém, tendo deixado perceber alguma coisa numa conserva que tivemos na própria noite de sua despedida, respondi-lhe mais ou menos que a mina estava carregada e que, sendo dever do governo salvar a República, a responsabilidade duma catástrofe ficava em quem a não pudesse evitar e que, além disso, o governo desejava ansiosamente a paz (42)".

Alberto Rangel refere-se ao projeto argentino de assassinar D. Pedro pelo corsário Fournier num de seus passeios desacompanhado ao Jardim Botânico ou à fazenda de Santa Cruz (43). Não o liga, porém, ao motim dos mercenários, decerto por desconhecer a documentação de que agora dispomos e aqui estampamos. A fonte em que o historiador patrício se abeberou é um ofício do nosso ministro em Buenos Aires, Ponte Ribeiro, datado de 24 de abril de 1830, o qual revela por alto a trama de que só então tivera conhecimento e, assim mesmo, parcialmente (44).

Dorrego, descendente de portugueses cristãos-novos, com certeza, Do Rego, não passava dum títere nas mãos das forças ocultas. O próprio Saldias confessa que seu governo era tributário das **forças anárquicas** de que resultará e que seus agentes se valiam da intriga e da "falsedad más atrevida (45)".

Quando o ditador Rosas se achava exilado na Inglaterra em virtude da vitória imperial de Monte Caseros e o Brasil entrava na perigosa guerra contra o Paraguai, a 24 de janeiro de 1865 (?), D. José Maria Roxas, que fora ministro do Interior de Dorrego e exercera a presidência do Congresso Argentino, homem de alta posição e não um legalhé qualquer, escrevia-lhe de Buenos Aires longa missiva, referindo-se a questões passadas entre o Império e o Prata, na qual faz revelações sensacionais a respeito dos "planos perversos" de que resultou o motim dos mercenários, bem como do pretenso general Martin Hin. Transcrevamos seus trechos principais:

"Quanto ao que me diz respeito, vou dar a razões, fazendo sucinto relato dos meios que tivemos em mão, em 1828, para acabar esse Império,

que, cego agora pela sua pérfida ambição hereditária, vai pagar as suas premeditadas ambições passadas e presentes (46)".

Quando o sr. Rivadavia era Presidente da República, apresentou-se-lhe o alemão (?) D. Frederico Bauer, oferecendo-lhe voltar ao Rio de Janeiro, de onde viera, "e sublevar o **exército alemão** (47), então aquartelado naquela capital, pondo-o ao serviço da Repúblca Argentina, apoderando-se dos navios de guerra surtos no porto e até da pessoa do Imperador".

"Torno ao assunto principal para terminar, porque já escrevi a V. Excia, em outra carta o modo como foi concluída a conjuração dos alemães e a própria guerra (48), e para explicar-lhes os motivos que tenho para enviar-lhe os documentos originais que conservava".

"O sr. Dorrego, vendo as dificuldades que eu alegava para não entregar todo o dinheiro que era preciso mandar para o Rio de Janeiro (49), começou a desconfiar de mim e se tornou mais reservado. Demais, lord Ponsomby percebeu alguma coisa, suspeitando nós que fosse por intermédio do agente alemão D. Antônio Martin Tin (50), que deixou aqui Bauer encarregado da correspondência. Lord Ponsomby escreveu uma carta muito enérgica a Dorrego sobre o assunto. Afirmava que estivera aqui, incógnito, um personagem brasileiro chamado José Bonifacio de Andrada e Silva (o mesmo a quem o Imperador deixou como tutor de seu filho menor, fazendo do ladrão o guarda fiel, pois devia conhecer seus antecedentes, pelo menos por intermédio de lord Ponsomby). Tudo o que Dorrego me disse a propósito foi que viera falar com ele um personagem republicano de alta posição, com a condição de que a ninguém se revelaria seu nome. O que se soube foi a chamada e vinda de Europa de D. Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão de D. José Bonifacio, e de um terceiro irmão, de cujo nome não me recordo (51). Antônio Carlos, quando José Bonifácio era tutor do Imperador menor, declarou num discurso pronunciado na Câmara que era republicano pelo coração, mas monarquista pela razão, desculpando, assim, o seu passado (52)".

"O sr. Dorrego articulou sozinho outra conspiração parcial com um jovem alemão da guarda escolhida do Imperador, o qual se queixava de ofensa grave a ele infligida pelo soberano. A guarda compunha-se de trezentos homens, permanentes na Quinta Real da Boa Vista, perto do porto (53). Propunha-se entregar o Imperador amarrado a bordo dum veleiro corsário nosso que se apresentasse à entrada da barra. Por ordem do sr. Dorrego, saiu daqui um brigue chamado "Niger", ao mando do capitão Coe, de infame memória. Para não ir carregado, levou

lastro de balas rasas tiradas do Parque de Artilharia. Tive suspeitas de que sua missão era o rapto do Imperador; mas tudo não passou de suspeitas. O "Niger", ao sair do Rio (da Prata), foi cercado por navios de guerra inimigos, que o esperavam e se viu obrigado a encalhar na costa, sendo incendiado pelos brasileiros (54)".

"Entretanto o general Frutuoso Rivera (55) tinha movido o partido republicano brasileiro no Rio Grande, Porto Alegre e São Paulo (56), [cujos manejos vieram a produzir a Guerra Civil que durou sete anos, em que apareceu Garibaldi e que o Imperador acabou derramando ouro pelas mãos do duque de Caxias (57). De outro lado, os alemães, cansados de esperar ou talvez movidos pelo partido republicano brasileiro (58), procuraram pôr armas ao ombro e marchar por terra para a província de São Paulo (59). A intentona gorou. Houve grande luta na cidade com as tropas nacionais e o povo, resultando dela bastante vítimas".

"Aqui mesmo em Buenos Aires sobreveio uma crise comercial que causou grande número de falências (60)".

"Assim, direi por último que, feita a paz, D. Frederico Bauer veio reclamar do Governo o preço de seu perigoso trabalho (61). Estivera escondido no Rio de Janeiro durante dez meses em casa duma francesa (62), a qual desapareceu depois, dizendo-se que a polícia lhe dera sumiço. Entregaram-se a Bauer 50 mil pesos em títulos públicos, que equivaleriam a 25 ou 30 mil pesos em metal sonante. Isto foi muito depois e não me lembro a data".

"Ao terminar a guerra, para contentar e fechar a boca a D. Antonio Martin Tin, encarregado da correspondência, apesar da suspeita que tínhamos de que vendera o segredo (63), deu-se-lhe uma ordem assinada por mim para o general D. Frutuoso Rivera lhe entregar duas mil vacas brasileiras (64). Tin mandou a ordem por um indivíduo que as devia receber e Rivera não as quis entregar. Festa acabada, músicos a pé... Tin recorreu ao governo com um protesto para que lhe dessem outro prêmio em dinheiro ou dividissem com ele o de Bauer, que negava a sua boa cooperação. Fez-se a respeito um processo, que deve estar no arquivo do ministério da Fazenda, onde o vi, depois. O procurador do Estado pediu-me que o informasse. Dei meu parecer, cujo borrão por acaso conservei com outros documentos, e que, agora, em original, remeto a V. Exa. Os documentos originais de 1 a 3 são os seguintes: N.° 1 — Uma das três cópias de que fala o contrato, passado pela Secretaria do Governo a D. Martin Tin, do contrato celebrado entre o Exmo. D. Manuel Dorrego, Governador e Capitão General da Província de Buenos Aires, como encarregado da direção da guerra, e D. Frederico Bauer,

enviado dos soldados alemães a serviço do Imperador do Brasil. N.° 2 — Uma nota ou apontamento adicional ao contrato anterior, assinado pelo próprio punho de D. Frederico Bauer. N.° 3 — O borrão original do parecer que dei a pedido do Procurador do Estado. Não tem a data do ano, porém me parece que foi de princípios de 1830, no tempo de V. Exa. com o sr. D. Tomás Anchorena (65)".

"Só me resta dizer a V. Exa. a razão pela qual recordei fatos passados e por que lhe mando esses documentos. É para suplicar-lhe tenha a bondade de incluí-los de algum modo entre os apontamentos escritos por V. Exa. durante sua permanência no Império Britânico sobre assuntos importantes, conforme me diz em sua estimada carta de 6 de dezembro de 1864, para legá-los por um artigo de seu testamento ao Muito Ilustre lord visconde Palmerston (66)".

Documento sensacional e vergonhoso! Sensacional pela trama ignorada que revela, fazendo luz sobre um fato da história do Brasil que não tem despertado como devia a atenção dos historiadores, pela tenebrosidade desse plano e pela articulação que descobre das forças maçônico-judaico-republicanas com os Andradas a visitarem secretamente o foco de intrigas do Rio da Prata, quando sua pátria o guerreava pelas armas. Vergonhoso, porque mostra a amoralidade dum governo republicano acamaradado com aventureiros judeus, recorrendo aos meios os mais infames, ao seqüestro de pessoas, ao motim de estrangeiros e ao próprio homicídio, para derrubar o governo monárquico que jamais recorreu a tais expedientes e que não pudera vencer decisiva e lealmente no campo de batalha. É um documento que desonra os homens que participaram de conjuras tão vis, pagando com os títulos da dívida pública da nobre Nação Argentina e com gado roubado a particulares os agentes dó judaísmo internacional e pondo em prática já nesse tempo a falta de escrúpulos dós revolucionários comunistas aconselhada por Lenine. É um documento que mostra à mocidade que, para atingir seus fins inconfessáveis, as forças secretas são capazes de tudo e que de tudo são capazes os homens que a elas se entregam, traindo a própria pátria para servi-las.

Vê-se por esse documento que o maçonismo judaico queria de qualquer forma acabar com o "enérgico governante", egresso do Templo e que o fechara, o qual impedia, como o notava Delavat y Rincón, o progresso.das chamadas idéias avançadas. A guerra não era feita somente contra o Império, porém mais ainda contra a pessoa do Imperador. Dentro e fora do Brasil, o que interessava era a destruição, fosse por que meios fosse, de acordo com a moral talmúdica, do princípio monárquico que ele encarnava.

Depois da revolta de 1828, os mercenários, tirados dos pontões onde haviam sido metidos e reengajados em grande parte, ainda deram

cuidados e trabalhos ao Governo Imperial. Em 1830, os últimos Granadeiros davam guarnição na ilha de Santa Catarina, o 27.° de Caçadores e os Lanceiros aquartelavam em Porto Alegre. Em 1833, o caudilho argentino Manuel Garcia, que se achava na fronteira das Missões, tentou articular-se com os alemães para invadir a província catarinense e nela proclamar uma república independente (67). Santa Catarina é um ponto nevrálgico do colosso brasileiro. Ela separa a massa central do território, da parte avançada do Extremo Sul. Os bandeirantes paulistas sentiram isso, quando fundaram o núcleo da Laguna. Dominá-la é separar o Rio Grande do resto do Brasil, amputá-lo duma região rica e povoada, terra de soldados aguerridos. Daí o interesse do avanço da cunha missioneira, estreitando a faixa brasileira entre ela e o mar, criando um istmo ou corredor. Nos primeiros dias da República, o tratado maçônico de Quintino Bocaiuva, admiravelmente combatido por Eduardo Prado (68), quase dá à Argentina o que Garcia pretendeu dos Granadeiros alemães. Até hoje a cegueira de nosos governos judaizados e maçonizados ainda não quis ver o problema, tanto que os judeus, sob o disfarce da colonização, vão adquirindo terras em região tão delicada para o futuro da pátria.

Dissolvidos pelo Governo Imperial, os remanescentes dos antigos mercenários alemães, sobretudo os criminosos mecklemburgueses, espalharam-se pelas fronteiras meridionais, tornando-se salteadores de estrada e fabricando moeda falsa, unindo-se aos argentinos, quando a guerra esteve outra vez prestes a rebentar (69).

As histórias do Brasil em geral rapidamente se referem ao motim dos mercenários. Muitas nem ao menos o consignam. Não lhe dão a menor importância. Naturalmente. Às forças ocultas e aos seus apaniguados não convém a revelação de seus tenebrosos segredos. O maior inimigo das trevas é a luz. A mocidade da Pátria, porém, precisa ser convenientemente esclarecida sobre esses torpes manejos, que jogam com a vida dos povos cristãos, para poder defender melhor o Espírito Imortal do Brasil.

Capítulo XIX

O IMPERADOR DO SACRIFÍCIO

A ligação amorosa do Imperador com a marquesa de Santos, bem explorada pela intriga maçônico-liberal, alienara de D. Pedro o coração sentimental dos brasileiros; a guerra com a Argentina, melhor explorada ainda, contribuira de idêntico modo para o mesmo fim; a indisciplina dos mercenários, com seu pernicioso exemplo, e a má situação econômico-financeira enfraqueceram-lhe o governo. Os partidos políticos guerrearam-no de tal modo que, quando foi a Minas, os sinos das velhas igrejas do Aleijadinho, em Ouro Preto, dobraram a finados, dizendo-se que era por alma de Libero Badaró, misteriosamente assassinado por três alemães, ou melhor, judeus alemães, em São Paulo (1). Aos poucos, [D. Pedro foi levado a recorrer aos áulicos para ter um ministério de confiança, assim mesmo com traidores, o dos Marqueses, e a lançar-se nos braços do partido português, ainda influente na antiga colônia. Explorou-se, então, o sentimento nativista contra o soberano, provocando continuadas rixas entre lusos e brasileiros, e mostrando a parcialidade por aqueles. A boataria fervilhava, espalhando a intriga e a confusão nos espíritos.

Enquanto assim se enfraquecia o Governo Imperial pelos próprios erros, maliciosamente apresentados à opinião, comentando-se insidiosamente todos os seus atos, uma grande crise político-social desabava sobre o mundo com seu reflexo natural nas nossas plagas, sobretudo porque vinha de França, cuja influência foi sempre poderosa sobre o espírito nacional. Paris rebelara-se nas barricadas contra Carlos X, o último Bourbon. Pela revolução de 1830, a França rompia definitivamente com os princípios da Santa Aliança, passando para o lado contrário, com uma guinada de leme à esquerda (2).

A maçonaria aceitara a restauração dos Bourbons premida pelas circunstâncias, forçada pela ação de Metternich, que encarnava a reação

da Ordem antiga contra a Desordem moderna. Não hesitou, pois, em preparar a queda da realeza legítima, embora constitucional, afim de impor uma monarquia essencialmente liberal e burguesa, a de Luiz Felipe, etapa do enfraquecimento da autoridade e do encaminhamento da França para a República. A revolução de 1830 foi obra exclusiva dos maçons Decaze, Talleyrand, Marmont, La Fayette e consócios, criaturas, umas conscientes e outras inconscientes, do judaísmo internacional. O Rei-Cidadão foi levado ao poder pelas lojas vitoriosas; mas, em breve, sentiu que não poderia governar sob a sua férula. Quis libertar-se do jugo e fiscalização dos Cavaleiros do Templo, o que desencadeou sobre seu reinado uma série de conjuras e atentados contra sua família que levaram a França à tragédia de 1848 (3).

Os movimentos maçônicos têm sempre articulações internacionais. O de 1830 refletiu-se deste lado do oceano (4). É o que depõe Cristiano Benedito Otoni, autoridade na matéria: "Pelos anos de 1829 a 1831 floresceu novo foco de agitação revolucionária sob a fórmula maçônica, com o nome de LOJA DOS AMIGOS UNIDOS, da qual deu notícia o senador Teófilo Otoni na sua notável Circular-Panfleto, e mais tarde seu irmão, o conselheiro Cristiano Otoni, escrevendo-lhe a biografia. Foi um dos centros de agitação que produziram o movimento de 7 de abril... (5). Admitiam-se **(na loja dos Amigos Unidos)** o católico, o protestante, o judeu (sic)... A instituição enraizou-se tanto que era raro o habitante da Corte de alguma educação e posição que não fosse maçon, principalmente os maiores de 40 anos: três-quartos ou mais das irmandades religiosas deles se compunham... (6)".

Essa loja dos Amigos Unidos era a reprodução tardia no Brasil dos Filaletos franceses; prendia-se à velha tradição judaico-revolucionária do século XVIII. Demonstrava na nossa vida interna a influência constante e exótica da franco-maçonaria internacional. "A loja dos Amigos Unidos ou Filaletos, presidida por Savalette de Lange, tomou parte importante na preparação da Revolução Francesa. Sua sede era na rua da Sourdiére, n.° 37. Os Filaletos convocaram em 1785, em Paris, um Congresso, sob o pretexto de discutir a "ciência maçônica". As atas publicadas pelo "Monde Maçonnique" passam, bem entendido, em silêncio as discussões políticas e se esforçam para provar que, durante dezoito meses, os Filaletos nada mais fizeram do que trocar reflexões triviais (V. "Le Monde Maçonnique", ts. XIV e XV). As únicas páginas interessantes são as discussões com Cagliostro, que, então, presidia no Oriente de Lião a loja-mãe do Rito Egípcio e se proclamava muito superior aos outros franco-maçons. Depois de se ter feito rogado para aquiescer ao convite dos Filaletos, Cagliostro, afim de lhes provar seu poder, prometeu mostrar-lhe **Deus e os espíritos intermediários entre Deus e os homens.** Exigia somente, em troca do milagre, a destruição dos arquivos dos Filaletos, não se sabe com que fim. Os Filaletos recusaram

o sacrifício e alguns começaram a crer que Cagliostro era um impostor. Todavia, foi-lhe enviada uma lista dos congressistas para escolher os dois que julgasse mais próprios a serem iniciados no Rito Egípcio (7), sendo-lhe pedido designasse de preferência dois estrangeiros.

Afinal de contas tudo se acomodou. Nem os Filaletos queimaram os arquivos, nem Cagliostro invocou Deus e os Anjos na rua da Sourdiére. Mas a loja-mãe do Rito Egípcio escreveu que "o grão-mestre desconhecido da maçonaria (?) lançara os olhos sobre os Filaletos e consentira em trazer alguma luz às trevas de seu templo". Às atas nada dizem sobre esse raio de luz. Os maçons a quem os atos do Congresso deviam ser comunicados tinham, aliás, de jurar por sua honra e por escrito que guardariam o mais absoluto segredo. No segundo ano do Congresso, o dr. Stark escreveu de Darmstadt que a próxima reunião seria mais perigosa do que útil e aconselhou aos Filaletos se entregassem com toda a confiança a Saint Martin e a Willermoz. Essa carta contradiz as atas oficiais, porque, se os Filaletos só tratavam da "ciência maçônica", não poderia haver perigo nas suas reuniões, nem razões para dar plenos poderes a dois deles. Saint Martin e Willermoz eram representantes oficiais da maçonaria estrangeira ou o dr. Stark enviara somente sua opinião pessoal? É difícil responder à pergunta.

Seja como for, o Congresso foi encerrado a 8 de junho de 1787 e seus misteriosos trabalhos continuaram a cargo duma COMISSÃO SECRETA, composta de Willermoz, Mirabeau, Court de Gebélin, Bonneville e Chappe de Ia Houziére (8)".

A esse ramo revolucionário da maçonaria se prendiam os nossos Filaletos, o clube ou loja dos Amigos Unidos, que, segundo o insuspeito testemunho de Teófilo Otoni, teve "mais influência do que se pensa na revolução de 7 de abril (9)". Dessa loja proveio o chamado Grande Oriente do Passeio Público, cujo grão-mestre honorário foi Cipriano Barata, o velho maçon-revolucionário que vinha atuando na política brasileira desde a conspiração dos Alfaiates, em 1798, quando deixara os seus míseros comparsas subirem ao patíbulo, enquanto se punha ao fresco, graças às proteções da sombra. Esse Grande oriente funcionava sob os auspícios de Antonio José do Amaral, José Augusto Cesar de Menezes, João Mendes Viana, João Pedro Mainard, Epifanio José Pedroso, Joaquim José da Silva e Antonio Rodrigues Martins (10). O secretário era Teófilo Otoni, então guarda-marinha, pessoa da intimidade e confiança de Evaristo da Veiga, em cuja casa, segundo afirma Pedro Calmon, à rua dos Pescadores, fora urdido e planejado o golpe de 7 de abril (11).

A cidade andava cheia de boatos. José Bonifacio, de volta do exílio, recolhera-se a Paquetá, dizendo-se que trabalhava numa articulação republicana (12). Na verdade, o Manifesto do Grande Oriente, redigido em fins de 1831 e espalhado no início de 1832, obra de Gonçalves

Lêdo assinada pelo Patriarca, demonstra que a facção conservadora do maçonismo se unira à ala avançada na obra de destruição do **perjuro e ingrato Guatimozin.** Tecia-se uma intriga perversa entre brasileiros e portugueses, afirmando-se que o Imperador se entregara de corpo e alma aos segundos, seus patrícios, contra os primeiros de quem não gostava. Espalhava-se que os portugueses pretendiam até atacar os quartéis, especialmente os de artilharia (13). De tudo isso resultaria, de 14 a 15 de março, quando os lusos punham luminárias pelo regresso de D. Pedro de Minas, a famosa Noite das Garrafadas. Essa xenofobia contra nossos irmãos portugueses se prolongaria no Mata-Galego e no Mata-Bicudo, sempre assoprada das trevas para desviar a atenção brasileira de outros estrangeiros verdadeiramente perniciosos ao bem-estar geral do país.

A grande conspiração maçônica estava articulada contra o trono. A propaganda dos jornais cariocas repercutia nos jornais provinciais com grande rumor, sobretudo em órgãos fundamentalmente maçônicos como a célebre "Sentinela do Serro", de Minas Gerais, onde declamava e pontificava Teófilo Otoni, "secretário do clube dos Amigos Unidos, iniciado em outras sociedades secretas, que, nos últimos anos, espreitavam somente a ocasião de dar com segurança o GRANDE GOLPE (14)". Lendo-se os artigos da "Sentinela do Serro", neles se verifica que ardem as chamas da revolução, maçônica também, de 1842 (15). Apesar da dificuldade de comunicações naquela época em um país vasto e despovoado como o Brasil, a combinação estava de tal modo feita que, a 3 de abril, um enviado maçônico de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, barão de Cocais, chegava à cidade do Serro e entendia-se como Teófilo Otoni e seus sócios de empreitada, os quais se manifestavam no dia 6, preparando a luta contra o poder central, com munições, armas e dinheiro. No dia 4, dois dias antes de explodir no Rio de Janeiro, a mazorca estourava na Bahia (16).

É ainda o mesmo insuspeitíssimo Filaleto ou Amigo Unido quem declara o seguinte: "O 7 de abril, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratclifs, tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra (17)". A ninguém, portanto, é lícito duvidar que se tratava de mais um movimento judaico-maçônico-liberal, filiado à corrente contínua de agitação que vinha de 1789 através de 1794, 1798, 1801, 1817 e 1824, cuja última palavra seria dada pela proclamação da República maçônica-positivista, em 1889, no mesmo Campo de Sant'Ana, porta aberta para a definitiva escravização ao internacionalismo do ouro e do sangue, para a materialização da mocidade, para os pronunciamentos e quarteladas enfraquecedores da autoridade. Somente os cegos ou os que não queiram ver não enxergarão os elos dessa cadeia (18).

Felizmente, após o 7 de abril, os mais moderados dentre os rebeldes

se apossaram do leme da governação, "eles que só na última hora tinham apelado conosco (os Amigos Unidos) para o Juízo de Deus (19)". Contudo, a anarquia decorrente do GRANDE GOLPE quase levou o nosso pobre Brasil ao esfacelamento, durante o tormentoso período da Regência, mal de que nos ajudou a curar a espada unificadora e pacificadora de Caxias.

A agitação assoprada pela maçonaria começara a manifestar-se com certa força já em 1830, quando o imperador conseguiu ainda comprar Gonçalves Lêdo, para **servi-lo bem** na Câmara, como ele próprio dizia (20). A populaça industriada o insultara, quando apareceu à sacada do Paço da Cidade, onde o haviam tanto aclamado pelo "Fico". Por isso, encerrou secamente os trabalhos legislativos e desejara abdicar, desgostoso e enojado. "Pedira a minuta do ato a um secretário de Estado e, calculando pela pressa com que lhe fornecera esse papel que tal abdicação era desejada por detrás das cortinas, apostrofara o ministro, rasgando-lhe na face o papel encomendado (21)".

Entra o ano de 1831 com a agitação em crescendo. Nos primeiros dias de abril, os **liberais exaltados,** pseudônimo coevo dos republicanos, como hoje **socialista avançado** é pseudônimo de comunista, começaram a promover desordens e ajuntamentos, nas portas dos quartéis, excitando oficiais e soldados a se amotinarem. Estalam conflitos pelas ruas, sobretudo entre brasileiros e portugueses. No dia 5, vendo o Imperador "que o Gabinete liberal, organizado a 19 de março, não lograra pôr termo à agitação (22), despediu os seus ministros à tarde deste dia, e formou um Gabinete reacionário, de que fazia parte Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá (23)". Foi o chamado **ministério dos medalhões.**

A efervescência aumentou com essa medida, ótima para pretexto à rebelião. A arma do boato foi posta em prática com êxito. Espalhou-se no dia 6 a notícia da prisão de Evaristo da Veiga e do senador Vergueiro, comparsas na loja da rua dos Pescadores. À tarde, os grupos e ajuntamentos, adrede encaminhados para o Campo de Sant'Ana, formavam uma multidão de alguns milhares de pessoas, à qual arengaram demagogicamente deputados e jornalistas maçons: Odorico Mendes, Vieira Souto, Borges da Fonseca. Este era redator do jornal "A República", o que combina com as tendências republicanas da revolta, segundo o depoimento de Teófiio Otoni. Os juizes de paz dirigem-se ao paço de São Cristóvão, onde são recebidos pelo soberano e pedem-lhe em nome do povo (24) a reintegração do ministério demitido, o ministério que não podia, porque lhe não convinha, pôr termo à agitação. Naturalmente D. Pedro I tinha de recusar, porque estavam em jogo a dignidade e autoridade do poder que exercia.

À noite, os deputados da oposição e maçons Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Custódio Dias, Henriques de Rezende, Limpo de Abreu e Martiniano de Alencar pediram a intervenção do general Francisco

de Lima e Silva junto ao Imperador, o qual lhe disse que a agitação contra o ministério era mero pretexto, capa de outras intenções, pois a pessoa dele é que era visada (25), e não cedeu uma linha. Enquanto Lima e Silva ia a São Cristóvão, as tropas de seu comando fraternizavam com o povo e os agitadores, a artilharia de posição e os granadeiros em primeiro lugar. Lima e Silva chegou, viu a situação e mandou o major Miguel de Frias, republicano e maçon (26), comunicar ao monarca que agora a reclamação popular era apoiada pela soldadesca. Pensando melhor, "D. Pedro já havia mandado procurar Vergueiro para formar novo ministério, e por isso reteve o major Frias, aguardando a chegada daquele senador" (27).

Mas não houve meio de se encontrar o senador Vergueiro. De acordo com a trama secreta, convinha-lhe não aparecer. O Batalhão do Imperador, constituído de oficiais e soldados escolhidos por ele próprio a 12 de outubro de 1822, quando da aclamação no campo de Sant'Ana, onde hoje se reuniam contra ele os mesmos maçons que o haviam ajudado a fazer a independência e que se vingavam, no mesmo local, do **ingrato,** formava sua guarda pessoal e estava postado no pátio do palácio. Por volta de dez horas da noite, D. Pedro mandou o marquês de Cantagalo perguntar ao seu segundo comandante, major Luiz Alves de Lima e Silva, qual o espírito da tropa. "Respondeu-lhe este que: — "Os soldados da maior parte dos corpos que se achavam no Campo de Sant'Ana estavam contaminados do espírito anárquico; porém não assim o Batalhão do Imperador, e a artilharia montada". Voltou o mesmo fidalgo, da parte de Sua Majestade, e perguntando-lhe se, no caso de passar ele major a comandar o batalhão naquela mesma noite, poderia assegurar a fidelidade dele? teve como resposta: - "Que o espírito de rebelião lavrava na maioria dos oficiais do corpo, e que tanto assim era que os anarquistas, contando com essa maioria, nem ao trabalho se haviam dado de perverter os soldados". O que aí se seguiu, não sei a quem mais honre, se ao soberano, se ao leal major! Acrescentou este: — "Se Sua Majestade quiser debelar o movimento, nada será mais fácil. Bastará seguir nesta mesma noite pra a fazenda de Santa Cruz, e ali reunir as milícias, à frente das quais estou pronto para me colocar, devendo estacionar no Campinho os postos avançados. Se, porém, se adotar este alvitre, deverá ser acompanhado dum decreto, concedendo baixa a todos os soldados de primeira linha, que a quiserem; pois, feito isso, dentro de 24 horas, os oficiais se acharão sós". Terceira vez regressou o marquês de Cantagalo para transmitir ao major estas magnânimas palavras: — "O expediente proposto é digno do major Lima e Silva; mas não o aceito, porque não quero que por minha causa se derrame uma só gota de sangue brasileiro; portanto siga o major a sorte de seus camaradas reunidos no Campo de Sant'Ana (28)".

Até aquele momento, conluiado com anarquistas, o ministro da

Guerra escondera do Imperador a gravidade da situação, enganando-o com "ardiloso embuste (29)". Guatimozin, no entanto, estava decidido ao sacrifício reclamado pela sombra da Acácia a que em má hora se abrigara. O Arconte-Rei sabia ser chegada a hora do ajuste de contas. Vencera-se o pacto com o Bode-Preto. Tinha de pagar com juros o fechamento do Areópago naquela noite de chuva, com os soldados da artilharia montada, e a ríspida prancha da clausura do Grande Oriente. Expiaria duramente o perjúrio e a ingratidão. Quando se deixara iniciar na maçonaria, força de vanguarda do judaísmo, com toda a certeza não conhecia o ditado popular francês: **Celui** qui **mange du** juif **en** meurt. Ele comera o veneno maçônico; morreria dele.

Noite triste e desolada aquela de 6 para 7 de abril! "Pelas sombras e frondosidades da quinta de São Cristóvão se esgueiravam para o campo da Aclamação, destinado a ser o **terreiro das traições,** os últimos soldados do Batalhão do Imperador. D. Pedro deu ordem ao regimento de artilharia montada aquartelada no pátio, para que seguisse os companheiros, encerrou-se num quarto com a Imperatriz e queimou papéis... Ouviam-se lamentações da criadagem. Disse Paulo de Saint Victor que de todos os atos humanos a abdicação é o que mais se aproxima da morte. Pelo interior do palácio se entrouxavam roupas e se guardavam pratas... D. Pedro ao entregar a Frias o decreto da abdicação declarava: — "Não quero que se sacrifiquem por mim... Uma renúncia de engulhado, a despedida de ironia dum conhecedor do mundo (30)".

Batiam as pêndulas com bronze de Thomire do velho casarão da Quinta uma hora da madrugada, quando o major Frias, com o decreto imperial, partiu a galope para o Campo da Aclamação, que seria crismado em Campo da Honra... Os moderados a que alude Teófilo Otoni aclamavam pouco depois D. Pedro II, que tinha de cinco para seis anos de idade. A revolução maçônica não conseguira chegar à República. Para isso, as forças secretas teriam de trabalhar ainda 58 anos! "Às dez e meia da manhã, o general Lima e Silva apresentou-se no Paço do Senado, onde estavam reunidos em assembléia geral os membros das duas Câmaras, e, introduzido no salão, entregou ao presidente, marquês de Caravelas, o decreto de abdicação. Retirando-se o general, procedeu-se imediatamente à nomeação da Regência Provisória, que deveria governar em nome do jovem Imperador D. Pedro II, até a eleição da Regência Permanente. Foram eleitos o senador marquês de Caravelas, por 40 votos; o general Francisco de Lima e Silva, por 35; e o senador Vergueiro, por 30. A cadeira da presidência passou a ser ocupada pelo senador Silva Coutinho, em cujas mãos prestaram juramento os membros da Regência (31)".

A abdicação ia custar rios de sangue e de dinheiro ao Brasil. O sangue brasileiro que o monarca não quisera derramar para se manter no trono correria durante 14 anos em rebeldias resultantes de conjuras

secretas em nome da Liberdade, Moloch das Internacionais: no Pará, no Maranhão, no Piauí, no Ceará, em Pernambuco, na Bahia, em Minas, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Mato Grosso, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Imenso vulcão de sangue erupiu em esguichos rubros, inundando a nação, até a maioridade da criança imperial tutelada por José Bonifácio, o grande maçon. Talvez, pensando nisso como na separação da terra que governara e amara, D. Pedro rompera em pranto ao entregar o decreto fatal. Com as pálpebras úmidas de lágrimas, embarcou com D. Amelia ao amanhecer nos escaleres de remadores estrangeiros que os levaram à fragata inglesa "Warspite". Quando se rezou, no dia 9, o Te-Deum em honra de D. Pedro II, de bordo D. Pedro I olhava a terra brasileira com as pupilas nadando em água. As lágrimas espoucaram-lhe dos olhos ao romper a fragata "Volage", dias depois, barra afora, quando contemplou pela derradeira vez os montes da Guanabara beijados pelo sol. Ainda em 1834, em Portugal, rememorava com emoção e os olhos rasos de água o panorama de São Cristóvão (32).

Às 7 horas da manhã de 13 de abril, passou da "Warspite" para a "Volage" e seguiu para a Europa. A rainha D. Maria da Gloria partia na fragata francesa "La Seine". D. Pedro I transformava-se em D. Pedro IV e ia escrever o mais belo capítulo da sua vida, reconquistando nos azares da guerra civil o trono de sua filha. Fundador dum Império e Restaurador dum Reino, com 36 anos de idade apenas, morreria pouco depois nos paços de Queluz, onde nascera, pousando os olhos enevoados na fardeta cor de pinhão dum soldado de caçadores, que mandara buscar para ver-lhe o uniforme tradicional pela derradeira vez. Remia no desprendimento, no sacrifício e na grandeza de alma, os erros de sua agitada mocidade. A morte dum soldado!

Desde algum tempo, o Imperador não se enganava com o rumo que as coisas iam tomando. Sabia que fim lhe reservaram as forças secretas, que a sombra da Acácia a que se abrigara lhe seria fatal. Quando o corpo diplomático estrangeiro se reuniu a bordo da "Warspite", na tarde de 7 de abril, afim de examinar a situação, pois o soberano se asilara sob a bandeira inglesa, ele disse aos ministros europeus, em francês: — "Depois do que ocorreu em França, eu esperava a revolução aqui... Havia muito tempo que eu estava sendo traído... (33)".

Deixava atrás de si os brasileiros divididos em dois campos: o dos ordeiros e moderados, e o dos "anarquistas ou mutinos", que "infestavam o continente (34)", os quais bem sabemos quem são, os revolucionários de todos os tempos. Esses soltaram um suspiro de alívio e um uivo de satisfação num editorial do "Repúblico", que pelo nome se não perca, no dia 7 de abril, data da partida de D. Pedro: "O perjuro abdicou. Devemo-lo deixar partir em paz, podendo ele colher livremente os frutos das traições cometidas contra nós". Era uma confissão maçônica em público da origem do golpe de Estado, porque o Imperador não poderia

nunca ser considerado perjuro nem traidor à causa republicana defendida pelo jornal, mas sim à causa maçônica. É claro como água.

Na véspera de ir embora, a 12 de abril, de bordo da "Warspite", D. Pedro mandava ao filho pequenino esta breve, expressiva e dolorosa carta, a mais bela que jamais escreveu na sua vida: "Meu querido filho e meu Imperador. Muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler, pois as lágrimas eram tantas que me impediam de a ver; agora que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e para certificar-lhe que, enquanto vida tiver, as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração. Deixar filhos, pátria, amigos, não pode haver maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se de seu pai, ame a sua, a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidam de sua educação, e conte que o mundo o há de admirar, e que eu hei de me encher de ufania por ter um filho digno da pátria. Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, o que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu filho, receba a bênção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver. **D. Pedro de Alcantara** (35)".

Pai e filho nunca mais se avistaram.

O Imperador do Sacrifício!

NOTAS

XII

(1) Oliveira Martins, "História de Portugal", Lisboa, 1917, tomo II, pág. 143.
(2) Op. cit. loc. cit.
(3) Op. cit. tomo II, pág. 236.
(4) Op. cit. tomo II, págs. 234-235.
(5) Th. de Cauzons, "La magie et la sorcellerie en France", Dorbon-Ainé, Paris, tomo III, pág. 410. O grifo é nosso.
(6) Op. cit. tomo III, pág. 23.
(7) "Apologética", XIII.
(8) Platão, "Les lois", ed. Saisset, Paris, tomo II, pág. 238.
(9) Saint-Léon, "Histoire des corporations de métiers", Felix Alcan, Paris, 1909, pág. 38.
(10) "Le complot maçonnique de 1789", **passim.**
(11) tourmartin, "La Franc-Maçonnerie demasquée".
(12) "Monde Maçonnique", pág. 42.
(13) "La Révolution Française", tomo II, cap. II.
(14) Pouget de Saint-André, "Les auteurs cachées de la Révolution Française", Perrin, Paris, 1923, págs. 14 e 27.
(15) Mallet du Pan, "Mémoires", tomo II, pág. 69.
(16) Pouget de Saint-André, op. cit. pág. 13.
(17) L. Madelin, "La Révolution", pág. 24. "A franco-maçonaria quer impor as suas idéias e impô-las por meios insolentes", diz Henri-Durville, "Os mistérios da maçonaria e das sociedades secretas", pág. 15.
(18) Cadet de Gassicourt, "Le tombeau de Jacques Molai ou le secret des conspira - teurs", Paris, l'an 4e. de l'ére française, pág. 11.
(19) Th. de Cauzons, op. cit. tomo II, págs. 421-423.
(20) Menendez y Pelayo, "Historia de los heterodoxos espanoles", tomo III, pág. 358; Matter, "Saint-Martin, le Philosophe Indonny", Paris, 1862; Ad. Franck, "La philosophie mystique en France", Paris, 1866.
(21) Pouget de Saint-André, op. cit. págs. 35-36.
(22) "Vers un ordre social chrétien" in Léon de Poncins."La mystérieuse internationale juive", Gabriel Beauchesne, Paris, 1936, págs. 77-78.
(23) Monsenhor Delassus, "La question juive", pág. 18.
(24) Morin, "Les juifs de Paris", **passim.**
(25) Pouget de Saint-André, op. cit. pág. 41.
(26) Op. cit. loc. cit. e mais págs. 291-292; cf. Aulard, "Le club des jacobins".
(27) G. Lenôtre, "Le baron de Batz", págs. 45 e segs.
(28) P. Monique, "La France en péril".
(29) Capfigue, "Histoire des grandes opérations financiéres".
(30) Oliveira Lima, "D. João VI no Brasil", tip. do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 1908, tomo I, págs. 6 e 9. Pode-se dizer que a maçonaria entrou no reino antes mesmo de Pombal, em 1733, quando o escocês Gordon fundou a primeira loja de pedreiros-livres, segundo documento conservado na Torre do Tombo, Cf. Borges Grainha "História da maçonaria em Portugal".
(31) Op. cit. tomo I, pág. 10.
(32) Op. cit. loc. cit.
(33) Op. cit. tomo I, pág. 16.
(34) Op. cit. tomo I, pág. 20.
(35) "Memória" de D. Rodrigo de Souza Coutinho, nos papéis da Coleção Linhares, na Biblioteca Nacional.
(36) Maria Graham, "Journal of a voyage to Brazil", Londres, 1824.
(37) "Correio Brasiliense", n.º 15, de agosto de 1809.
(38) Thomas 0'Neil, "A concise and accurate account, etc", Londres, 1809.
(39) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 48.

(40) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 57. Cf. Handelmann, "Geschichte von Brasilien", Berlim, 1860.

(41) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 3; Frei Francisco de Monte-Alverne, "Obras oratórias", tomo I, "Discurso Preliminar", pág. VI, Laemmert, Rio de Janeiro, 1853.

(42) Op. cit. tomo I, pág. 528.

(43) Op. cit. tomo I, pág. 59; Manifesto de guerra à França, 1.° de maio de 1808; Carta de lei da Torre e Espada.

(44) Gustavo Barroso, "História Militar do Brasil", São Paulo, 1936, págs. 114-115.

(45) Vernhagen, "História Geral do Brasil", Imprensa Nacional, 1917, págs. 32-33.

(46) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 241.

(47) Pradt, "L'Europe et ses colonies", **passim.**

(48) Oliveira Martins, op. cit. tomo II.

(49) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, págs. 355-356.

(50) Op. cit. tomo I, pág. 383. O texto integral do tratado pode ser lido no Apêndice do 2.° volume de Henry Koster, "Voyages dans la partir Septentrionale du Brésil", Gide, Paris, 1818.

(51) Pereira Pinto, "Apontamentos para o Direito Internacional", vol. I.

(52) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 419.

(53) Gustavo Barroso, op. cit. pág. 117. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", págs. 21 e 300. No seu livro "Coups d'oeil sur Cayenne", Paris, 1823, Vignal diz o seguinte: "Os conquistadores trataram o país com resguardos que formam singular contraste com os usos e costumes da administração francesa que lhes sucedeu". Derrama-se, depois, nos mais rasgados elogios à colonização luso-brasileira, pormenorizando os seus atos de benemerência. Diz que, embora inimigo, sente-se moralmente obrigado a declarar a verdade.

(54) Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 69.

(55) Op. cit. tomo I, págs. 264 e 275.

(56) Op. cit. tomo I, págs. 335-336.

(57) Bartolomeu Mitre, "História de Belgrano", tomo I; Oliveira Lima, op. cit. tomo I, pág. 297.

(58) Zorrilla de San Martin, "La Epopeya de Artigas", 2.° vol., **in fine;** Carta do ditador Francia a Velasco, comandante do forte Borbon, **in** Gustavo Barroso, "A guerra de Artigas", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1930, pág. 169; op. cit. págs. 171 e segs. Cf. Eduardo Acevedo, "Manual de História Uruguaia".

XIII

(1) Oliveira Martins, "História de Portugal", tomo II, pág. 235.

(2) Rocha Martins, "A independência do Brasil", Lisboa, 1922, pág. 46.

(3) Pe. Joaquim Dias Martins, "Os mártires pernambucanos", pág. 12. Um dos Arruda Câmara, o botânico, médico formado em Montpeilier, partidário exaltado das idéias francesas, fundara o Areópago, sociedade secreta intencionalmente posta nos limites de Pernambuco e Paraíba, que doutrinava para a democracia e a revolução maçônica, sementeira de onde brotaram os grandes movimentos revolucionários do Brasil, no século XIX. Do Areópago provêm a Academia dos Suassuna, a Academia do Paraíso, a Universidade Secreta de Antonio Carlos, a Escola Secreta de Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, a Oficina de Iguarassu, etc. Cf. Mario Melo, "A loja maçônica seis de março de 1817", Recife, 1921, e "As academias secretas de Pernambuco"; Pereira da Costa, "A maçonaria em Pernambuco" e "Dicionário de pernambucanos ilustres"; M. L. Machado, Introdução à "História da Revolução de 1817", de Muniz Tavares.

O segredo do que se passava nesses grêmios era tão importante que, antes de morrer, Arruda Câmara escrevia ao padre João Ribeiro Pessôa, mais tarde corifeu da revolução de 1817 e que se suicidou para conservar talvez o silêncio, ordenando-lhe que mandasse para os Estados Unidos ao amigo N. a sua **obra secreta,** "por conter

coisas importantes que não convêm o feroz despotismo ter dela o menor conhecimento". E acrescentava: "Remeta logo a minha circular aos amigos da América Inglesa e Espanhola. Sejam unidos com esses nossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um, e quando não for assim, sustentem uns aos outros". Cf. Pereira da Costa, "Dicionário de pernambucanos ilustres" e Mario Bhering, Introdução ao tomo XLIII-XLIV dos "Anais da Biblioteca Nacional".

M. L. Machado, na citada Introdução, escreve: "Era o Areópago uma sociedade política, secreta, intencionalmente colocada na raia de Pernambuco e Paraíba (sic), freqüentada por pessoas salientes de uma e outra parte e donde, saíram, como de um centro para a periferia, sem assaltos nem arruídos, as doutrinas ensinadas. Tinha por fim tornar conhecidos o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das idéias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava entusiasmo pela república **(sic),** mas em harmonia com a natureza e dignidade do homem e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinada que traria a independência e o governo republicano a Pernambuco".

Tudo está comprovado pelo escritor maçon Mario Melo, "A maçonaria no Brasil" **in** "Livro Maçônico do Centenário", ed. do Grande Oriente do Brasa, 1922, pág. 191: "A maçonaria surgiu no Brasil, como havia aparecido em Portugal; uma associação secreta, movida pela liturgia, COM FINS POLÍTICOS-SOCIAIS... A primeira loja maçônica, COM FINS POLÍTICO-SOCIAIS, fundada no Brasil, foi o Areópago de Itambé (Pernambuco). Instalou-o o botânico Arruda Câmara, ex-frade carmelita, médico pela faculdade de Montpe-Hier, no último quartel do século XVIII, em 1796.

Decerto as organizações secretas de Pernambuco tinham ligações no Rio de Janeiro, onde já a maçonaria se estabelecera. Leia-se esta efeméride de Rio Branco, do dia 29 de julho de 1800: "Uma divisão naval francesa, comandada pelo capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro, fez algumas presas e seguiu nesta data para o Norte. Na altura do Porto Seguro encontrou-se com a esquadra do comodoro inglês Rowley Bulteel, e no combate renderam-se duas fragatas francesas. Os prisioneiros foram entregues no Rio de Janeiro ao vice-rei conde de Rezende. Refere o comandante Landolphe que foi bem tratado, porque era pedreiro-livre. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma festa maçônica. "Introduzido no recinto do tempo (diz ele em suas "Memórias"), ouvi com muito prazer o discurso do venerável; mas o que me encheu de admiração voi ver nesse lugar, entre os primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja".

Como o Brasil já começava a ser minado pela seita!

(4) Francisco Muniz Tavares, "História da revolução de Pernambuco em 1817", ed anotada por Oliveira Lima, Recife, 1917, pág. XXII.

(5) Joaquim Felicio, "Memórias do distrito diamantino", págs. 254-255.

(6) Henry Robert Petit, "Le drame maçonnique", pág. 88 **in** nota.

(7) Léon de Poncins, "La guerre Occulte". Os aventais e faixas maçônicas de Napoleão figuram na coleção de relíquias do Príncipe Napoleão, em Bruxelas. V. Gérard Harry, "Un trésor napoleonien", **in** "LMIlustration", Paris, 12 de novembro de 1910, n.° 3533, págs. 337 e segs.

(8) Henry Robert Petit, op. cit. págs. 87-89.

(9) G. Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", pág. 27.

(10) Francisco Muniz Tavares, op. cit., **notas** de Oliveira Lima, pág. 81.

(11) Rocha Martins, op. cit. pág. 38.

(12) Varnhagen, "História da Independência", Imprensa Nacional, 1917, pág. 32.

(13) Rocha Martins, op. cit. pág. 50.

(14) Op. cit. pág. 46.

(15) Op. cit. pág. 52.

(16) Oliveira Lima, "D. João VI no Brasil", tomo I, pág. 537.

(17) Menezes Drummond, "Autobiografia" **in** "Anais da Biblioteca Nacional", vol. XIII.

A própria maçonaria confessa que, em 1809, José Maria Rebelo, brigadeiro da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, entregou ao Príncipe Regente D. João "considerável lista de maçons". Cf. "Livre Maçônico do Centenário", ed. do Grande Oriente do Brasil. Rio, 1922, pág. 16.

(18) Podia ser para **despistar** os fâmulos do paço. É bom não esquecer que

os maçons se ligam à tradição gnóstica, aos cristãos ditos joanitas, sendo São João Evangelista para eles figura cabalística venerabilíssima.

(19) Oliveira Lima, "O movimento da Independência", pág. 238. Sobre o movimento maçônico desse tempo, V. Pedro Calmon, "História da civilização brasileira", págs. 115 e segs.

(20) Os nomes de localidades são geralmente preferidos pelos cristãos-novos. Segundo os estudos de Mario Sáa, Moncôrvo, em Portugal, é berço tradicional de judeus.

(21) Oliveira Lima, op. cit. loc. cit.

(22) Pe. Joaquim Dias Martins, op. cit. pág. 258.

(23) Op. cit. págs. 258-259.

(24) Francisco Munis Tavares, op. cit. pág. LXXXV.

(25) Op. cit. loc. cit. Notas à mesma, de Oliveira Lima, pág. 78. As 4 lojas regulares eram: **Pernambuco do Oriente,** fundada por Cruz Cabugá; **Pernambuco do Ocidente,** por Domingos Martins; **Restauração e Patriotismo,** e **Guatimozin.** É a primeira vez que o nome de Guatimozin surge na maçonaria brasileira. Veremos a importância que tomou mais adiante.

(26) Rocha Martins, op. cit., pág. 13. Alguns historiadores escrevem **Distinta** e ouros **Distintiva.** Parece que, a última versão é a certa. Na sua "História do Brasil Reino e do Brasil Império", ed. de 1871, diz Melo Morais: "No ano de 1812, na freguesia de S. Gonçalo da Praia Grande ou Niterói, se organizou uma loja maçônica, denominada **Distintiva,** com sinais, toques e palavras simbólicas, diversos dos toques, sinais e palavras das outras instituições deste gênero, tendo por emblema no selo grande um índio vendado e manietado com grilhões, e um gênio em ação de o desvendar e desagrilhoá-lo. Esta loja, verdadeiramente republicana e revolucionária, era dominada pela influência de dois membros mui proeminentes, que eram José Mariano Cavalcanti de Albuquerque, que tinha vindo de Pernambuco para este fim (o qual foi um dos principais colaboradores da revolução de 6 de março de 1817, e que assassinou o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa, comandante do regimento de artilharia, do qual era secretário, para auxiliar o capitão José de Barros Lima, Leão Coroado, de quem era genro), e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, então oculto por causa da imputação de morte feita na pessoa do negociante José Joaquim da Cunha da vila de Santos", pág. 16. Acrescenta Melo Morais que a papelada dessa loja foi roubada e levada ao intendente de polícia Paulo Fernandes Viana, que mandou chamar os implicados e os advertiu, prometendo eles não mais fazerem nada.

(27) Rocha Martins, op. cit. pág. 12.

(28) "Correio Brasiliense", n.° 108, de maio de 1817.

(29) **Ofício** de Maler sobre a revolução de 1817 **in** "Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco".

(30) L. F. de Tollenare, "Notas dominicais", trad. de Alfredo de Carvalho, Recife, 1908, pág. 176.

(31) Oliveira Lima, "D. João VI no Brasil", tomo II, pág. 791.

(32) No retrato de Hipólito, em ponto grande e colorido, que se acha na sala das sessões comuns da Academia Brasileira de Letras, tirado de gravura da época, se vê, pendente dum fitão, ao pscoço, a insígnia do grau 18, cavaleiro Rosa-Cruz.

(33) L. F. de Tollenare, op. cit. pág. 185.

(34) O nome, a vida, os meios de que lançava mão, a agitação constante fazem suspeitar que fosse cristão-novo. Negociante-revolucionário, só judeu.

(35) Oliveira Lima, op. cit. tomo II, pág. 792. A casa comercial era Barroso, Martins, Dourados e Carvalhos. A quebra é exata, o que não é de pasmar com um chefe revolucionário...

(36) Todos esses excessos estão pormenorizadamente escritos no cap. IV da obra citada de Francisco Muniz Tavares, historiador dos mais conscienciosos.

(37) Francisco Muniz Tavares, op. cit. **notas** de Oliveira Lima, pág. 155.

(38) Oliveira Lima, op. cit. tomo II, pág. 794.

Bandeira da revolução maçônica de 1817, em Pernambuco. Sobre a Cruz ensangüentada, o Sol, o Arco-íris e a Estrela de cinco pontas. Leiamos estes símbolos cabalísticos; O sangue que se vê na cruz, embaixo, segundo Eliphas Lévi, "La science des esprits", págs. 213-215, é "o grande agente simpático da vida, o motor da imaginação e o

fluido universal", ao mesmo tempo que exprime a violência contra a cruz. O resultado disso é o Arco-íris, o Aziluth, síntese produzida pela fonte de vida material, o Sol, e dominada pela Estreia. Isto é: ensangüentando a cruz se constrói uma nova síntese social de fundo materialista, dominada pelo homem divinizado. Não há na leitura dos hieróglifos maçônicos a menor dose de imaginação. Ela resulta somente da interpretação dos seus símbobs como preceituam as sumidades na matéria.

(39) Op. cit. tomo II, pág. 801.

(40) L. F. Tollenare, op. cit. págs. 203-205.

(41) Certas versões dão 3 estrelas, correspondendo às três províncias levantadas: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; mas os modelos oficiais trazem somente uma, de acordo com esta descrição.

(42) Varnhagen, "História Geral do Brasil", 2.ª ed., Rio de Janeiro, págs. 1133-1134.

(43) Francisco Muniz Tavares, op. cit. págs. 99-101 da *2;* ed., Recife, 1884.

(44) Eliphas Lévi, "Les mystéres de la Kabbale", Nourry, Paris 1920, pág. 158. Esse simbolismo não passou despercebido ao brigadeiro Inácio Madeira, que, a 17 de março de 1822, escrevia a D. João VI, historiando os sucessos que ocorriam na Bahia e relembrando os de 1817, e dizia: "...o escudo de suas armas foi subsituído pelas pinturas do sul e da lua e alguns outros hieróglifos..." O velho soldado teve a clara intuição da importância dos símbolos. Entre os hieróglifos, não estava a lua, mas o arco-íris, o AZILUTH cabalístico, cujas sete cores se resumem em três cores irredutíveis. A respeito, explica Dario Veloso, em "O templo Maçônico", pág. 174, referindo-se ao arco-íris: "Arte, Ciência e Mistério são os três veículos, os três focos iniciáticos, que irradiam a luz branca, a vermelha e a azul, luzes que se harmonizam em esplendor único: o esplendor do Verdadeiro: da Causa: Energia: Essência: Deus". Esse Deus-Causa-Energia é o Deus-Matéria da maçonaria. A respeito da significação do sol, escreve ainda o referido autor maçônico à pág. 208 da op. cit. que, "interpretado **literalmente,** pode significar astro, luz, calor, vida, força; **figuradamente,** Criador dos Seres, imagem de Deus, símbolo do Eterno, luz do Universo". As nossas interpretações estão, portanto, de pleno acordo, segundo se vê, com uma grande autoridade da própria maçonaria brasileira: o sr. Dario Veloso.

(45) Barão de Studart, "O movimento de 17 no Ceará", pág. 35.

(46) Op. cit. pág. CX.

(47) "A maçonaria e a revolução pernambucana de 1817" **in** "Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco", **passim.** Na lista da devassa procedida na Bahia e publicada por Muniz Tavares, figuram nada menos de 35 eclesiásticos!

(48) Pereira da Costa, "A maçonaria em Pernambuco, **passim.**

(49) Vieram, depois, mais cinco condenações: em 1821, pelo breve ECCLSIAM, de Pio VII; em 1825, pela bula QUO GRAVIORA, de Leão XII; em 1832, pela bula MIRARI VOS, de Gregorio XVI; em 1865, pela bula MULTIPLICES INTER, de Pio IX; em 1884, pela bula HUMANUM GENUS, de Leão XIII, Cf. Raich, "Kirchenlexicon", art.° "Frei maurer".

(50) "Le temps de la colére", B. Grasset, Paris, 1932, pág. 270.

(51)Crétineau-Joly, "L'Eglise "Romaine en face de la Révolution".

(52) Francisco Muniz Tavares, op. cit. cap. XVII; Varnhagen, "História Geral do Brasil". 3; ed. integral, tomo V, pág. 192.

(53) Op. cit. cap. XVIII.

(54) Carta de D. Carlos de Alvear, então no Rio de Janeiro, a D. Matias Irigoyen, datada de 25 de abril de 1817, que se encontra nos papéis do Foreign Office de Londres, traduzida para o inglês.

(55) Rocha Martins, op. cit. págs. 12-13.

(56) Op. cit. loc. Entre os conspiradores de 1817, encontra-se um David Targini. O nome dá que pensar. Aliás o Targini barão andou pelo Nordeste em funções da fazenda. Esteve até no Ceará, onde fez versos...

(57) Op. cit. págs. 56-57, 62 e 66.

(58) Pedro Calmon, "O Rei Cavaleiro", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935, pág. 183; "No dia 3 fôra à quinta do Belém ver uma procissão. A 4, na Bemposta, comera umas laranjas: sobreviera-lhe o acidente, meia hora antes do despacho, e como se nenhuma peça daquele organismo túrgico resistisse à corrosão, em cinco dias acabou

entre terríveis padecimentos". Pedro Calmon, "O Rei do Brasil", José Olímpio, Rio de Janeiro, 1935, pág. 321: "O embaixador A' Court, dois meses depois, em audiência que Carlota Joaquina lhe deu, ouviu aos lábios da rainha viúva a acusação de terem envenenado o seu marido com **doses sucessivas de água tofana, um composto de arsênico.** "Ela poderia mesmo precisar quando foi propinada a primeira dose". Cf. Alberto Pimentel. "D. Miguel", Lisboa, 1905.

Rocha Martins, "A independência do Brasil", Lisboa, 1922, págs. 343-344; "...a doença fôra súbita e violenta, ou muito poderoso o veneno ingerido. É certo que ninguém duvidou de que o rei morresse empeçonhado e à volta do finamento da negra, sua dedicada, a que provava a sua comida e não estivera em Belém, grande atoarda soara. O imperador-rei falecera em março; em novembro acabara o físico-mor do reino e relacionou-se tudo isto, falava-se em personagens misteriosas emistelando a laranja, doce e sumarenta em filtros raros muito secreto que não deixavam vestígios, uma tática nova a substituir as revoltas, adotada pelos conspiradores".

Depois disso, Rocha Martins dá curso à balela maçônica de que o veneno viera das mãos de Carlota Joaquina, quando a declaração desta a A' Court a desmente, pois, se fosse ela, não precisaria afirmar ao diplomata estrangeiro, que nada lhe perguntara, que estava certa da peçonha e de quando haviam começado a aplicá-la. A maçonaria tem grande experiência da **água tofana** e sabe habilmente lançar a desconfiança sobre as pessoas que lhe convêm... Dona Carlota Joaquina foi uma inimiga terrível da maçonaria, a qual acumulou sobre a memória da rainha todas as calúnias imagináveis. Basta lembrar que o Manifesto Maçônico de 1831, publicado em 1832, redigido por Gonçalves Lêdo e assinado por José Bonifacio, denomina-a textualmente: "o Dragão que cavou o abismo em que correram risco de ser tomados todos os maçons brasileiros".

Na "Linguagem Maçônica", constante do "Livro Maçônico do Centenário", à pág. 148 se lê: "ÁGUA TOFANA — Preparado químico de um tóxico destinado aos perjuros e aos traidores nas antigas iniciações e entreos Iluminados. Hoje é apenas um símbolo que representa o desprezo que têm os maçons para o Irmão perjuro". Apesar do disfarce, a própria maçonaria em publicação oficial do Grande Oriente reconhece a existência da **água tofana,** que é um veneno, que se empregou contra perjuros e traidores, e que ainda a palavra permanece como símbolo... Para assunto tão grave, a confissão não podia ser mais explícita.

Sobre o preparo e aplicação da Água Tofana, v. A. Z. Mueller, "Entdeckte Illuminaten-rècepte von Áqua Totana und anderen geheimen Mitteln", Berlin 1788.

XIV

(1) O aludido manifesto acha-se estampado integralmente nos "Anais da Biblioteca Nacional", tomo XLII-XLIV, Introdução do Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira, Mario Bhering, pág. V, **passim.** O Manifesto foi feito a 5 de dezembro de 1831; mas somente foi divulgado em princípio de 1832.

Fazemos notar a era judaica de suas datas. A propósito diz o "Livro Maçônico do Centenário", publicação oficial do Grande Oriente, pág. 152: "A era maçônica parte do princípio do mundo, segundo a cronologia hebraica, que é a adotada pela maçonaria".

Maçonaria e judaísmo vêm a dar no mesmo...

(2) Gougenot des Mousseaux, "Le juif, le judaisme et la judaisation des peuples chrétiens", Paris, 1869.

(3) W. Draper, "Les conflits de la science et de la religion".

(4) "Anais da Biblioteca Nacional", tomo cit. pág. VII. Quanto ao simbolismo da Acácia, consultemos o "Rituel Maçonnique Français": "A Acácia, cujas folhas se dirigem para o sol e se inclinam para o poente, era considerada pelos egípcios e árabes uma árvore sagrada. Era dedicada ao deus do dia. Isto é, à luz. No simbolismo da franco-maçonaria moderna, preenche o papel que preenchia nos Mistérios da Antigüidade a palmeira dos indianos, o salgueiro dos caldeus, o lotus dos egípcios, o mirto dos gregos, o visgo dos druidas. A Acácia é ramo de ouro da iniciação moderna". Consultemos o "Templo Maçônico" do maçon Dario Veloso, às págs. 150-151; "Simbolicamente, acácia — que floresce no túmulo dos mestres — significa a imortalidade e a pureza. O verdadeiro

maçon colhe-a com meiguice, guarda-a com sereno carinho, porque a acácia perpetua o mistério das iniciações perfeitas". O "Livro Maçônico do Centenário", pág. 147, acrescenta: "ACÁCIA — árvore cujo atributo misterioso não é conhecido senão pelos mestres".

(5) Emmanuel Malynski e Léon de Poncins, "La guerra occúlte", Beauchesne, Paris, 1936, pág. 2.

(6) Op. cit. pág. 3.

(7) Op. cit. pág. 5.

(8) Op. cit. pág. 9.

(9) Oliveira Lima, "O movimento da independência", Weiszflog, São Paulo, 1922, pág. 7.

(10) Op. cit. loc. cit.

(11) Rocha Martins, "A independência do Brasil", pág. 34. A carta do Brigadeiro Madeira a que se aludiu antes está datada de 18 de fevereiro de 1822.

(12) Op. cit. pág. 35.

(13) Op. cit. págs. 57-58.

(14) Op. cit. pág. 59.

(15) Op. cit. pág. 60.

(16) Op. cit. pág. 61.

(17) Op. cit. pág. 62.

(18) Op. cit. pág. 66.

(19) Op. cit. pág. 67.

(20) Oliveira Lima, op. cit. pág. 18.

(21) Emmanuel Malynski e Léon de Poncins, op. cit. págs. 12-13.

(22) Oliveira Lima, op. cit. pág. 23.

(23) "O rei cavaleiro", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935, págs. 66 e 81.

(24) Tobias Monteiro, "História do Império — A elaboração da Independência", Briguiet, Rio de Janeiro, 1927, pág. 221.

(25) Rocha Martins, op. cit. pág. 73.

(26) Pedro Calmon, op. cit. pág. 64.

(27) Varnhagen, "História da Independência do Brasil", pág. 45.

(28) "Anais da Biblioteca Nacional", tomo XLIII-XLIV, Introdução, pág. IV.

(29) O grifo é nosso.

(30) Oliveira Lima, op. cit. pág. 80.

(31) O grifo é nosso.

(32) Dr. Isaque Izeckson, "Os judeus na independência" in "Almanaque Israelita do Brasil", 1935, pág. 21.

(33) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pág. XV.

(34) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 287.

(35) Pedro Calmon, op. cit. pág. 68.

(36) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 123.

(37) Rocha Martins, op. cit. pág. 18.

(38) Op. cit. pág. 120.

(39) Pedro Calmon, op. cit. pág. 126.

(40) Rocha Martins, op. cit. pág. 90.

(41) Pedro Calmon, op. cit. pág. 64.

(42) Rocha Martins, op. cit. pág. 129.

(43) Oliveira Lima, op. cit. pág. 91.

(44) M. Lopes Machado, "O 14 de abril em Pernambuco", in "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, n.° 38.

(45) Rocha Martins, op. cit. pág. 82.

(46) João Brigido, "Homens e fatos".

(47) Xavier da Veiga, "Efemérides mineiras", t. I, pág. 94; t. II, págs. 3 e 43.

(48) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 491; "Anais da Biblioteca Nacional", t. XLIII-XLIV, pág. XLVIII, nota.

(49) Rocha Martins, op. cit. pág. 115.

(50) Palavras dum grande maçon judeu da Itália que usava o pseudônimo de **PIccolo Tigre,** reproduzidas em "La fibre parole" de Paris, n.° 12-13, junho-julho de 1936.

(51) Oliveira Lima, op. cit. pág. 200. Essas letras são absolutamente maçônicas.

Figuravam na loja da Maçonaria Iluminada, ladeando uma pirâmide, com o significado de **Deo Próximo.** Cf. Le Forestier, "Les Iluminés de Baviére et la Franc-Maçonnerie", Hachette, Paris, 1915, pág. 261.

(52) Pedro Calmon, op. cit. pág. 107.

Avental, faixa, malheto e espada do Grão-Mestre Guatimozin. No Malhete estão gravadas as iniciais D. P. I. I.° e a data de 1822. Esses objetos rituais maçônicos, que foram de uso do primeiro Imperador do Brasil, acham-se expostos no Museu Histórico Nacional, ao qual foram doados pela Exma. Sra. Viscondessa de Cavalcanti.

(53) Carta de 21 de outubro de 1821.

(54) Carta de 21 de maio de 1822.

(55) Rocha Martins, op. cit. pág. 130.

(56) Pedro Calmon, op. cit. pág. 91.

(57) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 464.

(58) Rocha Martins, op. cit. pág. 149.

(59) Oliveira Lima, op. cit. pág. 199.

(60) Op. cit. pág. 23.

(61) Op. cit. pág. 169; Rocha Martins, op, cit.

(62) Menezes Drummond. "Exposição histórica da maçonaria no Brasil".

(63) Rocha Martins, op. cit. pág. 149.

(64) Varnhagen, "História da independência do Brasil", pág. 183-184, nota. Menezes Drummond, op. cit., diz textualmente: "O Príncipe, sendo industriado pelo seu ministro, José Bonifacio, grão-mestre da ordem, da proclamação da independência em 20 de agosto..." Foi provavelmente a notícia recebida no Ipiranga...

(65) Carta de D. Leopoldina a Schaffer: "nichtswurdige Frauengleich einer Pompadour und Maintenon...".

(66) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 548.

(67) Rocha Martins, op. cit. pág. 159.

(68) Op. cit. pág. 160. Pedro Calmon diz que D. Pedro foi quem levou José Bonifácio à maçonaria, op. cit. pág. 192, o que não parece possível. É preferível, portanto, ficar com a opinião de Rocha Martins.

(69) Rocha Martins, op. cit. pág. 202, Segundo o "Livro Maçônico do Centenário", págs. 112-113, 116 e 296, José Bonifácio foi Grão-Mestre da maçonaria brasileira em 1822 e, depois, de 1831 a 1838. O Grande Oriente do Brasil (op. cit. pág. 116) constituiu-se em 1822 regularmente.

(70) Op. cit. pág. 160.

(71) Pedro Calmon, op. cit. pág. 192.

(72) Oliveira Lima, op. cit. pág. 81; "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pág. XIV.

(73) Rocha Martins, op. cit. pág. 149.

(74) Autógrafo duma coleção particular em mão do autor, dirigido ao sr. Pedro Sertoris.

(75) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 652.

(76) Oliveira Lima, op. cit. pág. 311.

(77) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pág. XXI.

(78) Varnhagen, op. cit. pág. 173.

(79) Lord Cochrane, "Memórias", Editorial América, Madrid.

(80) V. Restrepo, "História da Colômbia", ed. de 1838, t. I, pág. 225.

(81)Abdias Neves, "A guerra de Fidié".

(82) Autógrafo existente no Museu Histórico.

(83) Oliveira Lima, op. cit. pág. 254.

(84) Menezes Drummond, op. cit.

(85) Varnhagen, op. cit. pág. 108.

(86) Oliveira Lima, op. cit. pág. 241.

(87) Varnhagen, op. cit. págs. 167-168 e **nota de Rio** Branco.

(88) Rocha Martins, op. cit. pág. 239.

(89) Oliveira Lima, op. cit. pág. 367.

(90) "Anais da Bibioteca Nacional", t. cit. pág. XVII.

(91) Tobias Monteiro, opc. cit. pág. 688. Na sua fala em nome da Câmara e

do Povo, a 9 de janeiro de 1822, dizia José Clemente ao Príncipe D. Pedro: "Será possível que V. A. R. ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali, em muitas províncias do Brasil, por não dizer em todas elas?... " Os próprios maçons assim preveniam o futuro Imperador.

(92) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. págs. XXII e segs.

(93) Pedro Calmon, op. cit. pág. 136.

(94) Op. cit. págs. 138 e 141. "Instalou-se o **Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz** a 2 de junho de 1822. O Príncipe D. Pedro foi eleito unanimemente Arconte-Rei e José Bonifacb, Cônsul. D. Pedro prestou juramento de Arconte-Rei na sessão seguinte de 22 de junho, na qual se leram os estatutos. Assinaram os primeiros a fórmula do juramento: D. Pedro, José Bonifacio, Nobrega, Coutinho, Lêdo, Manuel Carneiro de Campos, José Clemente (que por sinal começou a escrever Joaquim em vez de José), Guimarães Peixoto, frei Francisco de S. Paio, Cordilho da Barbuda, Amaro da Silva, João Vieira de Cavarlho, José Maria Pinto Peixoto, João da Rocha Pinto, Manuel Antonio e Manuel Luiz Alvares de Azevedo, Muzzi, Luiz de Saldanha da Gama e estrangeiros como Ten Brink, Carlos Heindrinks, Pedro Ursini Grimaldi. Entre as obrigações dos associados estava: — Defender por todos os meios a integridade, categoria e independência do Brasil, como reino, e a constituição legítima do Estado, promover com todas as forças a moralidade e instrução pública deste reino. D. Pedro tomou o nome patronímico de Rómulo, José Bonifácio o de Tebiriçá, Antonio Carlos o de Falkland. O **Apostolado** decidiu criar palestras na Bahia, em Pernambuco, em S. Paulo e Minas. Os profanos eram chamados **paisanos.** A 2 de fevereiro de 1823, o **Apostolado** resolveu subdividir-se em três **palestras,** cada uma com trinta camaradas. A primeira se denominou Independência ou Morte, a segunda União e Tranqüilidade e a terceira Firmeza e Lealdade. Antonio Carlos foi escolhido **caudel** da primeira, Antonio Teles da Silva da segunda e o barão de Santo Amaro da terceira. As **palestras** deviam trabalhar na ordem seguinte: a primeira de 1 a 10 de cada mês, a segunda de 11 a 20 e a terceira de 21 em diante. O Arconte-Rei pertencia a todas as **palestras** e os Apostolados ficavam pertencendo à **palestra** que lhes tocasse por sorte. Distinguia os associados um laço de fita no braço direito, amarelo para a primeira **palestra,** verde para a segunda e verde-amarelo para a terceira. Um laço no peito direito para os diferentes graus: branco para os Apóstolos, azul-celeste para os Cavaleiros, encarnado para os Escudeiros e amarelo para os Recrutas. Foi na sessão de 15 de maio de 1823 que Antonio Carlos recebeu o grau de Apóstolo. No **Apostolado** se discutiu um projeto de constituição política para o Brasil, e cujas cópias existem no arquivo do Castelo d'Eu". Alberto Rangel. "D. Pedro I e a marquesa de Santos", Tours, 1929, págs. 324-325, **nota.** Mario Melo, em "A maçonaria no Brasil", in "Livro Maçônico do centenário", pág. 200, diz que o Apostolado era a reprodução do Areópago do Itambé tendo cada Palestra 12 Apóstolos e 2 Presidentes. Os Iluminados e a Burschenchaft também têm Apóstolos. O arquivo do Apostolado, confiscado por D. Pedro I, está no Instituto Histórico, ao qual foi oferecido por D. Pedro II.

(95) Varnhagen, op. cit. pág. 194.

(96) Op. cit. pág. 277.

(97) Tobias Monteiro, op. cit. págs. 715 e segs. Eis como Alberto Rangel nos dá conta do episódio: "D. Pedro a 17 de julho de 1823, esporeado pela injustiça do conceito que enxovalhava a amiga, o insuflado por certas comunicações como a da carta a que alude a viúva Graham, contendo mais de 300 assinaturas de queixosos de violências dos Andradas em S. Paulo, arranca-se da cama onde se achava enrolado em ataduras, e, interrompendo a conferência com o seu egrégio interlocutor, envolve-se no manto e escapa-se para a averiguação em que o seu denodo se compraz. Fora caem pancadas de água. Aguardam-nos alguns oficiais e o piquete de uns cinqüenta soldados. Todos montam em cavalos desterrados para ensurdecer a ronda. A noite é propícia à diligência imposta por denúncia anônima. Não há um gato nas ruas. Galopar fúnebre o daqueles vultos embuçados e silenciosos. O tropel detém-se. Apeiam-se todos e o Imperador bate de modo particular à porta conhecida, a do **Apostolado,** coito os discolos e enfático, refúgio de dissidência maçônica, cozinha de mal-assombrados da Constituição que não veio a termo, homisio de insfdias e conluio de poiticantes. A entrada do afiliado e grão-mestre é feita segundo protocolo de simbolismos tétricos. Chusma de punhais enrista-se à passagem do Arconte-Rei; os que o acompanham,

ignorantes do ritual e supondo que atacavam o Imperador, puxam das espadas. Contendo os companheiros, d. Pedro arreda-os para o vestíbulo. A passadas resolutas e de sobrolhos carregados, ele apossa-se da cadeira da presidência, de onde expulsa Antonio Carlos. Assenhoreando-se dos papéis encontrados sobre a mesa. D. Pedro dirige a palavra aos circunstantes, ditando-lhes com toda a calma: - Podem retirar-se, ficando cientes que não haverá mais reuniões no Apostolado sem a minha ordem! — Os soldados da escolta, na porta de saída, abriram alas aos supostos conspiradores, que passavam incólumes para outros focos de intriga e outros covis de rebelião. Não se ergueu um braço armado, não chocalhou uma algema", "D. Pedro I e a marquesa Santos". Tours, 1928, págs. 324-325. Nem parece uma página de história. Tem o sabor duma página de romance de aventuras. A maçonaria derrubou D. Pedro I no 7 de Abril, mas o Imperador a desmoralizou com a virilidade de suas atitudes e, depois de servir-se dela, deu-lhe com os pés... O **ingrato...**

(98) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 801.

(99) Varnhagen, op. cit. pág. 305, **nota** de Rio Branco.

(100) Tobias Monteiro, op. cit. pág. 802.

(101) "O Tamoio", n.° 5, de 2 de outubro de 1823.

Legendas das Ilustrações:

1 — Bandeira do regimento de Saint Louis em l'llle, da Guarda Nacional de Paris ao tempo da Revolução Francesa, segundo a "Histoire de France de 1789 a 1875", de Albert Mallet, ed. Hachette. Quase todas as bandeiras das chamadas Meias Brigadas da Revolução e dos Regimentos e Legiões do Império Napoleônico, como se pode verificar em M. Vérillon, "Les trophées de la France", ed. J. Leroy, Paris, 1907, e Henri Bouchot, "L'Epopée du Costume Militaire Français", ed. Henry May, apresentam a mesma forma: o losango branco entre os triângulos de cor. O losango é a união pela base dos dois triângulos da Magsen David judaica. Sob essa forma losangular se apresentam, segundo veremos na 2." parte desta História, no escudo da República dos Farrapos. As antigas bandeiras reais encerravam geralmente a cruz latina, grega ou de Santo André. O losango marca no mundo a intervenção maçônico-revolucionária nas bandeiras dos povos.

2 - Bandeira do Império do Brasil criada pelo decreto de 18 de setembro de 1822, assinado por D. Pedro I e referendado por José Bonifacio. A influência do losango maçônico-francês é manifesta; mas as armas imperiais ao centro cristianizam o glorioso pavilhão. Os positivistas substituiram-nas pelo globo azul ligeiramente modificado da Confederação do Equador.

(102) "Anais da Biblioteca Nacional", t. cit. pág. LI.

(103) Veremos a prova disso no capítulo subseqüente, com abundante documentação. O grão-mestre Mario Bhering, dada a natureza de seu alto cargo maçônico, não se podia enganar neste ponto. O foco emancipador do Brasil estava fora do Brasil! Como nós somos queridos e estimados pela maçonaria internacional e só pelos nossos lindos olhos!

(104) Disfarce do internacionalismo judaico. Só a quem não tem pátria e vive na pátria dos outros convém acabar com o sentimento de pátria.

(105) O grifo é nosso e a confissão o merece...

(106) Daí a necessidade de maçonizar a educação...

(107) Através da maçonaria, Israel combate com essa sinuosa habilidade todas as preponderâncias e hegemonias, afim de que somente haja a sua preponderância e a sua hegemonia. Será possível que os maçons sinceros, porque os há, ainda não tenham visto que estão servindo de espoletas ao Povo Eleito?...

(108) Outro grifo bem merecido.

(109) O cidadão do universo é o judeu errante. Por isso, só lhe convém que os cidadãos do universo tenham todos os direitos em todas as pátrias.

(110)'Esta longa tirada foi extraída das págs. 32 e 33 do "Livro Maçônico do Centenário", ed. do Grande Oriente do Rio de Janeiro, 1922. As págs. cits. se acham no trabalho de. Marco Aurelio, pseudônimo de qualquer **Poderoso Irmão,** sob o título "O que é a maçonaria". A publicação em apreço foi organizada pelos **Irmãos** Otaviano Bastos, Optato Carajurú e Everardo Dias.

XV

(1) Pedro Calmon O Rei Cavaleiro", pág. 53. Era o Grande Oriente e Supremo Conselho do Rito Escocês, estabelecido na cidade de Cartagena em 1822, **apud** "Livro maçônico do centenário", pág. 116. Diego Carbonell, "Resumen historico de la ultima dictadura del Libertador", ed. do "O Norte", Rio de Janeiro, 1922.

(2) "Anais da Biblioteca Nacional", t. XLIII-XLIV, págs. XXVIII e XLVIII.

"Vêem-se os homens hábeis e polidos na culminância do poder, os artigos discutidos parágrafo a parágrafo, as conferências, os aposentos solenes, a mesa hirta com os papéis e o tinteiro em cima — mesuras, relatórios, fardas — não se vê o ouro que corre de bolso para bolso, nem as consciências que amolecem, nem as algibeiras sem fundo — nem a vida secreta...", Raul Brandão, "El Rei Junot", *2;* ed. da Renascença Portuguesa, Porto, págs. 103-131.

Hipólito vendera-se também ao conde de Linhares, segundo doc. da coleção de papéis deste na Bibíoteca Nacional. Era um bom jornalista.

(3) Op. cit. t. cit. pág. XLVI.

(4) Zuniga, "La Loja **Lautaro** y la Independencia de America", Buenos Aires, 1922. As lojas do Brasil exigiam o mesmo juramento em prol da independência.

(5) Zuniga, op. cit.

(6) Escragnolle Taunay, "A Bahia de D. João VI".

(7) Henry Koster, "Voyages dans la parte septentrionale du Brésil", Gide Fils, Paris, 1818, t. I, págs. 7, 20, 21, 24, 29, etc.

(8) Op. cit. t. cit. págs. 124, 128, 185-188, 202.

(9) Op. cit. t. cit. págs. 291, 295, 310, 311, 312, 317. Simplicio Dias da Silva, conforme atesta o "Livro maçônico do centenário", pág. 299, era maçon benemérito!...

(10) Op. cit. t. II.

(11) Pedro Calmon, "História da Civilização brasileira", pág. **160.**

(12) Julío Pena, "Cartas de Rivadavia".

(13) "Anais da Biblioteca Nacional", t. XLIII-XLIV, Introdução, pág. XLVI.

(14) Pouget de Saint André, "Les auteurs cachés de la Révolution Française", pág. 118.

(15) Thibaudeau, "Mémoires", t. I, pág. 14. Cf. do Pradt, "Histoire de la Belgique".

(16) Pouget de Saint André, op. cit. págs. 119-120. Sobre c general Miranda é conveniente consultar "Archivo del General Miranda", Caracas, 1929-1933, 12 vols. A biblioteca do Museu Histórico Nacional possue essa obra.

(17) Duquesa de Abrantes, "Memóires", t. I, pág. 290.

(18) O Kelly de Galway, "Miranda".

(19) Sempre Londres, como foco das conjuras.

(20) O grifo é nosso.

(21) **Relatório** do ministro dos negócios da Marinha e Ultramar, apresentado em Lisboa a 19 de janeiro de 1824. Os gritos são nossos.

(22) "A liberdade de cultos no Brasil", Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 1877, contendo as cartas publicadas no "Correio Paulistano" por **Velho Liberal,** pseudônimo do conselho Benedito Ottoni, pág. 85.

(23) Esse malhete de bronze dourado, com as iniciais D. P. 1.° (D. Pedro Primeiro ou Defensor Perpétuo Primeiro?), acompanhado do avental de Acácia, da insígnia kadoschiana da Águia Branca e Preta, e do gládio maçônico, de uso do grão-mestre Guatimozin, estão no Museu Histórico.

(24) Manifesto do Grande Oriente do Brasil em 1832, já citado.

(25) "A liberdade de cultos no Brasil", loc. cit. A maçonaria foi fechada pelo alvará de 30 de março de 1818 e autorizada a funcionar pela carta de lei de 20 de outubro de 1823, diz Rio Branco. "Efemérides Brasileiras", pág. 122. D. Pedro fechou, depois, **manu militari, o Apostolado.** O Grande Oriente foi fechado por **prancha** do Guatimozin.

(26) Manuel Jacinto Nogueira da Gama, "Relatório da Fazenda", 1823.

(27) **Manifesto** de D. Pedro, de 6 de agosto de 1822.

(28) Castro Carreira, "História financeira e orçamentária do Império do Brasil".

(29) Titulados posteriormente como visconde de Itabaiana e marquês de Barbacena.

(30) Gustavo Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", 5.ª edição, págs. 31-33. O texto do contrato se acha na op. cit. de Castro Carreira.

(31) Gustavo Barroso, op. cit. págs. 34-35.

(32) Op. cit. pág. 186.

(33) Op. cit. págs. 44-46.

(34) Carta do barão de Mareschal a Metternich.

(35) Pedro Calmon, "O Rei Cavaleiro", pág. 149.

(36) Uisses Brandão, "A Confederação do Equador" in "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano", n.° 123-126, pág. 134.

(37) Pereira Pinto, "Memórias sobre a Confederação do Equador".

(38) Teófilo Ottoni, **Discurso** na inauguração da estátua de D. Pedro I, no Rio de Janeiro.

(39) Pereira Pinto, "Notícia histórica sobre a revolução pernambucana de 1824".

(40) Ulisses Brandão, op. cit. pág. 194.

(41)N.° 123-126.

(42) Ulisses Brandão, op. cit. pág. 154.

(43) Op. cit. pág. 155. Que imporia a unidade nacional a uma sociedade judaica internacional?

(44) Op. cit. pág. 170.

(45) Op. cit. pág. 171.

(46) E era simplesmente a Acácia simbólica de Hiram...

(47) Libérrima nas mãos da caudilhagem grutesca e ensangüentada de que a centralização imperial nos livrou até 1889; libérrima nas mãoc dos Otorguez, dos Facundo Quiroga, dos Rosas, dos Oribe Corta-Cabeças e dos Lopez...

Manuel de Carvalho Páis de Andrade, quando chefe da
Revolução de 1824. A fisionomia judaica é inegável.

(48) Op. cit. pág. 180.

(49) Seria Manuel de Carvalho Páis de Andrade? Tudo o leva a crer.

(50) Pereira Pinto, op. cit.

(51) Visconde de Ourem, "Confedération de l"Equateur", manuscrito no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, L. 144, Ms» 3.157.

(52) O dia 1.° de maio é uma data preferida pelas sociedades secretas. Já Weishaupt, o judeu criador da seita secreta dos Iluminados, a festejava, porque era antiqülssima festa pagã, quando nas aldeias se costumava plantar ritualmente a árvore de Maio, o Mai dos franceses, avó das famosas **árvores da Liberdade,** todas parentes da Acácia de Hiram. Como no dia 1.° de maio de 1831 chegasse a Paris são e salvo o poeta judeu Henri Heine, agente das sociedades secretas, essa data foi escolhida por Engels para a festa dos trabalhadores, inventando-se uma história muito mai contada, para justificar a escolha, sobre as greves de Chicago, em 1886. Vê-se a data escolhida maçonicamente na Confederação do Equador antes de Heine chegar a Paris e dos operários de Chicago fazerem greves, o que mostra a relação com o Maio do paganismo. Cf. Sallustre, "Les origines sécrétes du bolchevisme", Paris, 1930, págs. 264-266.

No livro do maçon Dario Veloso, "O Templo Maçônico", às págs. 174-175, lê-se o seguinte: "Os maçons são artífices, operários da civilização. 0 1.° de maio é para todo maçon promessa, símbolo, hino do Trabalho... Que o 1.° de maio, dignificação universal do Trabalho e do Amor, inaugure a aliança inefável da Ciência, da Arte e do Mistério, os três veículos da Paz".

Parece-nos bastante para demonstrar a ligação maçônica do socialismo e da maçonaria, ambos ligados ao Mistério, isto é, o Kahal, o governo oculto judaico...

(53) Armitage, "História do Brasil".

(54) Na sua **Proposta** para a constituição dum Governo Provisório, Pais de Andrade fala da "ameaça de invasão dos portugueses" e do "absolutismo do ministério".

(55) O primeiro vapcr que navegou no Brasil foi construído na Bahia em 1818 por Caldeira Brant, depois marquês de Barbacena, e inaugurado em 1819. Em 1821, havia o vapor "Bragança", no Rio de Janeiro. Somente em 1825, a Marinha de Guerra adquiriu o "Correio Imperial". Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pág. 376.

(56) Ulisses Brandão, op. cit. págs. 223 e segs.

(57)Mary Graham, "Jornal of a voyage to Brazil", Londres, 1824.

(58) Estilo do século os pomposos nomes dos exércitos em campanha. Ainda em 1851, o que marchou contra Rosas se chamava Grande Exército Aliado Libertador da América do Sul. (59) Ulisses Brandão, op. cit. págs. 232-233.

(60) Ofício de Lima e Silva, datado de 18 de setembro de 1824.

(61) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", dias 12, 13 e 14 de setembro de 1824. Ação verdadeiramente de judeu...

(62) Ofício de 1.° de outubro de 1824.

(63) Ulisses Brandão, op. cit. pág. 252.

(64) Op. cit. pág. 258.

(65) Frei Caneca, **Itinerário, in** "Obras Completas, publicadas por Antonio Joaquim de Melo.

(66) Frei Caneca, Joaquim do Amor Divino, era filho do tanoeiro Domingos da Silva Rabelo (?). Cf. Mario Meio, "O suplício de frei Caneca" **in** "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano", n.° 123-126.

Escudo da bandeira da Confederação do Equador, no qual se vêem perfeitamente os sinais cabalísticos-maçônicos das Estrelas de cinco pontas, do olho, da Mão-Opaca e da Roda da Fortuna. Esse brazão é um verdadeiro pentáculo de ciência oculta. A Roda da Fotuna pode ser comparada com a de qualquer estampa do Tarot para se verificar a inteira semelhança. Veja-se, por exemplo, no livro de Stanislas de Guaita, "La clef de la magie-noire", onde o Tarot está todo figurado. O globo central é o que inspirou os positivistas e maçons de 1889, quando modificaram a gloriosa bandeira imperial. No tempo da monarquia, as estrelas que representavam as províncias, eram iguais e eqüidistantes, em volta dum círculo. As do globo republicano, que representam os Estados, são desiguais e dispersas. Não têm mais ligação com o centro. Com efeito, a política judaico-maçônica desuniu as províncias e criou as hegemonias de umas sobre outras, geradoras de lutas fatricidas. Essa desunião e dispersão nascem com o globo da bandeira maçônica-cabalista de 1824. Os símbolos nacionais precisam ser desinfetados de todo esse maçonismo anti-brasileiro. A primeira reação foi a do sr. Eurico de Góis. Seguiram-se outras. Outras se seguirão. Trazemos neste livro uma contribuição inédita para essas reações: a explicação cabalístico-maçônica dos símbolos, que ainda não fora tentada, e que esclarece os **dessous** de nossa história.

(67) Ulisses Brandão, op. cit. pág. 233. "O **irmão** vítima de injustia ou indignidade deve ser amparado e defendido à custa dos maiores e mais intensos sacrifícios... Não há força ou interesse que deva prevalecer, quando se trate de salvar de mãos infames a vítima do Direito, da Razão e da Liberdade... No dia em que a ordem estarrecer ante um ato de suprema reivindicação e inteira justiça, deixou de existir..." V. Dario Veloso, "Templo Maçônico", pág. 157.

(68) Op. cit. pág. 143.

(69)N.° 123-126, entre as págs. 214-215.

(70) Págs. 142-144.

(71) "Le Temple de Satan", ed. Henri Duville, Paris, 1915, pág. 368.

(72) Stanislas de Guaita, "La clef de la magie noire", ed. Henri Duville, Paris, 1920, págs. 251-252.

(73) Dario Veloso, "O Templo Maçônico", Curitiba, 1827, pág. 230. Idem, pág. 230: "Olho da Providência, indicação mais fácil e assimilável do Círculo, antigo emblema simplificado do Horus egípcio".

Como tudo isso na bandeira duma revolução **brasileira** é brasileiro!...

XVI

(1) Essa influência está documentada em um trabalho do alto maçon, dr. Liberato Bittencourt, "O que é a maçonaria - Esboço histórico", **in** "Revista do Ginásio 28 de setembro", n.° 6 de agosto de 1936, pág. 144: "Um povo ignorado até então estava destinado a trocar a voz do mundo e a transmitir-nos também sua religião e seus mistérios **(slc).** Calavam-se os outros povos, haviam talvez desaparecido, quando uma nova família crescente e poderosa, aparece na cena do mundo, recebendo certamente a herança do passado, para legá-la à posteridade. Falamos dos judeus".

(2) Alberto Rangel, "D. Pedro I e a marquesa de Santos", 2.ª ed. pág. 11.

(3) Alberto Rnagel, op. cit. pág. 10.

(4) Ata do Apostolado, de 7 de maio de 1923, no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(5) É o que dizem diplomatas como Gestas e Mansfeldt nos seus relatos.

(6) E. T. Bõsche. "Quadros Alternados'", pág. 163: "Não há talvez no mundo soldado algum que entenda melhor do que D. Pedro do manejo das armas e dos exercícios com a espingarda".

(7) Alberto Rangel, op. cit. págs. 14-15.

(8)Op. cit. pág. 17.

(9) Op. cit. pág. 37.

(10) Op. cit. pág. 41.

(H)Nenuma documentação melhor para demonstrar essa afeição do povo do que os ofícios diplomáticos de Maler, que conferem com os elogios de Armitage, de Debret e até, às vezes, do próprio Evaristo da Veiga.

(12) Alberto Rangel, op. cit. págs. 21-23.

(13) Op. cit. pág. 61.

(14) Op. cit. pág. 162.

(15) Op. cit. pág. 138.

(16) Op. cit. pág. 150.

(17) Op. cit. pág. 156.

(18) Op. cit. pág. 162.

(19) A maçonaria e a politiqueira criando óbices ao governo e tornando a guerra impopular.

(20) Alberto Rangel, op. cit. págs. 243-244.

(21) Alberto Rangel, op. cit. págs. 163-165.

(22) Op. cit. pág. 179.

(23) Ofício do barão de Mareschal, de 2 de fevereiro de 1827.

(24) Alberto Rangel, op. cit. pág. 179.

(25) Op. cit. pág. 179 e segs.

(26) Op. cit. pág. 185. Apud manuscritos de Sebastião Belford, no arquivo do Instituto de S. Paulo.

(27) Embora oficialmente fechada, a maçonaria mantivera o fogo sagrado desse espírito e dessa paixão.

(28) Cipriano Barata era maçon graduadíssimo implicado em todos os movimentos subversivos, desde a conjura dos Alfaiates na Bahia, em 1798. José Estevam **Grondona** cheira de longe a judeu... Era um reles aventureiro. Sentinela da Praia Grande, isto é, da loja Distintiva de Niterói; refugiada no Prata, por ter sido fechada ali, como as outras lojas. O **ingrato!... O perjuro!** No Prata, ajudando os inimigos tradicionais do Brasil, se aninhavam os inimigos do Império. Que patriotas!...

Eram dezenas desses refugiados, que se diziam perseguidos pelo Imperador e tudo faziam pelo triunfo dos nossos inimigos externos. Em uma carta ao caudilho D. Juan Antonio Lavalleja, por exemplo, o agente Pedro Trapáni lhe recomenda o Padre Caldas, que passava ao Uruguai fugindo às garras do tirano, que se alegrava com os triunfos orientais e estava prestes a lutar (!) pela causa uruguaia, da qual considerava depender a liberdade no Brasil! Cf. "Archivo del general Juan A. Lavalleja" - 1826-1827 - Publicado por el Archivo General de la Nación de la República Oriental del Uruguay

— Montevidéu — Imp. El Siglo Ilustrado — 1935, págs. 5-6. O documento mostra como a maçonaria e a poiticagem obliteram o senso do patriotismo, de maneira que um sacerdote brasileiro se alegra com as vitórias do inimigo e está prestes a colaborar com ele contra seu país!

(29) Miserável testa-de-ferro do judaísmo que fazia a guerra estrangeira e do maçonismo, seu aliado que fazia a guerra interna dos partidos. Os judeus corriam a ajudar os uruguaios como podiam, até com cirurgiões para as suas tropas como o famoso Mayer. Cf. "ARchivo dei general Juan A. Lavalleja", pág. 46. Na obra citada, se encontram duas referências à ação das forças secretas nos negócios do Prata. Uma num borrão de ofício de Lavalleja A D. Miguel G. Planes, pág. 163: "Ocultas manos entorpecen los negocios de Ia Província". Outra numa carta de Augustin Almeyda a Lavalleja, pág. 391: "Los enemigos encubiertos...".

(30) Alberto Rangel, op. cit. págs. 185-186.

(31) Ofício de 14 de novembro de 1827.

(32) Alberto Rangel, op. cit. pág. 189.

(33) Op. cit. págs. 190-191.

(34) Op. cit. pág. 195.

(35) Op. cit. pág. 197.

(36) Antonio Augusto de Aguiar, "Vida do marquês de Barbacena", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896, pág. 713.

(37) Op. cit. pág. 673.

(38) Op. cit. pág. 725.

(39) Op. cit. pág. 207.

(40) Op. cit. loc. cit.

(41)Op. cit. pág. 139.

(42) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pág. 130.

(43) Op. cit. págs. 243-244.

(44) Op. cit. pág. 171.

(45) Amadeu Baldrich, "História de Ia guerra del Brasil", pág. 78.

(46) "Yo tenia Ia mayor confianza de que los enemigos debian ignorar el que nos hubiésemos introducido ya en ei Rincón, y por conseguiente que se nos aproximarian como quien venia a encontrase con sus amigos", **Parte oficial do combate por Frutuoso Rivera.** A traioeira emboscada está bem caracterizada. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", dia 24 de setembro de 1825, págs. 462 e 489.

(47) V. Rio Branco, op. cit. pág. 97; "História do general Osório", t. I, págs. 145-146; "Apontamentos biográficos para as campanhas do Uruguai e Paraguai", Rio de Janeiro, 1866.

(48) Amadeu Baldrich, op. cit. pág. 77, **nota:** ..."resulta que los expedicionarios fueron en realidad 34 y non 33. La verdade es que uno de sus miembros, el soldado Tiburcio Gomez, fué suprimido de las listas primitivas por Lavalleja y Oribe, pero el humilde y glorioso legionario reclamo de esta omisión, que se dice intencionada. El expediente que se formó al respecto, esclareció de modo indubitable el derecho de Gomez".

(49) Alberto Rangel, op. cit. pág. 172.

(50) Sobre a guerra naval no Prata, o corso e as presas, V. Teotonio Meireles, "História Naval Brasileira", na qual se contêm inúmeras partes oficiais do almirante Rodrigo Lobo; Garcez Palha."Efemérides Navais"; Henrique Boiteux, "Os nossos almirantes"; Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", sobretudo págs. 4-5; Amadeu Baldrich, "História de Ia guerra del Brasil"; Angel Carranza, "Campanãs navales de Ia Republica Argentina".

Para se ver que nos sobram razões no que afirmamos, basta o seguinte, que se encontra em J. Armitage, "História do Brasil", *2:* ed. pág. 155: A 6 de julho de 1828, chegou ao Rio de Janeiro "o vice-almirante francês Roussin, com uma nau e duas fragatas, exigindo expressamente a imediata restituição de todas as embarcações francesas tomadas no Rio da Prata, e uma indenização das perdas ocasionadas, o que causou grande agitação em toda a cidade. Ambas as Câmaras estavam dispostas a não aceder à exigência; contudo, como Roussin ameaçasse empregar a força, se fossem ineficazes outros meios, D. Pedro assentou terminar a questão, e de seu próprio arbítrio ordenou a restituição das embarcações reclamadas, com indenização das perdas e transmitiu a competente declaração ao comandante francês. Foram conseqüentemente entregues as embarcações e ficou tratado que a indenização das perdas seria ultimada antes

de se finalizar o ano de 1829".

O episódio demonstra como a judiaria do mundo, alapardada atrás dos governos, violava o bloqueio, certa de se ressarcir dos prejuízos **manu militari,** quando seus barcos com contrabando de guerra fossem apresados. Que havia de fazer o Imperador, assoberbado de dificuldades criadas pela política e pela guerra, senão capitular?

(51) Alberto Rangel, op. cit. pág. 173.

(52) Op. cit. loc. cit.

(53) Carta de Martius, de 4 de março de 1865, no arquivo do Castello d'Eu.

(54) Op. cit. pág. 178.

(55) Veremos na *2;* parte desta História Secreta as ligações de Vergueiro com as sociedades secretas. Lino Coutinho era companheiro de Agostinho Gomes, Cipriano Barata e Antonio Carlos, maçons notórios, tendo com eles pertencido às Cortes de Lisboa, de onde se evadiram a 5 de outubro de 1822. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pág. 477.

(57) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pág. 189.

(57) Enrique T. Rottjer. "Las operaciones de Ia guerra del Brasil y Ia batalha de Ituzaingó", Buenos Aires, 1927, pág. 30.

58) Amadeu Baldrich, op. cit. pág. 211.

59) Saldias, "Historia de Ia Confederación Argentina, ed. La Facultad, Buenos Aires, 1911, t. I, pág. 231.

(60) "Impugnación de Ia respuesta dada ai Mensaje del Gobierno de 14 de setiembre", Buenos Aires, 1827, **in** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob o n.° 15.083.

(61) O grifo é nosso. **Alvanel,** diz o dicionarista Morais, ê "pedreiro de alvenaria". Quereria o autor, sem coragem de falar abertamente, se referir aos pedreiros-livres ou maçons que demoliram o trono?

(62) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pág. 229.

(63) Angel Carranza, op. cit.

(64) Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pág. 234.

(65) Souza Doca, "A convenção preliminar de paz de 1828", págs. 173, segs. e **passim.**

(66) Oneto y Viana, "La dipbmácia del Brasil en el Rio de Ia Plata".

— "Le Veau d'Or est toujours debout" —

A adoração de Bezerro de Ouro, segundo um desenho do jornal "La libre parole" de 1.° de agosto de 1936. É um belo projeto de estátua para o Imperador do Brasil, Rothschild I, em substituição ao monumento de D. Pedro I, no largo do Rocio, quando se proclamar a República Soviética do Anti-Brasil.

(67) Souza Dóca, op. cit. loc. cit.

(68) Gustavo Barroso, "A guerra do Vidéu", Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1930, págs. 235-236.

(69) Amaro Cavalcanti, "A vida econômica e financeira do Brasil" **in** "Anais da Biblioteca Nacional", t. XXVIII, pág. 16.

(70) Gustavo Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", 5.' ed. págs. 51 e segs.; Candido de Oliveira, "Sistema Financial do Brasil", São Petersbugo, 1842; Castro Carreira, "História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação"; Osvaldo Aranha, "Exposição à Constituinte", 1934.

(71) D. Maria da Gloria, em sua estadia na Inglaterra. Sobre essas despesas, consulte-se Antonio Augusto de Aguiar, op. cit. pág. 603.

(72) Gustavo Barroso, "Brasil - colônia de banqueiros", 5.' ed. págs. 55-56.

(73) A leitura dos famosos "Protocolos dos Sábios de Sião" decifra o enigma da Esfinge da História...

XVII

(1)"0 arcipreste da Sé de São Paulo Joaquim Anselmo de Oliveira e o clero do Brasir, Rio de Janeiro, 1873. Nesse Dvro se pinta a obra de descritianização levada a efeito através da Faculdade de Direito de São Paulo.

(2) Spencer Vampré, "Memórias para a história da Academia de São Paulo", Saraiva & Cia., São Paulo, 1924, t. I, pág. 5.

(3)Op. cit. t. cit. pág. 14. Cf. C. H. de Figueiredo "Fundação das Faculdades de Direito no Brasil", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. XXII, págs. 507-526.

(4) Cp. cit. t. cit. pág. 21.

(5) Em São Paulo, em março. Visconde de São Paulo, "Anais da Província de São Pedro", pág. 40.

(6) Spencer Vampré, op. cit. t. cit. pág. 46.

(7) Op. cit. t. cit. págs. 4-5.

(8) "Livro do centenário dos cursos jurídicos no Brasil", ed. da Livraria Americana, Porto Alegre, 1927.

(9) Spencer Vampré, op. cit. t. cit. - "À feição de prefácio".

(10) O autor deste livro fez toda a sua carreira dificilmente, sozinho, sem nunca ter pertencido a sociedades secretas de qualquer natureza, nem mesmo a **coteries** literárias. Pelo contrário, sempre as combateu. Pode, pos, falar aos moços de cabeça erguida, mostrando ser possível vencer sem aliar-se às trevas.

(11) V. a habilidade desse recrutamento de estudantes para as lojas dos Iluminados a que se filia a Bucha paulista em Le Forestier, "Les llluminés de Baviére", págs. 56-60.

(12) Na 2.ª parte desta obra, entraremos em minúcias espantosas sobre as sociedades secretas de estudantes no Brasil.

(13) V. a **nota 49** do cap. III.

XVIII

(1) "Manual de História Argentina", pág. 397.

(2) "El Argentino".

(3) "Rosas y su tiempo", t. III, pàg. 211.

(4) "America — Historia de su colonización, dominación y independencia".

(5) H. D., "Ensayo de Historia Pátria", ed. de 1901, por exemplo.

(6) Bastam, para exemplificar, Brandsen, morto em Ituzaingó, e os lanceiros alemães do barão Heine.

(7) Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", Imprensa Nacional". Rio de Janeiro, 1930, págs. 230-232.

(8) "Rio de Janeiro wie es ist" — Beitrage zur Tages und Sittens Geschichte der Haupstadt von Brasilien mit vorzuglicher Rücksischt auf die Lage des dortigen deutschen Militairs" — Hannover, 1829, im Werlage der Hahn'schen Hofbchandlung. Isto é: "O Rio de Janeiro tal como é" — Contribuição para a história dos costumes da capital do Brasil, com um excelente estudo da situação dos militares nesse país, Hannover, 1829, na livraria real de Hahn.

(9) O brigadeiro Massena Rosado que, antes de Barbacena, esteve no comando do Exército Imperial no Sul.

(10) Muitos batalhões de Caçadores, tanto no Primeiro como no Segundo Reinado, eram vulgarmente denominados Perequitos por causa dos penachos, chouriças e paramentos verdes de seus uniformes, ou por serem estes todos verdes.

(11) E. T. Bõsche, "Quadros Alternador", trad.de Vicente de Souza Queiroz, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1919, págs. 154 e 163.

(12) Gustavo Barroso, op. cit. loc. cit.

(13) Gustavo Barroso e J. Wasth Rodrigues, "Uniformes do Exército", F. Ferroud, Paris, 1922, pág. 35. A mudança foi em 1825. O corpo de linha de Sergipe tomou o n.° 26 e os caçadores alemães os n.°s 27 e 28.

(14) E. T. Bösche, op. cit. págs. 163, 170 e **passim.**

(15) Op. cit. págs. 139, 142, 144 e **passim.**

(16) Op. cit. pág. 155.

(17) Op. cit. págs. 157 e 182. Schlichthorst diz: ohne discipline.

(18) Op. cit. pág. 145.

(19) Op. cit. pág. 159.

(20) Op. cit. pág. 171.

(21) J. Armitage, "História do Brasil", 2.ª ed„ págs. 152-153; E. T. Bõsche, op. cit. págs. 181 e segs.

(22) E. T. Bõsche, op. cit. pág. 182.

(23) É um fato digno de nota. Veremos mais adiante sua grande importância e significação.

(24) Leia-se o artigo de fundo do jornal contemporâneo "Astréa", de 15 de junho de 1828.

(25) Armitage, op. cit. pág. 153, dá a demissão a 11 de junho, salvo engano; Rio Branco, nas "Efemérides Brasileiras", pág. 309, dá no dia 15, o que está certo. Do gabinete, composto por Barroso Pereira, na pasta da Guerra, Araujo Lima, marquês de Olinda, na do Império, Miguel Calmon, marquês de Abrantes, na da Fazenda, Teixeira de Gouveia, na da Justiça, Diogo de Brito, na da Marinha, e João Carlos Oyenhausen e Grevenbug, marquês do Aracati, na de Estrangeiros, somente este último foi conservado.

(26) Não sabemos por que nenhum historiador dá o nome do granadeiro condenado. Bõsche limita-se ao nome próprio e esta abreviatura. Por que o mistério?

(27) A narração que fazemos dos acontecimentos está documentada em Bõsche, op. cit. págs. 183 e segs.; Armitage, op. cit. pág. 153; e "Astréa", n.° cit.

(28) E. T. Bõsche, op. cit. pág. 205.

(29) Op. cit. loc. cit.

(30) **Mutatis mutandis** é o que diz Bõsche.

(31) Op. cit..pág. 153.

(32) E. T. Bõsche, op. cit. pág. 217.

(33) Palavras textuais de Corrego em presença de D. Manuel Puerreydon, que as reproduz em seu livro "Escritos históricos", págs. 179-180.

(34) Que vitórias? A única batalha e essa mesma indecisa foi a de Ituzaingó. Só se a **proto-fanfarronada** conta como vitórias os pequenos entreveros de guardas avançadas com a cavalaria de Bento Manuel no Passo do Umbu e em Sanga Funda.

(35) O Brasil nunca pediu a paz. Dorrego é que gritava por ela.

(36) O nome Bauer é caracteristicamente judeu. D. Frederico Bauer era um judeu alemão. Esse nome judaico de Bauer ficou célebre com o judeu convertido e ordenado padre, monsenhor Bauer, que se fez confessor da Imperatriz Eugenia para penetrar na intimidade da corte de Napoleão III e, depois do desastre de Sedan, tendo terminado sua missão de espionagem, abandonou os protetores, jogou a batina às ortigas e passou a viver escandalosamente.

(37) César Fournier, aventureiro sem escrúpulo, provavelmente judeu pelo que dele diz, no "Memorandum de Ia Marina. Argentina", o próprio almirante argentino Guilherme Brown: "más atento a salvar sus cofres que a pelear...".

(38) Daí o empenho dos granadeiros em continuar de guarda ao Paço Imperial, mesmo durante os dias dos conflitos...

(39) Adolfo Saldias, "História de Ia Confederación Argentina", ed. La Faculdad, Buenos Aires, 1911, t. I, pág. 251.

(40) "Rio de Janeiro wie es ist", págs. 388 e segs.

(41)1828.

(42) Saldias assegura em nota ter no seu arquivo o documento autógrafo do ministro de Dorrego e o estampa adiante.

(43) "D. Pedro I *e* a marquesa de Santos", pág. 13.

(44) O ofício original se acha no nosso Arquivo Nacional.

(45) Op. cit. t. I, págs. 252-253.

(46) O profeta enganou-se. O Império liquidou o poder de Solano Lopez.

(47) O grifo é noso.

(48) Epena não se conhecer essa carta, que revelaria muita coisa!...

(49) O ouro de Moscou já nos veio de Buenos Aires... E continuou a vir...

(50) Outro judeu alemão, Saldias equivocou-se, chamando-o Hin e general...

(51) Martim Francisco?

(52) As revelações da carta sobre os Andradas são verdadeiramente sensacionais. A ida secreta dos Andradas ao Prata mostra as articulações ocultas da maçonaria, empenhada com o judaísmo internacional na derrubada de D. Pedro. Daí a alegria, notada por Bõsche e Armitage nos republicanos e liberais, quando da revolta dos mercenários, alegria que não puderam esconder.

(53) Quando o Saco do Alferes ocupava o lugar atual da Avenida do Mangue, no trecho que vai até o Cais do Porto, ali se embarcava perto da Quinta. Foi ali que o Imperador embarcou, depois da abdicação.

(54) O corsário "Niger", do comando do capitão John Helsted Coe, foi Capturado nas águas platinas no dia 23 de maio de 1828, pelo brigue imperial "Caboclo", sendo incorporado à nossa frota, na qual deu serviço. Cf. Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", pág. 27.

(55) Que invadiu de surpresa, saqueou, ocupou e devastou o território das Missões, em 1828.

(56) Os liberais sempre vendendo a pátria no mercado da politicagem pessoal sob pretextos ideológicos! Mais uma articulação republicano-maçônica com o estrangeiro contra o Brasil!

Um documento do "Archivo del general Juan A. Lavalleja", publicado pelo governo uruguaio, alude a ligações com Bento Gonçalves, o futuro presidente da República Farroupilha, por intermédio do português Joaquim Barbosa, págs. 124-125.

(57) Refere-se à Revolução Farroupilha e injuria, ao mesmo tempo, o Império, os Farrapos e o duque de Caxias.

(58) "Cego instrumento" disse bem a contemporânea "Aurora Fluminense".

Façamos notar mais uma vez a satisfação dos republicanos e liberais, **arcades ambo,** assinada por Bõsche e Armitage.

(59) Curiosa revelação do plano gorado dos mercenários rebeldes.

(60) Crise idêntica foi observada por Bõsche no Rio de Janeiro. Como resulta clara a combinação das forças secretas! A Crise é a seara do judeu!

(61) Judas queria receber os 30 dinheiros, o preço do sangue cristão derramado pelos brasileiros, alemães e irlandeses nas ruas do Rio de Janeiro, lançados uns contra os outros pela insídia de Israel!

(62) Francesa ou judia-francesa? Escondido numa casa, enquanto a revolta dos soldados rugia nas ruas, estrondava a artilharia e corria o sangue. Harry Berger, outro articulador de desordens, cujos fios se prendiam mais uma vez no Prata, Buenos Aires e Montevidéu, fez o mesmo nos nossos dias e sem o mérito da originalidade...

(63) O judeu recebeu por dois carrinhos... Só se não fosse judeu...

(64) Das imensas manadas roubadas aos nossos estancieiros com que o caudilho ladrão conseguira passar a fronteira, enquanto se discutia a paz no Rio de Janeiro. Os roubos de gado estão documentados em "Archivo dei general Juan A. Lavalleja", 1826-1827, publicado por el Archivo de la Nación de la Republica Oriental del Uruguay", Montevidéu, Imp. el Siglo Ilustrado — 1935, págs. 7 a 11, 106, 437 e **passim.**

(65) Não é possível recusar fé histórica a documentos desta ordem. A articulação secreta do movimento de rebelião dos mercenários é um fato.

(66) Esta formidável carta de José Maria Roxas está publicada na fntegra em Adolfo Saldias, op. cit., t. cit. págs. 344-355.

(67) E. T. Bõsche, op. cit. pág. 237.

(68) Eduardo Prado, sob o pseudônimo de Frederico de S., "Fastos da ditadura militar", 2.ª ed„ 1890, pág. 101 e segs., com mapas admiravelmente elucidativos.

(69) E. T. Bõsche, op. cit. loc. cit.

XIX

(1) Um deles, Simão Stock, foi condenado à morte. Rio Branco diz nas "Efemérides Brasileiras", pág. 547: "20 de novembro de 1830 — É assassinado em São Paulo o dr. João Libero Badaró, redator do "Observador Constitucionai". - "Morre um liberal, mas não morre a liberdade!" - disse ele, antes de expirar. Este assassinato, embora devido a vingança particular, produziu, então, a mais profunda impressão no país inteiro, porque Badaró era jornalista". Podemos acrescentar a Rio Branco que certo mistério envolve esse crime, fazendo pensar nas sociedades secretas que, na época, começavam a tomar vulto em São Paulo. Nem de perto nem de longe, o Imperador teve parte do assassínio. Mas o cadáver de Badaró foi explorado contra ele, como o de Matteoti contra Mussolini.

(2) Emmanuel Malynski e Léon de Pocins, "La guerre occulte", pág. 29.

(3) Henri Robert Petit, "Le drame maçonique", pág. 89.

(4) Reconheceu-o o próprio D. Pedro I. V. a **nota** 33 no fim desse capítulo.

(5) A abdicação de D. Pedro I.

(6) "A liberdade de cultos no Brasil", ed. de Brown & Evaristo, Rio de Janeiro, 1877, Cartas de Cristiano Benedito Otoni, sob o pseudônimo de Velho Liberal, ao "Correio Pauistano", págs. 85-87.

(7) Ou Rito de Misraim, de que Cagliostro era o Grão-Copta.

(9) Pouget, de Saint André, "Les auteurs cachés de Ia Révolution Française", págs. 293 e segs.

(9) "Circular dedicada as eleitores de senadores da província de Minas Gerais", tip. do "Correio Mercantil", Rio de Janeiro, 1860, pág. 10.

(10) Op. cit., loc. cit.

(11) "O Rei Cavaleiro", pág. 231.

(12) Antonio Augusto de Aguiar, "Vida do marquês de Barbacena", pág. 745; a carta de D. José Maris Roxas, citada no capítulo anterior, documentada essa articulação republicana de José Bonifacio e seus irmãos até no Prata, confirmando o boato de que se faz eco o biógrafo de Caldeira Brant.

(13) Pedro Calmon, op. cit., loc. cit.

(14) Teófilo Otoni, op. cit. pág. 16.

(15) Op. cit. págs. 18-22.

(16) Op. cit. págs. 13 e segs.

(17) Op. cit. pág. 16.

(18) A Inconfidência Mineira de 1789 foi o reflexo da Revolução da Independência Norte-Americana de 1786; as Inconfidências do Rio de Janeiro, em 1794, e da Bahia, em 1798, bem como a conspiração republicana de Pernambuco, em 1801, a rebeldia de 1817 e o separatismo confederacionista de 1824, foram reflexos da Revolução Francesa de 1789; a insurreição de abril de 1831 foi o reflexo da Revolução Francesa de julho de 1830.

(19) Op. cit., loc. cit. Juízo de Deusl Juízo do Grande Arquiteto do Universo, que pode ser tudo menos Deus como nós, cristãos, o sentimos e amamos.

(20) Alberto Rangel, op. cit. pág. 41.

(21) Op. cit., loc. cit.

(22) **Et pour cause...** O seu papel era entreter a agitação...

(23) Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", págs. 228-229.

(24) Velho truque do **povo maçônico** faz-se passar pelo povo verdadeiro e falar em seu nome.

(25) "Telescópio Brasiliense nos Açores ou o Brasileiro emigrado em fins de 1831", tip da viúva Alvares Ribeiro Filho, Porto 1833.

(26) Monsenhor Pinto de Campos, "Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e SBva, duque de Caxias", imprensa Nacional, Lisboa, pág. 42. Em 1832, Miguel de Frias, à frente de soldados amotinados, proclamou a República no Campo de Sant'Ana.

(27) Rio Branco, op. cit. pág. 230.

(28) Monsenhor Pinto de Campos, op. cit. págs. 38-39.

(29) "Telescópio Brasiliense", pág. 4, **nota 2.**

(30) Alberto Rangel, op. clt. pág. 43.
(31) Rio Branco, op. clt. pág. 332.
(32) Alberto Rangel, op. clt. pág. 57.
(33) Armitage, op. cit. pág. 249: "Je me suis attendu á une révolution dans ce pays-ci aprés ce qui était arrivé en France... J'ai eté trahi depuis longtemps...".
(34) "Telescópio BrasiUense", pág. 7. O continente fora infestado, como vimos anteriormente, pelo general Miranda.
(35) Armitage, op. cit. **nota 46** in fine.

WWW.VALHALLA88.COM